

III RELATÓRIO

Cidades do Esporte





III RELATÓRIO

Cidades do Esporte

Novembro 2017

Expediente

ATLETAS PELO BRASIL

Diretoria: Ana Moser, Clodoaldo Silva, Lars Graef, Nelson Aerts (Neco), Patrícia Medrado, Paulo André, Raí Oliveira (Diretor-Presidente) e Ricardo Vidal

Conselho Fiscal: Gustavo Borges, Marcel de Souza e Roberto Lazzarini

Atletas Associados: Ana Moser, Ana Mota, André Domingos, André Veras, Bernardinho, Branca, Cafu, Carmem de Oliveira, César Castro, Claudia Chabalgoity, Clodoaldo Silva, Daniel Alves, Deco, Dunga, Edmilson, Edu Gaspar, Fernanda Keller, Fernando Scherer (Xuxa), Flávio Canto, Gustavo Borges, Henrique Guimarães, Hortência, Ida, Joaquim Cruz, Jorginho, José Montanaro, Kaká, Kelly Santos, Lars Graef, Leandro Guilherme, Leonardo, Léo Pasquali, Luciano Correa, Luisa Parente, Magic Paula, Marcel de Souza, Marcelo Elgarten, Mariana Ohata, Maurício Lima, Mauro Silva, Neco, Oscar Schmidt, Patrícia Medrado, Paulo André, Pipoka, Raí Oliveira, Ricarda Lima, Ricardo Gomes, Ricardo Vidal, Roberto Lazzarini, Rogério Ceni, Rogério Sampaio, Roseane Santos, Rubinho Barrichello, Rui Campos, Torben Graef, Vanessa Menga, William Machado e Zetti.

Conselho Político-Estratégico: Daniela Rios, Procter & Gamble; Fernanda Camargo, LiveWright; Fernando Chacon, Itaú Unibanco; Hugo Passarelli Scott, Passarelli Construtora; João Paulo Diniz, Instituto Península; Jorge Abrahão, Rede Nossa São Paulo; Marcos Nisti, Instituto Alana; Nércio Fernandez, Linx; Oded Grajew, Oxfam; Paulo Nigro, Tetrapak; Percival Caropreso, Setor 2 1/2.

EQUIPE

Direção Executiva: Louise Bezerra

Administrativo e Financeiro: Luciano Almeida

Coordenadora de Ação Nacional: Sílvia Gonçalves
Pacto pelo Esporte: Carlos Pereira

Comunicação: Karina Okamoto

Voluntária: Marina Medeiros

Agradecimentos especiais à equipe prévia da Atletas pelo Brasil:

Adriana Antonia Alves do Nascimento (Programa Cidades do Esporte), Bruno Videira (Pacto pelo Esporte) e Daniela Castro (Diretoria Executiva)

Comitê de Governança do Programa Cidades

do Esporte: Instituto Ayrton Senna, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios (Instituto Ethos), Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, Rede Esporte pela Mudança Social (representada por PRODHE/Cepeusp e Instituto Esporte e Educação), SESC, UNESCO e UNICEF.

III RELATÓRIO CIDADES DO ESPORTE

Consultoria para Elaboração: Cintia Melchiori (Uaná Consultoria), Luciana Petean (Instituto Fonte) e Michelle Ferreti (Uaná Consultoria)

Coordenação Geral: Sílvia Gonçalves

Texto: Adriana Antonia Alves do Nascimento, Cintia Melchiori, Luciana Petean, Michelle Ferreti e Sílvia Gonçalves

Edição e Revisão: Daniela Castro, Louise Bezerra e Sílvia Gonçalves

Projeto Gráfico e Diagramação: Estúdio Umcomum

Revisão Ortográfica: Flavio Carrança

Foto da Capa: Shutterstock

Sumário

Introdução	05
CAPÍTULO 1	
O Programa Cidades do Esporte	10
Os Principais Marcos nessa Trajetória	12
Conclusões do I e II Relatórios	13
CAPÍTULO 2	
Os Indicadores do Programa Cidades do Esporte	14
O uso de indicadores na gestão municipal	16
Matriz de Indicadores do Cidades do Esporte	16
CAPÍTULO 3	
O Desafio de Demonstrar Mudanças	19
Taxa de preenchimento da Matriz	22
Governança	23
Orçamento	27
Recursos Humanos	31
Infraestrutura	35
Ações e Projetos	45
Comportamento	52
CAPÍTULO 4	
Um Balanço do Cumprimento da Carta Compromisso	58
Carta-Compromisso e Indicadores para o Balanço	60
Articulação com o Programa Cidades do Esporte	62
Transversalidade e Governança: A Criação de um Comitê Intersecretarial	64
Conselho Municipal de Esportes	66
Sistema Municipal de Esportes	70
O Esporte no Plano Plurianual (PPA) e no Plano de Metas dos Municípios	72
CAPÍTULO 5	
Conclusão	97
Próximos passos	102
Anexos	104
Belo Horizonte	106
Curitiba	111
Distrito Federal	115
Fortaleza	119
Natal	123
Porto Alegre	127
Recife	131
Rio De Janeiro	134
Salvador	138
São Paulo	142

Introdução

Introdução

Criada em 2006, a Atletas pelo Brasil é uma organização de *advocacy*¹, sem fins lucrativos, que acredita no esporte como fator de desenvolvimento humano e social. A iniciativa, inédita no mundo, reúne atletas e ex-atletas de diferentes gerações e modalidades pela melhoria da política esportiva nacional e pelo desenvolvimento de uma cultura esportiva no país.

Desta forma, a organização trabalha para que os inúmeros benefícios da prática da atividade física e esportiva, já comprovados na formação de valores e em áreas como a saúde, educação, sejam parte da realidade de todos os cidadãos brasileiros.

Tendo o esporte como a essência da sua atuação, a década esportiva brasileira representou para a Atletas pelo Brasil um cenário oportuno, que permitiu trazer para a reflexão da sociedade e do governo a necessidade da valorização do esporte e de um planejamento de longo prazo, que favoreça o fortalecimento de políticas públicas capazes de garantir o acesso ao esporte para toda a população.

¹ *Advocacy* é uma estratégia para gerar mudanças comportamentais, políticas ou sistêmicas e que envolve ações de *lobbying*, comunicação, pesquisa e outras.

Trazendo a questão do direito social ao esporte para o centro dessa discussão, a Atletas pelo Brasil propôs, em 2011, como legado dos megaeventos esportivos, um conjunto de metas para o esporte brasileiro, divididas em torno de três eixos:

1. Acesso ao esporte e aumento da atividade física:

- Até 2016: dobrar a atividade física da população nas cidades que foram sedes da Copa do Mundo de 2014;
- Até 2022: dobrar a atividade física da população brasileira.

2. Esporte de qualidade nas escolas:

- Até 2016: 100% das escolas públicas das cidades-sede da Copa do Mundo com esporte de qualidade;
- Até 2022: 100% das escolas em todo o território nacional com esporte de qualidade.

3. Revisão do Sistema Nacional de Esporte:

- Para que determine as competências dos entes federativos e organizações esportivas, defina prioridades na aplicação dos recursos, promova a integração da política esportiva com outras políticas públicas e permita a melhoria do acesso a informações regulares sobre esporte no Brasil.

A responsabilidade do Governo Federal em garantir o acesso ao esporte para os cidadãos deve ser compartilhada pelos demais entes federativos. É nos municípios que se pode conhecer melhor as necessidades locais para endereçá-las, tendo as administrações municipais atuação fundamental no desenvolvimento de políticas públicas para tornar possível a democratização da prática esportiva.

Neste contexto, o Programa Cidades do Esporte foi criado em 2011 com o objetivo principal de contribuir para a melhoria das políticas públicas de esporte nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Entre os objetivos específicos estão:

- Promover a importância do esporte nas políticas públicas;
- Realizar um diagnóstico e o acompanhamento da situação do esporte nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, através da aplicação anual de uma matriz de indicadores;
- Divulgar boas práticas e promover maior interação entre as cidades.

O I Relatório Cidades do Esporte, lançado em 2014, trouxe um diagnóstico inicial do contexto do acesso ao esporte e à atividade física nas doze cidades participantes. Além de oferecer subsídios para o planejamento de ações de estímulo à prática esportiva, serve de linha base para o monitoramento periódico dos avanços destas políticas.

Lançado em 2015, o II Relatório Cidades do Esporte passou a incorporar uma versão revisada dos indicadores, agregados em seis eixos temáticos, e iniciou o acompanhamento da situação do esporte e da atividade física nos municípios. Cabe destacar que o preenchimento dos indicadores se deu de forma totalmente *online*, facilitando a participação das cidades e permitindo maiores análises e cruzamentos das informações obtidas.

Nesta edição de 2017, os eixos foram mantidos, mas o III Relatório adota 33 indicadores básicos, do total de 106 indicadores disponíveis na plataforma *online*². Outro acréscimo desta edição é a análise do balanço do cumprimento da Carta-Compromisso do Programa, assinada por todos os prefeitos eleitos na gestão 2013-2016, que será melhor detalhada no capítulo quatro.

A finalidade deste documento é fomentar o monitoramento dos indicadores nas cidades participantes, aprofundando a reflexão sobre a realidade do esporte no país, considerando seus diferentes contextos e perspectivas, além de sustentar a relevância do esporte para todos na pauta do poder público, como um direito irrefutável do cidadão brasileiro. O documento pretende ainda, assim como os relatórios que o antecederam, oferecer elementos para o planejamento de ações pelos gestores públicos e privados, além de levar aos cidadãos informações relevantes sobre a qualidade de vida nos municípios onde vivem.

O relatório possui a seguinte estrutura: o primeiro capítulo resgata o histórico do Cidades do Esporte, destaca as conclusões do primeiro e do segundo relatórios do Programa. O segundo capítulo convida o leitor a refletir sobre as práticas recorrentes no uso de indicadores na gestão municipal, e apresenta a matriz de indicadores do Programa Cidades do Esporte. O terceiro capítulo descreve os principais achados empíricos em cada um dos eixos dos indicadores. O quarto capítulo aborda o balanço do cumprimento da Carta-Compromisso do Programa. O quinto capítulo descreve as principais conclusões e os próximos passos do Programa. Por fim, os Anexos reúnem os valores dos principais indicadores para cada uma das cidades pesquisadas.

A Atletas pelo Brasil agradece aos apoiadores e parceiros do Programa, especialmente ao Comitê de Governança, que auxiliou na concepção do Cidades do Esporte, na formulação da Matriz de Indicadores, e que desde 2012 tem contribuído com sua expertise para o aprimoramento da iniciativa.

Nosso agradecimento se estende aos municípios e ao Distrito Federal que, ao se comprometerem com as metas e medidas do Programa, por meio de seus prefeitos e governador, mobilizaram esforços para esse trabalho.

² Acesse a plataforma *online* através do link: <http://indicadores.atletas-pelobrasil.org.br>

Declaração do Comitê de Governança do Programa Cidades do Esporte

Nós, as organizações que compõem o Comitê de Governança do Programa Cidades do Esporte: Instituto Ayrton Senna, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios (Instituto Ethos), Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis (representada pela Rede Nossa São Paulo), Rede Esporte pela Mudança Social (representada por PRODHE/Cepeusp e Instituto Esporte e Educação), SESC, UNESCO e UNICEF, acreditamos, assim como a Atletas pelo Brasil, no esporte como meio de transformação social.

O acesso ao esporte não é um privilégio, mas um direito garantido pela Constituição Federal e reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O desafio que nos uniu em apoio a essa iniciativa está diretamente relacionado ao desejo das organizações envolvidas de vislumbrar uma política esportiva abrangente e integrada com diversas áreas sociais, já que a prática esportiva impacta na saúde, na educação, no desenvolvimento e na inclusão social, na mobilidade e planejamento urbano, e na segurança pública.

O País vem avançando na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições sociais da sua população, por meio da utilização do esporte como ferramenta de desenvolvimento. No entanto, esse grande potencial do esporte ainda precisa ser ampliado e melhor aproveitado nas políticas públicas, que podem ser formuladas e implementadas considerando a transversalidade do tema. Isso levará as cidades a serem mais saudáveis, inclusivas, sustentáveis e a terem melhor qualidade de vida.

Acreditamos que o Programa Cidades do Esporte, contribui para integrar o esporte na pauta de prioridades nacionais e locais. O Programa colabora para o reconhecimento do valor do esporte para o desenvolvimento do país, fornece subsídios para o planejamento de ações voltadas à promoção da atividade física e esportiva nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e contribui para a divulgação de melhores práticas e iniciativas em políticas públicas esportivas.

Por meio do Programa, que anualmente avalia a evolução das políticas esportivas em cada uma das 12 cidades-sede da Copa, a sociedade pode acompanhar o avanço de seus municípios para que o direito de acesso à prática esportiva se torne efetivo. Além disso, acreditamos que futuramente essas cidades poderão servir de exemplo a outras no País.

O I Relatório Cidades do Esporte foi o ponto de partida para se conhecer um pouco mais a situação do esporte nesses municípios e subsidiar um debate qualificado de proposições e políticas para o setor, que deverá contar com a articulação entre atores governamentais, setor privado e sociedade civil. O I e II Relatório avançam neste debate, uma vez que apontam os desafios, processos e mudanças em curso nas cidades.

Queremos um Brasil com mais esporte para todos. É por isso que unimos forças por meio desta iniciativa, para melhorar o esporte e, também por meio do esporte, melhorar o País.



CAPÍTULO 1

O Programa

Cidades do Esporte

CAPÍTULO 1

O Programa Cidades do Esporte

O Programa Cidades do Esporte foi criado com o objetivo de contribuir para a melhoria do acesso ao esporte e à atividade física no País, tendo em vista o esporte como um direito garantido pela Constituição Federal. O Programa definiu como estratégia central acompanhar e estimular a evolução das políticas públicas, comprometer os(as) prefeitos(as) das 12 cidades-sede da Copa do Mundo, e contribuir para que estas cidades se tornem referências para as demais cidades brasileiras.

Os Principais Marcos nessa Trajetória

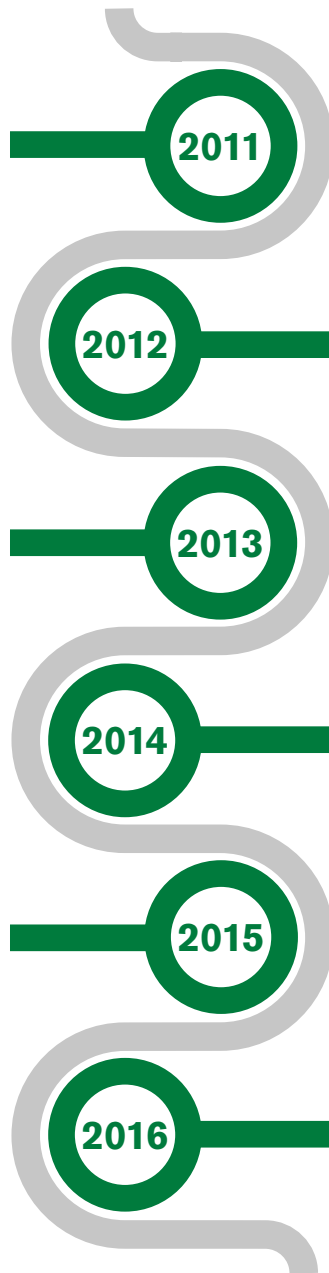
Elaboração do Programa Cidades do Esporte e constituição de um Comitê de Governança para apoiá-lo. O Comitê tem a função de acompanhar a execução das ações, analisar resultados e contribuir com sua expertise no esporte ou em temas transversais.

Com apoio do UniEthos³, elabora-se um instrumento para dar sustentação ao processo de diagnóstico e acompanhamento da situação do esporte nas cidades: a Matriz de Indicadores do Cidades do Esporte. Ela possibilita uma visão integrada das atividades física e esportiva, na sua relação com outras dimensões da realidade urbana (vida escolar, mobilidade urbana, espaços públicos etc), evidenciando a transversalidade do tema nos municípios. Na sequência, são nomeados pelos prefeitos os interlocutores do Programa nas cidades.

Para o segundo relatório, o Programa adotou uma plataforma *on-line*⁴. Além de dinamizar o processo de coleta de dados e análise por parte do Programa, a plataforma permitiu a apropriação dos indicadores pelas gestões municipais, tornando-se uma ferramenta de gestão disponível para uso dos municípios.

Com apoio dos articuladores das cidades, a fim de incorporar dimensões da realidade não consideradas pelo instrumento anterior, foram revistas formulações, eliminados alguns indicadores e acrescentados outros.

Durante o segundo semestre, foram realizadas oficinas técnicas com as equipes das cidades participantes, de forma a orientá-las na utilização da plataforma, além de esclarecer dúvidas sobre os indicadores e sua relevância para o planejamento e avaliação das ações. Em dezembro foi lançado o II Relatório Cidades do Esporte.



Assinatura da Carta Compromisso do Programa pelos candidatos a prefeito das doze cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O documento estipula metas de estímulo e ampliação do acesso ao esporte e à atividade física e melhoria do esporte nas escolas municipais, além de medidas fundamentais a serem adotadas para a estruturação da política pública de esporte e pleno desenvolvimento do Programa nas cidades.

Em meados desse ano são realizadas oficinas de validação dos dados nos municípios, com a presença de representantes das diferentes secretarias e órgãos municipais, o que favorece um aumento significativo do volume e da precisão das informações coletadas.

Em novembro, ocorre o lançamento do I Relatório Cidades do Esporte, consolidando o diagnóstico inicial do acesso ao esporte e à atividade física nas doze cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Para a realização do III Relatório, a matriz de indicadores sofreu pequenas modificações e a plataforma online foi mantida. O Programa selecionou indicadores básicos com o apoio do Comitê de Governança. Esses passaram a ser a base de análise dos relatórios.

As oficinas foram realizadas em algumas cidades, de acordo com a demanda das mesmas.

Foi desenvolvido um conjunto de indicadores para medir o cumprimento da carta compromisso ao fim das gestões municipais. Tais assuntos serão devidamente abordados nos próximos capítulos.

³ UniEthos é uma OSCIP ligada ao Instituto Ethos que se dedica à educação por meio do desenvolvimento de estudos, pesquisas e capacitação em responsabilidade social empresarial (RSE).

⁴ Essa plataforma está disponível para consulta no endereço <http://indicadores.atletaspelobrasil.org.br> e permite o acesso simplificado aos indicadores organizados por eixos temáticos, explicitando seus enunciados, fórmulas e referências mundiais, quando disponíveis.

Conclusões do I e II Relatórios

Algumas dificuldades permearam o primeiro ano de aplicação da matriz de indicadores, revelando certa fragilidade da gestão e do controle efetivo das informações pelas pastas do Esporte.

Logo na etapa de coleta, verificou-se que muitas cidades não tinham familiaridade com os dados existentes em pesquisas nacionais, além de enfrentarem dificuldades para compilar e interpretar informações, mesmo em se tratando de atividades desenvolvidas diretamente. Adicionalmente, a pouca integração existente entre os diferentes órgãos da gestão pública prejudicou a obtenção de informações sob responsabilidade de outros órgãos municipais ou estaduais – um aspecto ainda mais crítico em se tratando do esporte, política transversal por natureza.

Ao mesmo tempo, foi possível notar a dimensão das potencialidades dos municípios em promover ações inovadoras, simples, e voltadas para atender os habitantes, buscando um acesso pleno ao esporte. Mesmo com recursos restritos, estruturas limitadas e baixa priorização política, muitos gestores se mostraram criativos e capazes de encontrar soluções engenhosas para levar o esporte e a atividade física ao maior número possível de pessoas.

Em parte, o I Relatório ajudou a sensibilizar os gestores das cidades participantes para a importância de ter um olhar ampliado e integrado sobre os serviços, equipamentos, modais de transporte e atividades físicas, municipais ou estaduais, públicos ou privados. Isso, além de favorecer a maior conscientização a respeito da importância da gestão da informação, a ação transversal entre secretarias, e a busca por referências ou melhores práticas para apoio ao processo de tomada de decisão.

Sem dúvida, a adoção da plataforma *online* facilitou o fornecimento de dados pelas cidades e favoreceu o processo de análise das informações para o II Relatório. Vale ressaltar que a ferramenta trouxe ganhos também ao processo de transparência e gestão social, uma vez que os dados passaram a ficar disponíveis para consulta aberta do público.

De forma geral, as equipes mostraram-se comprometidas com o processo de coleta de

dados. No entanto, persistiram no II Relatório as dificuldades na obtenção dos dados e na precisão das informações, resultando em níveis de preenchimento abaixo do esperado. Em especial, alguns dados do II Relatório não demonstraram correspondência com os valores fornecidos no I Relatório. Assim, apesar da segunda edição trazer informações valiosas sobre a oferta de serviços relacionados à prática esportiva nas cidades, a mensuração da evolução dos indicadores entre os anos de 2013 e 2014 esbarrou, ora na fragilidade da gestão e do controle efetivo das informações, ora na baixa interlocução da secretaria do esporte com outros órgãos do poder público municipal, sem mencionar a considerável rotatividade de gestores na pasta do esporte.

Se por um lado, o programa demonstrou alguns avanços no fortalecimento das articulações intersecretariais na administração pública, o baixo comprometimento político de muitos prefeitos municipais com o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte se mostrou inalterado. Um exemplo disso é, em pleno ano de realização da Copa do Mundo, a redução dos recursos do orçamento municipal para as Secretarias do Esporte nas cidades-sede, em proporção ao orçamento total.

Além disso, na maior parte das cidades analisadas, as duas edições do relatório apontaram a ausência de planos municipais de esporte aprovados pela Câmara Municipal, demonstrando a necessidade de maior planejamento na área. Evidenciou-se que a política de esporte ainda não é vista como uma prioridade da gestão pública, enfrentando dificuldades financeiras e técnicas: os orçamentos do esporte corresponderam a menos de 1% do total executado pelos municípios.

A falta de clareza na divisão de competências e responsabilidades dos entes federativos e das organizações esportivas e a falta de definição das prioridades na aplicação dos recursos disponíveis também são conclusões de ambos os relatórios, que indicam a necessidade imediata de revisão do Sistema Nacional de Esporte.

Os próximos capítulos trazem elementos para verificar se as análises e conclusões das duas primeiras edições do relatório do Programa se confirmam.



CAPÍTULO 2

Os Indicadores do Programa Cidades do Esporte

CAPÍTULO 2

Os Indicadores do Programa Cidades do Esporte

Este capítulo convida o leitor a refletir sobre a importância da utilização de indicadores na gestão municipal, além de apresentar a Matriz de Indicadores do Programa Cidades do Esporte. Como o uso de indicadores é fundamental para o acompanhamento de políticas públicas, a metodologia do Programa foi estabelecida com base na aplicação periódica de uma Matriz de Indicadores destinada a promover a prática física e esportiva pela população.

O uso de indicadores na gestão municipal

Na última década, podemos perceber uma demanda crescente por informações sociais e demográficas para a formulação de políticas públicas municipais no País, beneficiando o processo de planejamento público em âmbito local.

“A produção e o tratamento de informações permitem a ampliação do conhecimento sobre políticas públicas. Isto ganha destaque em um momento que o Estado busca ampliar sua capacidade de fazer e entregar bens e serviços à sociedade (...). Desta forma, os indicadores são ferramentas úteis para a gestão pública, tanto para revelar a situação atual das políticas, bem como para produzir subsídios que permitem acompanhar sua evolução.”⁵ (Ministério do Planejamento, 2012)

Nesse contexto, instituições e atores governamentais têm investido tempo, recursos humanos e financeiros no desenvolvimento de sistemas de informações inclusive em âmbito local. No entanto, algumas vezes, a informação disponível está desatualizada ou incompleta, ou ainda não foram previstos os recursos necessários para realização de levantamentos específicos.

Apesar de muitas estatísticas sociais, econômicas e demográficas no país serem desenvolvidas por diferentes atores, tanto em âmbito federal como estadual, não se descarta a responsabilidade de as administrações municipais avançarem na organização de seus próprios sistemas de informações. A disponibilidade de um sistema de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis, certamente favorece as análises sobre determinada realidade social, além de orientar a formulação e a implementação de planos e programas também no âmbito municipal.

Os programas sociais são implantados em contextos em que uma ampla gama de forças e elementos interagem simultaneamente. Nesse sentido, os indicadores devem ser capazes de abarcar de maneira adequada a complexidade inerente a esses processos, levando em consideração a diversidade de relações, contextos e territórios em que estes são ou serão aplicados

⁵ Manual Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública. Ministério do Planejamento, 2012. Brasília, DF.

Matriz de Indicadores do Cidades do Esporte

A escolha dos indicadores do Programa vai ao encontro dos objetivos de ampliar o acesso ao esporte e à atividade física e expandir a qualidade do esporte nas escolas, respeitando sua transversalidade política e reforçando, assim, o princípio do esporte para todos.

O desenvolvimento da atividade esportiva não se dá de forma isolada, está intimamente ligado com as políticas de educação, saúde e mobilidade urbana, entre outras. Dessa forma, o desafio de mensurar o desenvolvimento da prática física e esportiva no ambiente urbano passa pela construção de indicadores que capturem de forma abrangente estas diferentes dimensões. Do ponto de vista operacional, este é um obstáculo adicional à obtenção das informações desejadas, dado que o planejamento integrado e as ações intersecretariais ainda se encontram em estágio muito incipiente no País.

Além disso, é preciso destacar o déficit de informações relativas ao esporte e à atividade física coletadas em nível nacional. Apesar de avanços importantes como a Pesquisa do Esporte do IBGE, lançada em 2006, a elaboração do primeiro Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte), divulgado em 2015, e a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2015, que teve seu complemento dedicado ao esporte e atividade física, estas ainda são insuficientes para suprir os gestores e atores políticos com indicadores para a formulação, implementação e avaliação de políticas voltadas à promoção do esporte e da atividade física junto à população. A Diesporte ainda não teve seus dados abertos, não sendo possível verificar informações no âmbito municipal, apenas regional. A PNAD apesar de conter alguns dados referentes aos municípios (somente capitais), assim como a Diesporte apenas contempla pessoas acima de 15 anos, deixando de fora a infância, fase fundamental para o desenvolvimento motor e cognitivo, onde a atividade e o esporte influem de forma efetiva. Além disso, a pesquisa PNAD Práticas de Esporte e Atividades Físicas, por se tratar de um suplemento, não tem uma próxima edição garantida. A Diesporte, apesar de ter sido desenvolvida com a intenção de ser uma pesquisa periódica, não há qualquer declaração sobre sua próxima edição e alguns de seus cadernos ainda não foram publicados. A continuidade das pesquisas é fundamental para o monitoramento e avaliação das políticas, sem esta a avaliação de resultado e monitoramento para ajuste do plano de ação ficam comprometidos.

É dentro deste cenário que acreditamos que os Indicadores Cidades do Esporte vêm cumprir um papel importante, seja levantando informações de caráter inédito junto aos gestores municipais, seja pela constatação da inexistência de diversas informações de caráter estratégico. Nesse sentido, são objetivos dos Indicadores Cidades do Esporte:

- Fornecer aos gestores das políticas públicas de esporte ferramentas de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação das ações empreendidas na área;
- Favorecer o controle social sobre as políticas públicas de esporte, permitindo que os cidadãos, a mídia e as organizações da sociedade civil possam se apropriar do estágio atual de desenvolvimento destas políticas, inclusive em perspectiva comparada;
- Permitir uma visão das diversas realidades municipais brasileiras no tema do esporte e da atividade física;
- Fomentar o debate público sobre a importância da disponibilização de dados estatísticos de forma regular, confiável e abrangente na área do esporte e da atividade física.

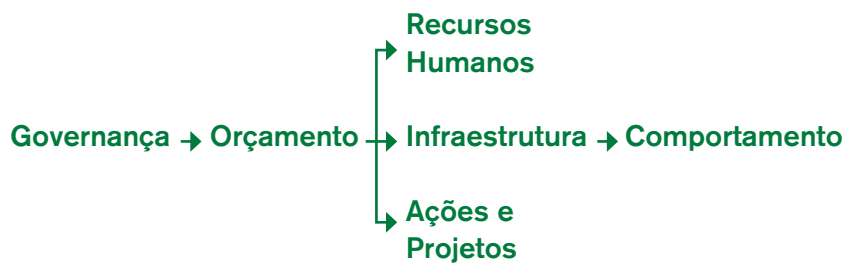
A partir da adoção da plataforma digital, os articuladores e gestores municipais passaram a ter contato direto com indicadores, suas variáveis, fórmulas e referências mundiais (quando existem), estimulando a reflexão sobre a importância de informações estratégicas para a gestão do esporte no município.

Para a realização do III Relatório, a matriz de indicadores sofreu alguns aprimoramentos com o apoio do Comitê de Governança do Programa, oriundos tanto do aprendizado com as edições anteriores, quanto com a

necessidade de capturar importantes dimensões da realidade para o contexto de análise das políticas públicas de esporte nas cidades. A intenção é torná-la um instrumento cada vez mais eficaz para a gestão do esporte nos municípios. Houve a revisão de dez indicadores, criação de três novos e exclusão de vinte e oito. Esta informação se faz necessária uma vez que, alguns indicadores não poderão ser analisados desde 2013.

Importante destacar, no entanto, que a base da matriz permanece a mesma, assim como a divisão dos indicadores nos seus seis eixos: Governança, Orçamento, Infraestrutura, Recursos Humanos, Ações e Projetos, e Comportamento. O modelo é reproduzido de forma esquemática na figura abaixo.

Modelo causal das dimensões dos indicadores Cidades do Esporte:⁶




⁶O conjunto de indicadores foi organizado em um Caderno de Indicadores disponibilizado a todos os articuladores do programa, das 12 cidades, na elaboração do II e do III Relatórios.

A alimentação desses indicadores se dá diretamente na Plataforma Iota, a partir de um acesso seguro com *login* e senha, que permite aos gestores municipais cadastrar no sistema boas práticas, variáveis e indicadores.

Longe de ser apenas um suporte de alimentação de dados para a Atletas pelo Brasil, a plataforma é uma verdadeira ferramenta de trabalho e monitoramento que pode ser utilizada indistintamente por gestores públicos, organizações da sociedade civil, e quaisquer cidadãos interessados em acompanhar as políticas voltadas ao esporte e à atividade física.

A principal mudança metodológica para o III Relatório foi a adoção do conceito de indicadores básicos. Foram 33 dos 106 indicadores da matriz a serem priorizados pelas cidades. Estes foram escolhidos levando em consideração dois aspectos: o acesso das informações pelas cidades e os elementos mais significativos do Programa, na opinião da equipe do Cidades do Esporte e de seu Comitê de Governança. A existência dos Indicadores Básicos não exclui o levantamento dos demais indicadores, mas propõe às cidades que concentrem mais seus esforços na coleta deste número reduzido de informações, com o propósito de se alcançar mais consistência e exatidão nos dados fornecidos, consolidando uma base de dados suficiente para comparações e análises com maior profundidade.

Outra inovação para o III Relatório foi a adoção do balanço do cumprimento da Carta-Compromisso assinada pelos prefeitos em 2012. Esta avaliação pretende demonstrar o grau de engajamento dos prefeitos no Programa ao fim de suas gestões. Para isso, com base nas medidas elencadas na Carta, foram desenvolvidos indicadores complementares. Estes, além de medir o grau de comprometimento com o Programa Cidades do Esporte, trazem ainda elementos importantes para uma visão mais detalhada da gestão do esporte no município.



CAPÍTULO 3

O Desafio de Demonstrar Mudanças

CAPÍTULO 3

O Desafio de Demonstrar Mudanças

Conforme explicitado nos capítulos anteriores, o Programa Cidades do Esporte aplica anualmente uma matriz de indicadores, cujas informações são preenchidas diretamente pelos municípios na plataforma digital do Programa, com o objetivo de monitorar a evolução das políticas públicas de esporte. Em 2016, as cidades foram orientadas a incluir no sistema as informações referentes ao ano de 2015, dando sequência aos dados de 2013 e 2014, fornecidos para os Relatórios I e II, respectivamente.

Sabemos que as mudanças nas políticas públicas são em geral graduais, e no esporte não é diferente. Assim, ainda que os indicadores nem sempre revelem mudanças significativas no curto prazo, o trabalho de monitoramento é fundamental para produzir informações que, ao serem analisadas criticamente, podem gerar orientações em relação aos esforços e decisões necessários para a melhoria da gestão da política pública de esporte.

Nesse sentido, além de analisar os dados de 2015, demonstrando a evolução, estagnação ou declínio dos indicadores, tendências e conclusões, apontando ainda, quando for o caso, para a relação dos indicadores preenchidos com parâmetros internacionais, o III Relatório Cidades do Esporte visa dar continuidade à série histórica iniciada nos relatórios anteriores, representando mais um marco para aprimorar o processo de monitoramento das políticas voltadas ao esporte e à atividade física, eixo fundamental de ação da Atletas pelo Brasil.

Dessa forma, este capítulo se propõe a realizar a análise desta evolução histórica desde o marco-zero do programa, na tentativa de trazer à luz aspectos positivos das cidades, no que tange à política pública esportiva, bem como colocar em evidência questões que necessitam de maior atenção dos governos.

Também é digno de nota o fato de que, assim como na segunda edição, o III Relatório está baseado em dados disponibilizados publicamente na plataforma digital <http://indicadores.atletaspelobrasil.org.br>, permitindo a qualquer cidadão a consulta aos valores inseridos, às fórmulas utilizadas, bem como às ferramentas de produção *online* de tabelas e gráficos, além do acesso a *download* dos dados abertos. Assim, esse relatório se configura muito mais como síntese avaliativa do que como uma descrição exaustiva dos dados alimentados. Recomendamos a todos a consulta ao site para pesquisas específicas e maior aprofundamento nas dimensões do interesse de cada um.

Importante enfatizar que, com exceção de dados públicos encontrados em pesquisas nacionais, como o Censo Populacional do IBGE e a Pesquisa Vigitel do Ministério da Saúde, os dados das cidades foram alimentados no sistema pelas próprias equipes de cada administração municipal, sob orientação da equipe da Atletas pelo Brasil. Os articuladores das cidades tiveram acesso irrestrito à Plataforma de Indicadores para efetuar o preenchimento dos dados referentes a 2015, além da possibilidade de corrigir erros de dados fornecidos nos anos anteriores. Isso significa que a responsabilidade última a respeito das informações aqui expostas, incluindo eventuais imprecisões ou incorreções, é de cada uma das cidades.

Também vale ressaltar que os dados do Relatório não devem ser interpretados como estatisticamente representativos do universo das capitais ou das cidades brasileiras, possuindo mero valor indicativo da amostra pesquisada. O que buscamos é oferecer indícios do progresso das políticas de esporte nas cidades participantes, além de fornecer elementos para análises comparativas entre elas.

No que tange à análise comparativa, apesar das cidades participantes do Programa serem capitais, elas diferem muito entre si nas dimensões socioeconômica, política, histórica e cultural. Assim, qualquer comparação entre seus indicadores deve ser feita levando em consideração essas diferenças. O objetivo do Programa Cidades do Esporte é prover subsídios para que os municípios possam avançar nas políticas públicas de esporte, tendo como parâmetro seus próprios diagnósticos, realizados no I Relatório do Programa.

TABELA 1: Características gerais das cidades do Programa Cidades do Esporte.

		População estimada em 2016	Área da unidade territorial 2015 (km ²)	Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	Despesas orçamentárias empenhadas 2014 (R\$)
Belo Horizonte	MG	2.513.451	331	7.584	9.159.145.000,00
Brasília	DF	2.977.216	5.780	515	19.008.773.000,00
Cuiabá	MT	585.367	3.292	178	NI ⁷
Curitiba	PR	1.893.997	435	4.354	6.422.553.000,00
Fortaleza	CE	2.609.716	315	8.287	5.414.958.000,00
Manaus	AM	2.094.391	11.401	184	3.785.748.000,00
Natal	RN	877.662	167	5.247	2.239.390.000,00
Porto Alegre	RS	1.481.019	497	2.982	5.285.049.000,00
Recife	PE	1.625.583	218	7.442	4.050.607.000,00
Rio de Janeiro	RJ	6.498.837	1.200	5.415	24.531.736.000,00
Salvador	BA	2.938.092	693	4.241	4.835.188.000,00
São Paulo	SP	12.038.175	1.521	7.914	43.443.326.000,00

Fonte: Banco de dados Cidades@ (<http://cidades.ibge.gov.br>) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁷ NI: Não Informado

Taxa de Preenchimento da Matriz de Indicadores

Vale destacar que não há a pretensão de que os municípios efetuem 100% do preenchimento da matriz. A própria não existência da informação é dado relevante para a análise, na medida em que pode indicar a inexistência de fontes de informação confiáveis para o indicador em questão, ou ainda a falta de priorização do tema tratado, podendo estimular o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas que permitam se debruçar sobre estes tópicos.

Nesta edição, considerando os dez municípios respondentes, uma vez que Manaus e Cuiabá não forneceram informações, a média aproximada de preenchimento foi de 73%, com uma distribuição que variou entre 44% e 92%, um resultado 20% superior em relação ao II Relatório, quando o preenchimento médio ficou em 61%. Contribuiu para esse aumento a revisão dos dados realizada pela equipe de assessoria da Atletas pelo Brasil,

após encerrado o prazo de preenchimento das informações⁸, em consulta aos articuladores das cidades.

Neste processo, alguns indicadores potencialmente inconsistentes acabaram por ser desconsiderados, devido à falta de tempo para sua correção e validação pelos articuladores locais, o que fez com que a taxa de preenchimento final ficasse em torno de 67%. Considerando-se apenas os 33 indicadores básicos, no entanto, a taxa de preenchimento inicial foi de 80%, caindo para 75% após verificação de consistência, conforme a Tabela 2, abaixo:

TABELA 2: Taxa de Resposta de Indicadores do III Relatório do Programa Cidades do Esporte.

Taxa de Resposta	Preenchimento Inicial	Após Análise de Inconsistências
Todos os Indicadores (106)	73%	67%
Indicadores Básicos (33)	80%	75%

É importante ressaltar que, além destes números corresponderem a médias, a própria participação dos municípios foi distinta de um relatório para o outro. O Distrito Federal, por exemplo, não participou do II Relatório, e nesta terceira edição, Cuiabá e Manaus ficaram de fora. Desta forma, a evolução das médias calculadas deve ser observada com cautela.

De qualquer forma, partindo da hipótese de que houve aumento no preenchimento pelas cidades, isso poderia ser creditado a alguns fatores. O primeiro deles é a manutenção dos articuladores na maior parte das cidades participantes do Programa. Salvo algumas exceções, os principais interlocutores do programa em 2015 mantiveram essa mesma atribuição em 2016. Eles já haviam estabelecido contato com representantes das demais secretarias e órgãos no ano anterior para a coleta de dados. Isso possibilitou uma rápida articulação intersecretarial, dinamizando a coleta. Além disso, já possuíam conhecimento da plataforma *on-line*, permitindo a inserção dos novos dados de forma mais fácil e rápida por meio do preenchimento de planilhas Excel e upload no sistema. As cidades ainda tiveram prazo para efetuar o levantamento e a inserção das informações no sistema superior às duas últimas edições, cerca de quatro meses.

A seguir, são apresentados e analisados os indicadores básicos das Cidades do Esporte em 2015, incluindo a série histórica, sempre que possível, eixo por eixo.

Governança

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, os municípios possuem autonomia para criar seus próprios marcos institucionais na busca por políticas públicas com planejamento adequado, transparência, participação e controle social efetivos.

⁸ A plataforma esteve aberta para preenchimento dos dados de 07/03/2016 a 01/07/2016.

O eixo Governança do Programa foi pensado de forma a abranger as principais estruturas político-administrativas nos municípios, capazes de favorecer o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção da atividade física e esportiva, com espaços legítimos de participação popular e da sociedade civil organizada, além do planejamento e controle de metas e ações que favoreçam sua continuidade.

Ele é composto de cinco indicadores básicos binários: (i) existência de Secretaria Municipal de Esporte ou órgão equivalente, (ii) existência de Conselho Municipal de Esporte ativo, (iii) existência de Fundo Municipal de Esporte, (iv) existência de Plano Municipal de Esporte e (v) existência de Lei Municipal de Incentivo ao Esporte. Além dos indicadores básicos, também incluímos na análise o indicador de existência de lei estadual de incentivo ao esporte, pois embora não esteja sob a alçada direta das cidades, ela fomenta a destinação de um maior volume de recursos para projetos ligados ao esporte e à atividade física.

A taxa de resposta para os indicadores básicos do eixo Governança foi de 100%, com total aproveitamento. As Tabelas 3 e 4 a seguir permitem comparar a evolução desses indicadores entre os anos de 2013 a 2015.

TABELA 3: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal - 2013-2015.

	Secretaria Municipal do Esporte			Conselho Municipal de Esporte ativo			Fundo Municipal de Esporte			Plano Municipal de Esporte		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Belo Horizonte	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Cuiabá	✓	✓	—	✓	✓	—	✓	✓	—	✗	✗	—
Curitiba	✓	✓	✓	✗	✗	✓	✗	✗	✗	✓	✓	✓
Distrito Federal	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗
Fortaleza	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Manaus	—	✓	—	—	✓	—	—	✗	—	—	✗	—
Natal	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Porto Alegre	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗
Recife	✓	—	✓	✗	—	✗	✗	—	✗	✗	—	✗
Rio de Janeiro	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Salvador	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
São Paulo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗
Total Reportado	10	10	9	5	6	5	4	4	3	1	1	1

Com relação à existência de órgão com status de Secretaria Municipal, cujo foco principal sejam as políticas públicas de esporte, as cidades permaneceram estáveis, com alto grau de institucionalização. Salvador é o único município entre os respondentes que reportou não apresentar estrutura em separado, possuindo uma estrutura com caráter departamental, vinculada a outra secretaria.

O segundo indicador refere-se à existência de Conselho Municipal do Esporte criado por lei, que tenha se reunido ao menos duas vezes nos últimos doze meses. Os conselhos gestores de políticas públicas são previstos na Constituição Federal de 1988 e constituem espaços de interlocução plural e paritária entre Estado e sociedade civil, podendo exercer funções deliberativas, consultivas e de controle social sobre as políticas públicas setoriais. Dos dez municípios respondentes, cinco indicaram a existência de Conselho Municipal de Esporte ativo. Curitiba, que não possuía, passou a contar com este em 2015.

Outro indicador importante consiste na existência de um Fundo Municipal específico para o Esporte, criado por lei, que tenha desembolsado recursos no último exercício orçamentário. A existência de um Fundo voltado ao esporte é importante por sinalizar o compromisso de investir em políticas públicas vinculadas à prática esportiva e garantir recursos para que sejam efetivadas, executadas por órgãos governamentais ou por organizações da sociedade civil, em parceria com as prefeituras. Dentre os respondentes em 2015, apenas três afirmaram possuir Fundo Municipal de Esporte, marca que permanece inalterada em relação a 2014, embora tenha havido flutuação de cidades respondentes a cada ano.

Quanto à existência de Plano Municipal de Esporte vigente, aprovado por lei municipal e construído com a participação da sociedade civil, apenas o município de Curitiba reportou sua existência. O Plano Municipal de Esporte representa uma definição democrática de prioridades, diretrizes e metas, favorecendo a continuidade das políticas públicas e o controle social e, por isso, é relevante enfatizar sua importância para a estruturação da política de esporte na cidade.

Outra forma de apoiar iniciativas vinculadas ao esporte e à atividade física consiste na elaboração de leis de incentivo, estaduais e municipais, que prevejam deduções de impostos para empresas ou pessoas que apoiem organizações e projetos promotores dessas atividades. Essas leis autorizam empresas e organizações não governamentais a abater dos seus impostos estaduais ou municipais os recursos aplicados em projetos, programas ou eventos esportivos.

Neste caso, em 2015, sete cidades reportaram a existência de Lei Estadual de Incentivo ao Esporte e quatro afirmaram possuir Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, sem alterações identificadas no período de análise.

De forma geral, nesses três anos de monitoramento das cidades participantes do Programa, observamos pouca evolução na institucionalização da política pública de esporte e atividade física, sugerindo que a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 podem não ter causado o impacto desejado em termos de estruturação político-administrativa nos municípios-sede dos megaeventos esportivos, havendo ainda grande espaço para aperfeiçoamentos institucionais que coloquem esse tema no centro das agendas dos governos locais.

TABELA 4: Existência de lei estadual e municipal de incentivo ao esporte - 2013-2015.

	Lei Estadual de Incentivo ao Esporte		Lei Municipal de Incentivo ao Esporte		
	2014	2015	2013	2014	2015
Belo Horizonte	✓	✓	✗	✗	✗
Cuiabá	—	—	✓	—	—
Curitiba	✓	✓	✓	✓	✓
Distrito Federal*	✗	✗	N/A	N/A	N/A
Fortaleza	✓	✓	✗	✗	✗
Manaus	✗	—	—	✓	—
Natal	✗	✗	✗	✗	✗
Porto Alegre	✓	✓	✓	✓	✓
Recife	—	✗	—	—	✗
Rio de Janeiro	✓	✓	✓	✓	✓
Salvador	✓	✓	✗	✗	✗
São Paulo	✓	✓	✓	✓	✓
Total Reportado	7	7	5	5	4

* Para fins desse indicador equiparamos o Distrito Federal a estado, não sendo aplicável Lei Municipal de Incentivo ao Esporte.

N/A: Não aplicável

— : Não respondido

Emblemática nesse sentido a ausência de Plano Municipal de Esportes na quase totalidade das cidades, em pleno período de grande aplicação de recursos em megaeventos esportivos no Brasil. Embora em 2015 a maioria das cidades tenha declarado possuir uma Secretaria Municipal exclusivamente dedicada ao tema, somente metade delas declarou contar com Conselho Municipal de Esporte e Lei de Incentivo.

Análise do eixo governança

Os indicadores consoantes a esse eixo traduzem a institucionalização da política de esporte municipal. Eles indicam a existência ou não de secretaria e conselho de esporte, lei de incentivo ao esporte, fundo e plano de esporte, componentes que estruturam a gestão pública do esporte de forma a torná-la mais efetiva no que se refere à participação popular, planejamento e controle social.

É interessante notar que, pelo menos nas 12 cidades-sede da Copa analisadas neste relatório, a realização dos megaeventos esportivos no Brasil não estimulou avanços nesse eixo. Do I para o III relatório não houve avanço considerável.

Em conclusão, podemos dizer que, comparada com políticas públicas de outros setores- como educação, saúde e assistência social, a política de esporte permanece com um imenso desafio de ser reconhecida pelos governos municipais a importância de sua estruturação.

Mesmo em relação às conquistas institucionais já obtidas nos municípios, é preciso estar atento. Dificuldades orçamentárias ou políticas, como as vivenciadas no País atualmente, podem suscitar mudanças das estruturas existentes. Extinções ou fusões das secretarias de esporte com outras pastas vêm acontecendo no país desde o início da crise econômica em 2015. Além disso, apesar de a maioria das cidades analisadas contar com esse marco, grande parte dessas Secretarias teve sua representatividade reduzida com relação ao orçamento total municipal executado em 2015. É necessário ficar atento para a forma como os novos prefeitos e prefeitas eleitos trabalharão as políticas públicas de esporte e atividade física a partir de 2017, sobretudo no atual contexto fiscal dos municípios.

É preciso considerar ainda que, embora sejam importantes, os marcos institucionais sozinhos não asseguram o sucesso da política pública. São fundamentais para a universalização do direito da população ao esporte e à atividade física a capacidade de gestão da equipe envolvida, a prioridade que o governo confere à política de esporte e a forma de funcionamento dos órgãos com representação da sociedade civil. Neste sentido, a revisão do Sistema Nacional de Esporte no âmbito do Governo Federal, com o estabelecimento de competências claras para os atores e os entes federativos do setor, e o desenvolvimento de um Plano Nacional de Esporte com metas definidas para o esporte nacional, poderiam ajudar a fortalecer o quadro institucional das Prefeituras e do Distrito Federal, além de favorecer a cooperação intergovernamental nas políticas públicas de esporte.

Orçamento

A gestão orçamentária e financeira é uma tarefa essencial da administração municipal e envolve decisões sobre o uso de recursos públicos e a devida prestação de contas para a sociedade. A aplicação efetiva desses recursos é fundamental para o desenvolvimento e manutenção de ações e projetos voltados para o esporte e a atividade física. Por meio de tais investimentos é possível identificar as prioridades das políticas públicas, tendo como base a proporção do orçamento executado em cada dimensão.

A análise do orçamento na área do esporte está fundamentada nos três indicadores selecionados como básicos pelo Programa: (i) proporção do orçamento municipal para a função Desporto e Lazer; (ii) proporção do orçamento municipal para a Secretaria de Esporte, e (iii) proporção dos gastos da Secretaria de Esporte com ações e projetos de alto rendimento.

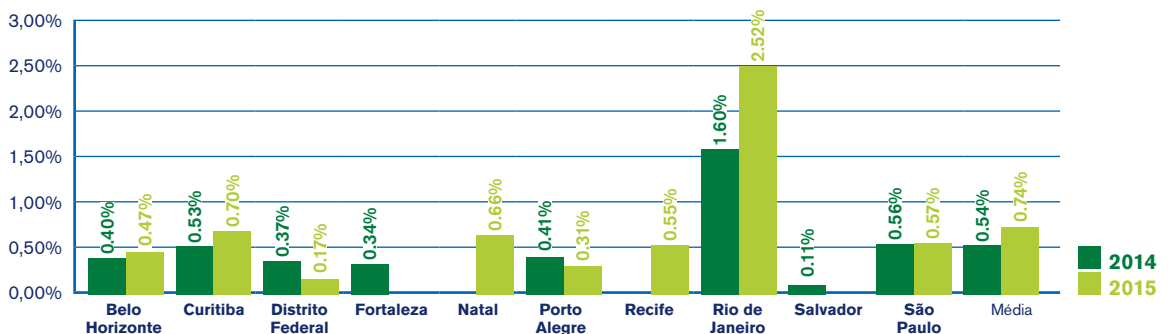
A taxa de resposta das cidades para os indicadores básicos do eixo Orçamento foi de 83%, caindo para 80% após análise de inconsistências.

A Lei 4.320/64, que rege o orçamento público, classificou como função de governo 27 o Desporto e Lazer. Esta função agrega os gastos efetuados com políticas de esporte e lazer do município, independentemente do órgão da Prefeitura que executou a despesa. Essa visão integral do valor executado com Desporto e Lazer é uma valiosa informação para esta análise, uma vez que a natureza transversal do esporte faz com que ele esteja inserido em ações e projetos de diversas secretarias e órgãos, como nas Secretarias de Educação e de Obras, por exemplo.

O Gráfico 1 permite uma visão geral da evolução dos gastos com Desporto e Lazer em proporção do orçamento total executado pelos governos locais nos municípios analisados. Apenas oito cidades forneceram os dados em 2014 e 2015. Entre esses anos, os desembolsos com a função Desporto e Lazer nessas cidades cresceram 38%, passando de uma média de 0,54% do total do orçamento municipal para 0,74%.

O Rio de Janeiro registrou o maior gasto com a função, ficando acima de 2,5% do total do orçamento municipal executado, o que contribuiu sensivelmente para o crescimento da média. A elevação do gasto do Rio de Janeiro na função Desporto e Lazer está, provavelmente, relacionada ao fato de o município ter sediado, além da Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. À exceção do Rio de Janeiro, no entanto, os gastos com Desporto e Lazer não ultrapassam 1% do orçamento total executado nas demais cidades, como pode ser visto no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1: Proporção do orçamento municipal executado destinado à função Desporto e Lazer - 2014-2015.

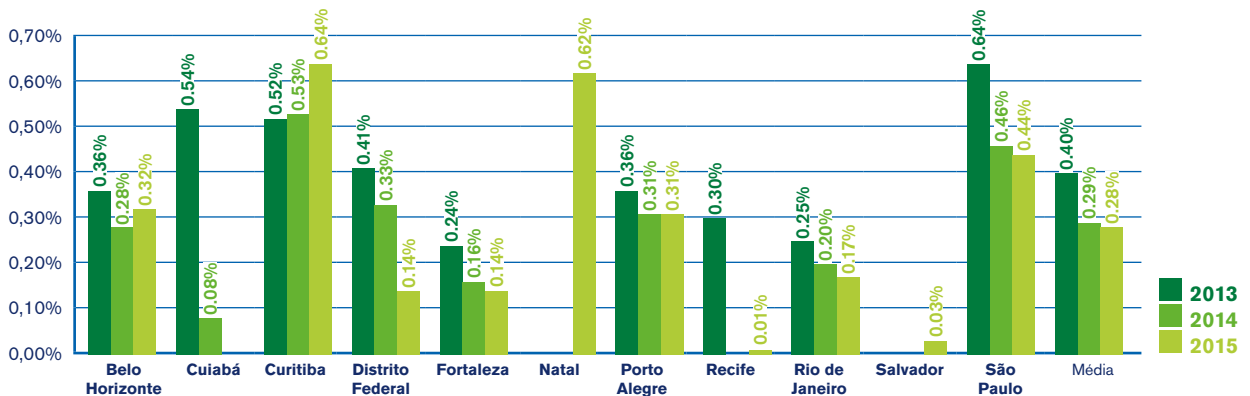


Apesar do percentual pequeno em relação ao orçamento total das cidades, vemos que os valores gastos pelos municípios permanecem maiores que os gastos do Governo Federal, que em 2014 aplicou na função Desporto e Lazer 0,13% de seu orçamento total e 0,12% em 2015. Como já apontado no Relatório II do programa Cidades do Esporte, a ausência de definição das competências dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Esporte dificulta uma análise mais aprofundada no que tange à comparação desses montantes.

Com relação aos gastos diretos executados pela Secretaria Municipal de Esportes ou órgão equivalente, como proporção do orçamento total dos governos locais, verificamos no Gráfico 2 uma redução consistente entre 2013 e 2015 na maioria das cidades que apresentaram dados no período. A proporção do orçamento gasto com a Secretaria Municipal de Esporte passou de 0,40% em média em 2013 para 0,28% em 2015.

No Relatório II do Programa Cidades do Esporte essa redução do gasto proporcional já havia sido apontada, com a hipótese de que a realização da Copa do Mundo em 2014 teria levado muitos municípios-sede a elevar gastos em turismo, infraestrutura e outros aspectos distribuídos por diferentes secretarias, o que poderia ter contribuído para reduzir a importância da Secretaria do Esporte no orçamento. Para ser testada, essa hipótese requer um estudo mais aprofundado dos orçamentos realizados e do contexto de cada Cidade.

GRÁFICO 2: Proporção do orçamento municipal executado destinado à Secretaria Municipal de Esporte - 2013-2015.



Independentemente da causa, a redução da proporção do orçamento da Secretaria do Esporte no âmbito do município é um sinal de alerta, seja porque a proporção já é diminuta, seja por sugerir uma redução no âmbito do governo da prioridade e dada a ampliação do acesso à atividade física para a população.

Para além da proporção de gastos com esporte nas cidades, outro olhar importante diz respeito à destinação dos recursos. Os percentuais aplicados pelas Secretarias Municipais no esporte de alto rendimento variaram bastante de um ano para o outro e entre as cidades, houve também variação nas cidades respondentes. No entanto, em nenhum caso o montante

TABELA 5: Proporção do orçamento executado da Secretaria Municipal de Esporte para ações e projetos de alto rendimento - 2013-2015.

	2013	2014	2015
Belo Horizonte	-	5,62%	4,11%
Curitiba	0,60%	-	0,09%
Distrito Federal	2,96%	3,23%	7,33%
Natal	-	-	4,12%
Porto Alegre	-	2,54%	-
Rio de Janeiro	15,88%	6,64%	2,96%
Salvador	-	-	2,77%
São Paulo	8,00%	-	-
Média	3,92%	4,51%	3,56%
Desvio padrão ⁹	6,02%	1,94%	2,36%

⁹ O desvio padrão é uma medida de dispersão de um conjunto de valores, que revela o quanto os dados do conjunto variam, aspecto que pode ficar oculto quando olhamos apenas para a média.

destinado para o alto rendimento ultrapassa 16%, ficando, em média, em 3,56% em 2015 entre aqueles que reportaram gastos nessa modalidade. Assim, nos casos observados, aparentemente, a destinação de recursos ao esporte de alto rendimento não representa obstáculo ao investimento em ações que promovam o acesso da população como um todo ao esporte.

Com relação aos demais desembolsos realizados pelas Secretarias de Esporte, observa-se que, em média, 40% do total de recursos foram aplicados em Ações e Projetos e 15% em Eventos Esportivos. Esses percentuais variam consideravelmente de cidade para cidade, assim como os dispêndios com Esporte de Alto Rendimento.

Vale destacar que, em média, 53% do orçamento das Secretarias Municipais de Esporte foram gastos com outras atividades não identificadas nas categorias anteriores. A hipótese é de que esse montante seja destinado a custeio de Recursos Humanos e outras atividades meio para o funcionamento dos órgãos de esporte. Embora esses pontos não sejam aprofundados aqui, são reflexões importantes a serem feitas pelas Prefeituras.

Análise do eixo orçamento

De forma geral, com relação ao eixo orçamento, as conclusões permanecem muito próximas às dos Relatórios I e II do Programa tanto sob a ótica do orçamento da Secretaria de Esporte (ou órgão equivalente), quanto sob a do orçamento gasto na função Desporto e Lazer, os investimentos em esporte nas cidades não ultrapassam 1% do orçamento total da Prefeitura (exceto no Rio de Janeiro, cidade sede dos Jogos Olímpicos 2016), sendo possível encontrar níveis até mesmo muito abaixo desse percentual.

O III Relatório demonstra, no entanto que, como proporção do orçamento total, o orçamento médio das Secretarias Municipais de Esporte vem caindo ano a ano em todas as cidades, à exceção de Curitiba, sem que essa redução esteja sendo necessariamente compensada por um aumento da proporção do gasto na função Desporto e Lazer. Uma vez que a proporção do orçamento das Secretarias em relação ao orçamento total já é pequena, reduzi-la é um sinal de alerta, sobretudo se considerados o agravamento da crise fiscal e econômica nos municípios e o fim do ciclo dos megaeventos esportivos.

Desta forma, faz-se necessário tornar mais efetiva a aplicação dos recursos na área. A revisão do Sistema Nacional de Esporte, de modo a definir as competências dos entes federativos, é fundamental para direcionar os escassos recursos do esporte no âmbito local. Se Municípios, Estados e União tivessem competências complementares e atuassem de forma integrada com os demais atores do setor esportivo, o resultado seria maior eficácia do investimento, colaborando para garantir a democratização do acesso ao esporte.

Além disso, na concepção do esporte como uma política pública transversal, a Secretaria Municipal de Esporte pode ser entendida como coordenadora da política esportiva municipal, sem ser necessariamente a responsável direta por todo o orçamento, os recursos humanos ou a infraestrutura envolvidos nas ações e projetos. É possível pensar no fortalecimento da política pública de esporte, ainda que em contexto de restrição

fiscal, por meio de planejamento municipal integrado e de ações e programas articulados com as demais Secretarias Municipais, e com o envolvimento da sociedade civil e do setor privado na política esportiva municipal.

Recursos Humanos

Outra dimensão fundamental para garantir o sucesso na implementação de políticas públicas voltadas ao esporte e à atividade física refere-se aos Recursos Humanos. Esse eixo do Programa inclui tanto o corpo de professores de educação física das redes municipais de ensino como o número de profissionais envolvidos nas atividades esportivas desenvolvidas com a população em geral, como monitores, voluntários e educadores¹⁰. A presença de equipes técnicas qualificadas e em tamanho adequado ao atendimento da demanda é determinante para o sucesso da implementação de políticas públicas, mas pode representar ainda um grande desafio para muitas regiões no país.

Os indicadores básicos selecionados para este eixo foram: (i) razão alunos / professor de educação física na rede municipal do 6º ao 9º ano, (ii) proporção de professores de educação física no ensino fundamental da rede municipal (6º ao 9º ano) com formação na área, (iii) proporção de professores de educação física do ensino fundamental da rede municipal que passaram por curso de qualificação ou atualização profissional e (iv) número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos desenvolvidos pela prefeitura e parceiros (por 100 mil habitantes).

A taxa de preenchimento dos indicadores foi de 78%, ficando em 68% após a eliminação de respostas inconsistentes.

O primeiro indicador analisado trata da razão entre os alunos da rede municipal de ensino fundamental nos anos finais (6º a 9º ano) e os professores habilitados em educação física dedicados a ministrar a disciplina. Os valores apresentados pelos municípios constam da Tabela 6, onde as médias das cidades respondentes em 2014 e 2015 ficaram em 197 e 221 alunos por professor, respectivamente.

TABELA 6: Razão alunos / professor de educação física na rede municipal do 6º ao 9º ano - 2014-2015.

	2014	2015	Varição
Belo Horizonte	352	242	-31%
Curitiba	161	-	-
Distrito Federal*	273	269	-2%
Natal	217	528	143%
Porto Alegre	67	63	-5%
Rio de Janeiro	-	64	-
Salvador	159	292	84%
São Paulo	151	88	-42%
Média	197	221	25%
Desvio padrão	93	168	73%

¹⁰ No I e II Relatórios do Programa Cidades do Esporte, também foram abordadas as escolas estaduais e os professores de educação física da rede estadual de ensino no município. No III Relatório, com a definição de indicadores básicos prioritários, a rede estadual não será abordada na análise.

* Distrito Federal não tem rede municipal. Sempre que fizermos referência ao ensino municipal, estaremos na verdade nos referindo à rede de ensino do Distrito Federal nos anos correspondentes ao indicador.

A proporção entre o número de alunos e o corpo docente (razão aluno/professor) é um indicador importante do nível de recursos empregados na educação. O tamanho da turma pode ser visto como um indicador da qualidade do sistema educacional, uma vez que turmas menores permitem ao professor conhecer melhor a necessidade individual dos alunos e dedicar mais tempo a cada um deles, para assegurar melhor desempenho.

Embora a Atletas pelo Brasil tenha buscado uma referência adequada de relação ideal entre o número de estudantes por professor de educação física, este é um parâmetro de difícil especificação, uma vez que a carga horária do professor de educação física pode variar entre profissionais e em cada estabelecimento escolar. Para uma análise mais aprofundada e consistente, seria importante a indicação, pelas cidades, da carga horária dos professores, informação que, apesar de solicitada no indicador, não foi fornecida pelos municípios.

Além disso, vemos que há grande variação no indicador de um ano para o outro na mesma cidade e entre as cidades em um mesmo ano, o que dificulta tirar quaisquer conclusões para o conjunto.

Outro aspecto importante em relação aos professores de educação física na rede pública é a formação desses profissionais. De acordo com a Tabela 7, vemos que a proporção de professores de educação física com graduação na área, nos anos finais do ensino fundamental na rede municipal, é de 100% para a grande maioria das cidades respondentes. Belo Horizonte, que em 2014 tinha 90% dos professores de educação física com formação na área, atingiu 100% em 2015. No entanto, apenas sete cidades responderam a esse indicador em 2015, de forma que a média pode não refletir a realidade do conjunto de doze cidades do Programa Cidades do Esporte.

Vale lembrar que o percentual elevado já era esperado, uma vez que o Conselho Nacional de Educação determina que a partir dos anos finais do ensino fundamental o professor de educação física deve ser habilitado na área¹¹. Assim, surpreende que mesmo com tal determinação, o Distrito Federal ainda não tenha 100% dos professores especializados na disciplina.

A qualificação ou atualização profissional de professores também é essencial para que estes exerçam seu papel de educadores de forma efetiva.

¹¹ Art. 31 resolução nº 7 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE)

TABELA 7: Proporção de professores de educação física no ensino fundamental da rede municipal (6º ao 9º ano) com formação na área - 2014-2015.

	2014	2015
Belo Horizonte	90%	100%
Curitiba	100%	100%
Distrito Federal	76%	79%
Natal	100%	100%
Porto Alegre	-	100%
Rio de Janeiro	100%	100%
Salvador	100%	-
São Paulo	-	100%
Média	94%	97%
Desvio padrão	10%	8%

Novos conhecimentos dão base à reflexão, para que o profissional possa aperfeiçoar e reformular suas atividades e adequar sua forma de interagir com os alunos de acordo com as novas problemáticas e desafios do cotidiano. Desta forma, o município tem um papel fundamental em fomentar a educação continuada dos professores de sua rede.

O número de cidades respondentes quanto à qualificação ou a atualização profissional dos professores de educação física foi reduzido. Somente quatro cidades responderam em 2015, com uma média de 80% dos professores de educação física da rede tendo frequentado cursos de capacitação e atualização. Note-se que basicamente as mesmas cidades responderam a esse indicador em 2014 e 2015, o que pode indicar que as demais cidades não possuem a informação ou ainda que não trabalham a qualificação de professores em suas redes.

TABELA 8: Proporção de professores de educação física do ensino fundamental da rede municipal que passaram por curso qualificação ou atualização profissional - 2014-2015.

	2014	2015
Curitiba	59%	-
Natal	65%	48%
Porto Alegre	100%	100%
Rio de Janeiro	100%	100%
Salvador	22%	72%
Média	69%	80%
Desvio padrão	33%	25%

Uma vez que as políticas públicas de incentivo à prática de esporte e à atividade física não devem estar circunscritas às escolas, mas também atender à população em geral, as cidades foram questionadas em relação ao número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos implementados pelas prefeituras e seus parceiros fora do ambiente escolar.

De acordo com a série histórica acumulada, vemos que os dados apresentados pelos municípios apresentam grande flutuação de um ano para o outro e de uma cidade para outra, o que sugere cautela na análise. Por exemplo, chama a atenção que uma cidade do porte de São Paulo tenha apenas uma centena de profissionais envolvidos nesses projetos. Isso pode ser um indicativo de que os municípios não contabilizaram todos os profissionais contratados por parceiros conveniados e por outras instâncias similares, como por exemplo a Secretaria Municipal de Saúde, revelando dificuldade de articulação em um tema que é transversal a diversas políticas na cidade.

TABELA 9: Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos desenvolvidos pela prefeitura e parceiros (por 100 mil habitantes) - 2013-2015.

	2013	2014	2015
Belo Horizonte	20	18	60
Cuiabá	24	-	-
Curitiba	58	15	13
Distrito Federal	-	19	23
Fortaleza	1	5	2
Natal	-	37	5
Porto Alegre	14	6	10
Recife	30	-	-
Rio de Janeiro	-	1	27
Salvador	4	3	3
São Paulo	49	-	1
Média	25	13	16
Desvio padrão	20	12	19

Análise do eixo recursos humanos

Em conclusão, neste III Relatório do Programa Cidades do Esporte, verificamos que a principal dificuldade das cidades neste eixo persiste: a baixa capacidade de informar de maneira padronizada a quantidade de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos desenvolvidos pelas próprias prefeituras, o que denota falta de visão integrada do esporte nas cidades ou ainda dificuldade de articulação intersecretarial e ausência de sistema de informações integrado na gestão pública.

Assim, dada a centralidade estratégica dos recursos humanos qualificados para a efetivação das políticas públicas de esporte e da atividade física, a conclusão possível com relação às equipes dos governos locais é que há necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de coleta, processamento e acompanhamento dos dados sobre pessoal vinculado à política, considerando a transversalidade, as parcerias com organizações não governamentais e a articulação com as demais Secretarias municipais, características típicas da política pública de esporte.

A plataforma on-line do Programa é uma ferramenta disponível para os municípios, que pode ser utilizada para aprimorar a gestão da informação, além de favorecer a transparência e o controle social, já que os dados são abertos e podem ser acessados pelo público em geral.

Infraestrutura

É através do espaço e das instalações esportivas disponíveis que o esporte e a atividade física encontram as possibilidades concretas de realização. Como afirmou o geógrafo Milton Santos,

“o espaço é um convite à ação, mas também um limite à ação. A qualidade e extensão do espaço esportivo condicionam nosso acesso ao esporte, nossas possibilidades concretas de praticá-lo”¹².

Assim, fazer uso apropriado do investimento na infraestrutura local, considerando as características naturais e demográficas do território, é condição central para a efetivação da prática esportiva e maior adesão da população à atividade física nos centros urbanos.

Esse eixo abrange os seguintes indicadores básicos: (i) áreas de parques e praças por habitante, (ii) áreas verdes por habitante, (iii) percentual de ciclovias e ciclofaixas, (iv) número de equipamentos esportivos por 100 mil habitantes, (v) proporção de equipamentos esportivos acessíveis, (vi) proporção de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física, (vii) proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta e com (viii) quadra poliesportiva coberta ou ginásio e (ix) número de parques infantis.

Embora não seja indicador básico, também foi considerada na análise a evolução das ciclovias e ciclofaixas permanentes, devido à importância que as bicicletas vêm ganhando na mobilidade ativa e para apoiar a compreensão do indicador (iii).

A taxa de resposta para os indicadores básicos do eixo de infraestrutura foi inicialmente de 81%, passando para 73% após exclusão de valores inconsistentes. Cabe destacar que o eixo infraestrutura possui grande interseção com outras áreas de governo, como por exemplo Meio Ambiente e Transportes, de forma que os dados para esses indicadores dependem em boa medida de articulação intersecretarial.

A existência de áreas verdes e de praças e parques é uma condição importante para a melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano e para o estímulo à atividade física e à prática esportiva. A Organização Mundial de Saúde recomenda o mínimo de 12 m² de área verde por habitante, sendo que são referências internacionais no tema cidades como Estocolmo, na Suécia¹³, com 86 m², e Nantes, na França¹⁴, com 60 m² de área verde por habitante.

As sete cidades do Programa que apresentaram dados para o indicador possuem, em média, 27 m² de área verde por habitante, valor acima do mínimo recomendado pela OMS. No entanto, a análise da Tabela 10 indica que essa média deve ser olhada com cautela. Em primeiro lugar, há grande variabilidade dos dados (desvio padrão de 31 m²), sendo que a área verde das cidades participantes varia de 3 a 90 m² por habitante.

Outro ponto que chama a atenção é que duas cidades apresentaram redução significativa de área verde por habitante entre 2014 e 2015, o que sugere inconsistência em algum dos anos. No entanto, optamos por manter os dados tal qual informados, excluindo durante a análise de in-

¹² SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2006a [1996].

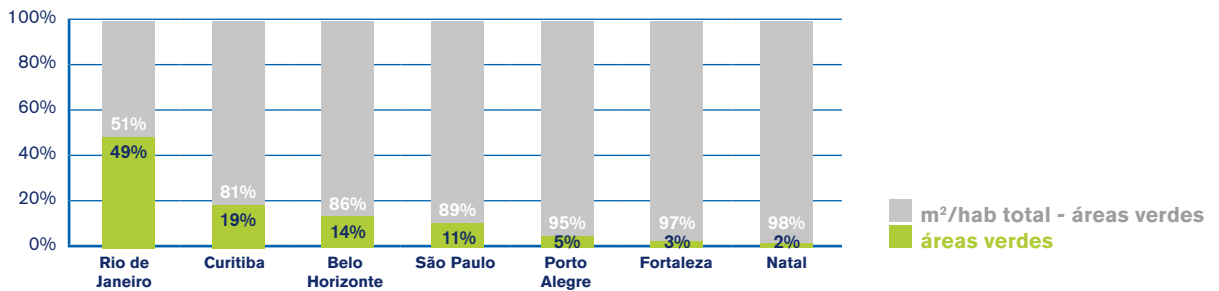
¹³ Fonte: Programa Cidades Sustentáveis. <http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/estocolmo-capital-verde-europeia-de-2010>.

¹⁴ Fonte: European Green City Awards.

consistências apenas aqueles que apresentaram valor incompatível com o próprio perímetro do município.

Cabe destacar que a orientação dada quanto ao preenchimento do indicador foi a de inclusão de áreas verdes de propriedade pública, incluindo parques urbanos, praças e Unidades de Conservação efetivamente implantadas. O Gráfico 3 permite uma visão do quanto a área verde declarada representa em termos do espaço físico disponível por habitante nas cidades.

GRÁFICO 3: Percentual de áreas verdes em relação à área total da cidade (m²/hab) - 2015.



Fortaleza e Natal são as cidades que apresentam uma área verde por habitante muito abaixo do recomendado pela OMS. Com relação às demais cidades, o Rio de Janeiro se destaca, apresentando uma metragem superior até mesmo em relação às referências internacionais. Em qualquer um dos casos, entretanto, uma análise que merece ser aprofundada em estudos futuros diz respeito à dispersão espacial dessas áreas verdes pelo território das cidades, para saber em que medida alguns bairros são privilegiados em relação a outros, bem como a análise da real possibilidade de acesso da população a essas áreas verdes.

Nesse quesito, vale olhar para a área de parques e praças, que são as áreas verdes efetivamente acessíveis pela população. As nove cidades que responderam ao indicador apresentaram, em 2015, uma média de 4 m² por habitante. Em 2014, a média foi de 5 m² por habitante, variando as cidades respondentes. Essa média está bastante distante da referência internacional, como a já citada a cidade de Nantes¹⁵, na França, com seus 37 m² de área de parques e praças por habitante.

Novamente, a diminuição considerável de áreas de parques e praças em algumas cidades (Curitiba e Porto Alegre), assim como um aumento considerável em Fortaleza, passando de 2 para 10m² por habitante de um ano para outro, aponta para uma possível inconsistência das informações, exigindo maior aprofundamento dos números apresentados e cautela na análise. Optamos também aqui por manter os dados informados, excluindo apenas aqueles que apresentaram valor incompatível com o próprio perímetro do município.

Vale destacar que o Rio de Janeiro, que é referência em áreas verdes em geral, apresentou uma área de praças e parques para uso da população extremamente reduzida. Uma das hipóteses é que, embora o Rio de Janeiro possua grandes extensões de áreas verdes, poucas delas são efetivamente passíveis de acesso pela população.

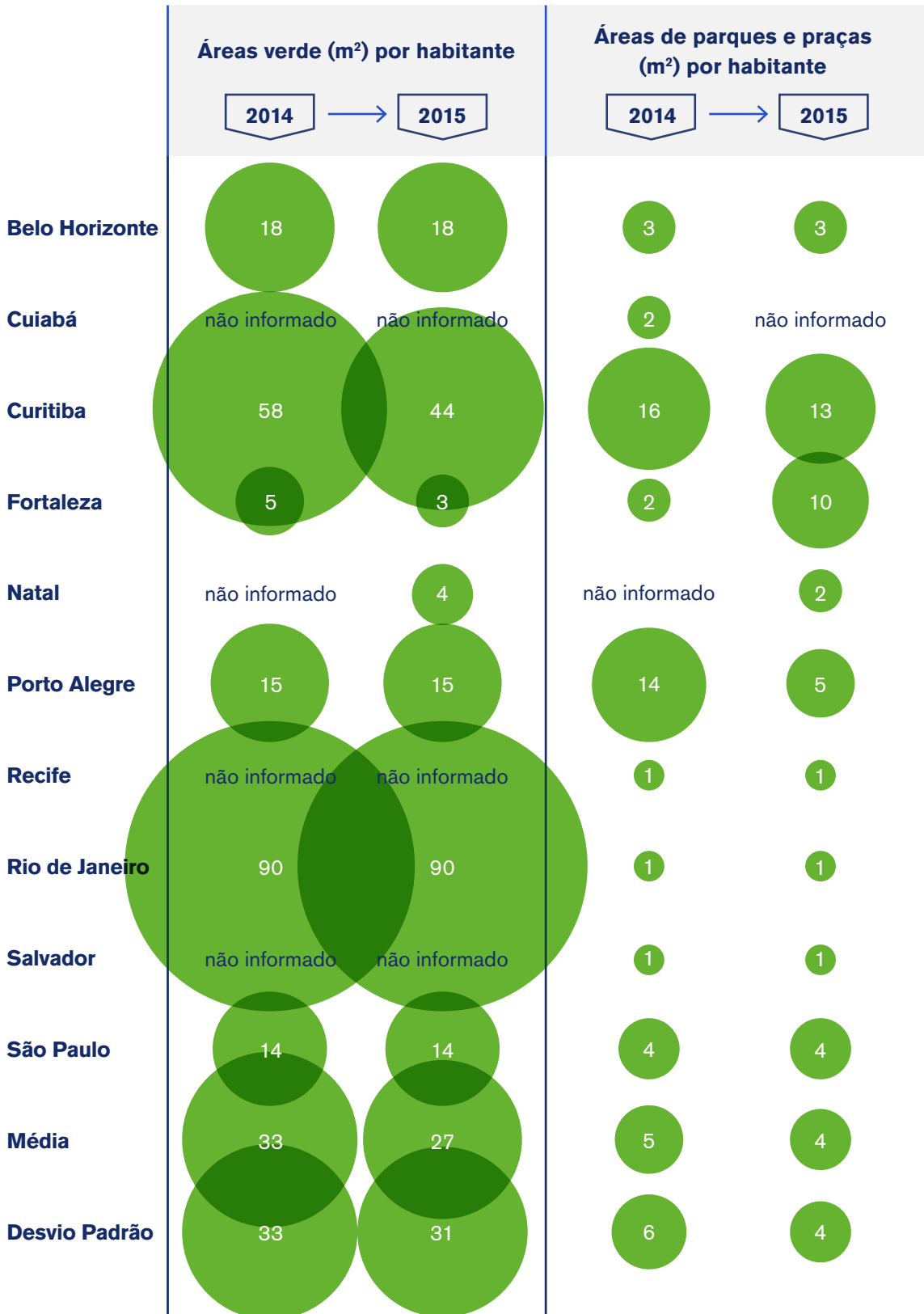
Com relação à quilometragem de ciclovias e ciclofaixas permanentes, em comparação à extensão total de vias das cidades, houve aumento em relação a 2014, com uma variação média de 27% em 2015.

¹⁵Fonte: European Green City Awards.

As ciclovias e ciclofaixas permanentes têm ganhado atenção crescente por parte da mídia, de organizações ativistas, do poder público e da população em geral por serem uma alternativa a diversos problemas enfrentados nos grandes centros urbanos, tais como o trânsito, a poluição e o sedentarismo. A maioria das cidades que apresentaram dados para esse indicador, entretanto, encontram-se distantes da referência internacional, a cidade de Gastelz, na Espanha¹⁶, com 22,2% de ciclovias e ciclofaixas, em compara-

¹⁶ Fonte: Programa Cidades Sustentáveis.

TABELA 10: Áreas verdes, áreas de parques e praças (m²) por habitante - 2014-2015.



ção ao total de vias do município. A exceção e destaque é o Distrito Federal, que apresenta o mesmo percentual da referência internacional.

Para se ter uma visão mais acurada sobre o assunto, recorreremos ao indicador de evolução da extensão total das ciclovias e ciclofaixas em quilômetros que, embora não tenha sido elencado como indicador básico, está disponível na plataforma do Programa e contribui para iluminar a questão.

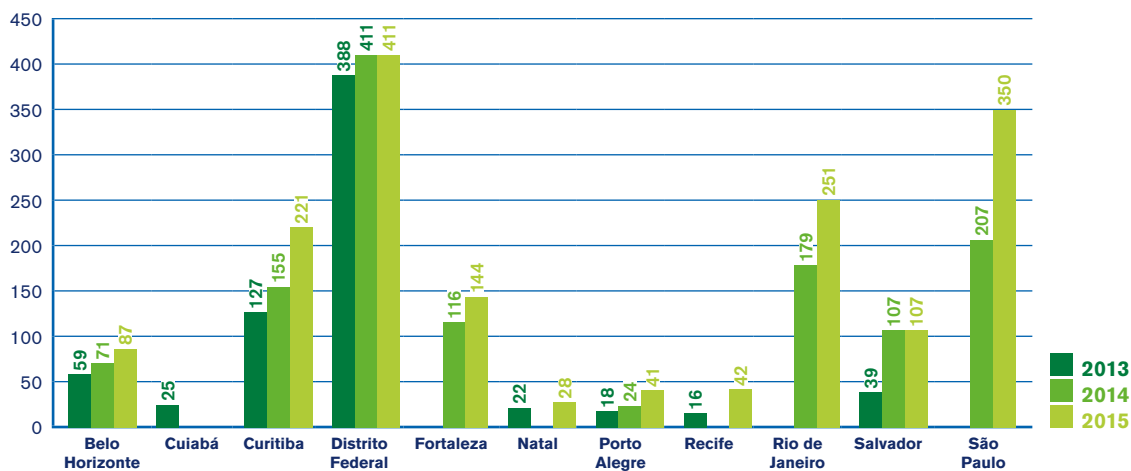
TABELA 11: Percentual de ciclovias e ciclofaixas permanentes (em Km) em relação ao total de vias do município - 2014-2015.

	2014	2015	Varição
Belo Horizonte	2%	2%	23%
Curitiba	3%	5%	40%
Distrito Federal	23%	22%	-6%
Fortaleza	3%	4%	33%
Porto Alegre	1%	1%	68%
Recife	-	2%	-
Rio de Janeiro	2%	3%	41%
Salvador	0%	0%	0%
São Paulo	2%	2%	20%
Média	4,4%	4,5%	27%
Desvio padrão	8%	7%	24%

A Tabela 12 permite observar um aumento consistente da quilometragem de ciclovias e ciclofaixas em todas as cidades respondentes, com um crescimento médio de cerca 90% em 2015, com relação a 2013, para as cidades que apresentaram dados em ambos os anos.

O Gráfico 4, abaixo, apresenta a extensão das ciclovias e ciclofaixas ano a ano, em cada cidade. O que podemos observar é que as cidades brasileiras seguem a tendência internacional de investimento no aumento desses equipamentos.

GRÁFICO 4: Evolução da extensão de ciclovias e ciclofaixas permanentes (Km) - 2013-2015.



Perguntadas sobre a disponibilidade de equipamentos específicos para a prática de esporte, tais como piscinas, quadras, ginásios, pistas de atletismo, entre outros - de propriedade pública ou privada e abertos para uso de qualquer cidadão -, as cidades reportaram possuir em média 10 equipamentos

TABELA 12: Evolução da Extensão Total de Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km) - 2013-2015.

	2013	2014	2015	Variação
Belo Horizonte	59 km	71 km	87 km	47%
Cuiabá	25 km	-	-	-
Curitiba	127 km	155 km	221 km	74%
Distrito Federal	388 km	411 km	411 km	6%
Fortaleza	-	116 km	144 km	-
Natal	22 km	-	28 km	28%
Porto Alegre	18 km	24 km	41 km	133%
Recife	16 km	-	42 km	171%
Rio de Janeiro	-	179 km	251 km	-
Salvador	39 km	107 km	107 km	172%
São Paulo	-	207 km	350 km	-
Total	693 km	1.270 km	1.682 km	-
Média	87	159	168	90%
Desvio Padrão	127	118	135	68%

para cada 100 mil habitantes. A média apresentou um crescimento de 23% em relação a 2014 e as cidades que não tiveram aumento no número de equipamentos mantiveram-se estáveis, sem nenhum caso de redução.

Por outro lado, somente sete cidades apresentaram respostas válidas ao indicador e algumas cidades reportaram apenas os equipamentos sob a gestão da Secretaria de Esporte, e não a totalidade dos equipamentos da cidade abertos ao público, o que denota, novamente, uma dificuldade na visão integrada das políticas de esporte, carência de articulação com as demais secretarias e parceiros ou, ainda, ausência de dados neste sentido.

Sem uma visão da disponibilidade total de equipamentos na cidade e de sua capacidade de atendimento, o gestor municipal fica impossibilitado de avaliar a adequação desses equipamentos à população em geral e de planejar com segurança novos investimentos.

TABELA 13: Número de equipamentos esportivos por 100 mil habitantes - 2014-2015.

	2014	2015	Variação
Belo Horizonte	26	28	8%
Curitiba	2	2	0%
Distrito Federal	5	5	0%
Natal	-	15	-
Recife	3	3	0%
Salvador	10	14	40%
São Paulo	3	5	89%
Média	8	10	23%
Desvio padrão	9	9	36%

Com relação à proporção dos equipamentos públicos de esporte acessíveis a portadores de deficiência, com base nos requisitos da NBR 9050 da ABNT¹⁷, fica difícil extrair uma análise conjunta, já que tanto o número de respondentes entre 2014 e 2015 oscilou como os dados apresentados apresentam grande variabilidade.

Em um extremo, há cidades que declararam possuir alto grau de acessibilidade, enquanto outras apresentaram números muito restritos. Apesar de o Programa ter disponibilizado um caderno que explica cada um dos indicadores de forma detalhada, é possível que tenha havido aqui uma incompreensão quanto a este indicador específico e que algumas cidades tenham considerado apenas os equipamentos plenamente adaptados ao esporte paralímpico. É uma questão que teria que ser aprofundada.

No âmbito escolar, a existência de quadras esportivas é um indicador de extrema importância, pois trata-se de infraestrutura fundamental para possibilitar que atividades esportivas sejam desenvolvidas em espaço apropriado.

Nesta terceira edição do Relatório do Programa Cidades do Esporte, o indicador de proporção de escolas municipais de ensino fundamen-

¹⁷ Item 8.5 – Locais de esporte, lazer e turismo. Ver texto integral em: <http://goo.gl/g6YN>.

TABELA 14: Proporção de equipamentos esportivos acessíveis em relação ao total de equipamentos esportivos públicos - 2014-2015.

	2014	2015
Belo Horizonte	2%	-
Cuiabá	1%	-
Distrito Federal	99%	99%
Natal	-	3%
Recife	20%	20%
Rio de Janeiro	95%	95%
São Paulo	-	100%
Média	43%	64%
Desvio padrão	50%	48%

tal “com quadra poliesportiva externa” foi modificado para “com quadra poliesportiva coberta ou descoberta”, permitindo maior comparabilidade com os dados do Censo Escolar¹⁸, que traz o percentual de escolas com quadras esportivas em geral.

A Tabela 15, adiante, confronta o dado apresentado pelas cidades quanto à proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou descoberta, com a informação do Censo Escolar 2015 sobre a proporção de escolas da rede municipal, urbanas e rurais, voltadas para o ensino fundamental regular, com quadras esportivas.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, em todo o país. Os dados são fornecidos pelas próprias escolas, públicas e privadas, e pelas redes de ensino estaduais e municipais.

O Censo Escolar traz um retrato acurado da educação brasileira, desde o número de matrículas e rendimento dos alunos até a infraestrutura das escolas, fornecendo subsídios para o planejamento e a melhoria do ensino e da infraestrutura das redes de ensino. Desta forma, chama a atenção que a grande maioria das cidades não tenha utilizado os dados do Censo Escolar para preenchimento do indicador da Plataforma Cidades do Esporte, algumas tendo deixado o campo em branco e outras apresentando dados muito díspares daqueles constantes na pesquisa.

O que podemos observar do conjunto de dados da Tabela 17 é que, de acordo com o Censo Escolar, ainda há muito a avançar no sentido de prover infraestrutura adequada para a prática de atividades desportivas nas escolas municipais de ensino fundamental, já que, em média, somente 68% das escolas das cidades aqui analisadas possuem quadras esportivas.

Por outro lado, cabe destacar que não se trata de um resultado ruim, considerando a realidade brasileira, em que apenas 26% das escolas públicas municipais de ensino fundamental regular possuíam quadra de esportes em 2015, de acordo com os dados do Censo Escolar. As exceções são Manaus, Recife e Salvador, que possuem um percentual de escolas com quadras esportivas muito baixo, próximo do percentual nacional e muito abaixo dos índices das demais capitais aqui analisadas.

Cabe destacar ainda, que o indicador de proporção de escolas municipais com quadras poliesportivas cobertas ou ginásios sugere que, quando há quadra de esportes nas escolas das Cidades do Esporte, ela é em grande maioria coberta, condição essa importante para garantir a prática de atividades físicas independente do clima. De 2014 para 2015, no entanto, não houve alteração relevante na cobertura de quadras, mesmo nas cidades que estão mais atrás nesse quesito, como Salvador e Rio de Janeiro.

Outro indicador do programa é sobre a proporção de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física. Descobertas no campo da neurociência, da economia, da psicologia e em outros campos de conhecimento têm revelado cada vez mais a importância da primeira infância - período que vai de zero aos seis anos de vida - para o desenvolvimento integral do ser humano. Trata-se de uma verdadeira janela de oportunidade para o aprendizado e o desenvolvimento, em uma escala maior que nos demais períodos da vida.

¹⁸ Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

TABELA 15: Proporção de escolas da rede municipal, com ensino fundamental regular, com quadras esportivas em condição de uso - 2015.

	Quadra poliesportiva, coberta ou descoberta - Cidades do Esporte 2015		Quadra poliesportiva, coberta ou descoberta - Censo Escolar 2015		Quadra poliesportiva coberta ou ginásio - Cidades do Esporte	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Belo Horizonte	92%	92%	97% (171 escolas)	97%	92%	92%
Cuiabá	-	-	84% (68 escolas)	84%	-	-
Curitiba	100%	100%	97% (178 escolas)	97%	82%	100%
Distrito Federal	67%	67%	67% (354 escolas)	67%	67%	67%
Fortaleza	-	-	59% (167 escolas)	59%	-	-
Manaus	-	-	29% (107 escolas)	29%	-	-
Natal	2%	-	67% (48 escolas)	67%	-	-
Porto Alegre	67%	67%	98% (52 escolas)	98%	69%	67%
Recife	-	-	23% (51 escolas)	23%	-	-
Rio de Janeiro	63%	50%	74% (735 escolas)	74%	49%	50%
Salvador	-	4%	26% (90 escolas)	26%	3%	4%
São Paulo	99%	85%	99% (553 escolas)	99%	82%	85%
Média	70%	66%	68%	68%	63%	66%
Desvio Padrão	34%	33%	29%	29%	30%	33%

Fonte: Plataforma de Indicadores do Programa Cidades do Esporte (indicadores.atletaspelobrasil.org.br) e Censo Escolar 2015 via Portal Qedu (www.qedu.org.br).

A exploração das possibilidades corporais, dos jogos, das brincadeiras e dos movimentos na primeira infância, constitui prática importante de desenvolvimento do indivíduo e por essa razão a Tabela 16 traz o indicador do Programa Cidades do Esporte relativo a existência de pátios em escolas municipais com educação infantil regular.

Entre as setes cidades que responderam ao indicador, a média de escolas de educação infantil foi de 73%, com desvio padrão de 29%. Esse indicador, entretanto, não deve ser olhado isoladamente, sem considerar o indicador presente no eixo Ações e Projetos, que revela que a taxa de atendimento escolar de crianças de zero a cinco anos é bastante reduzida, não chegando a alcançar nem 35%, em média.

TABELA 16: Proporção de escolas municipais de educação infantil (0 a 5 anos) com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física - 2015.

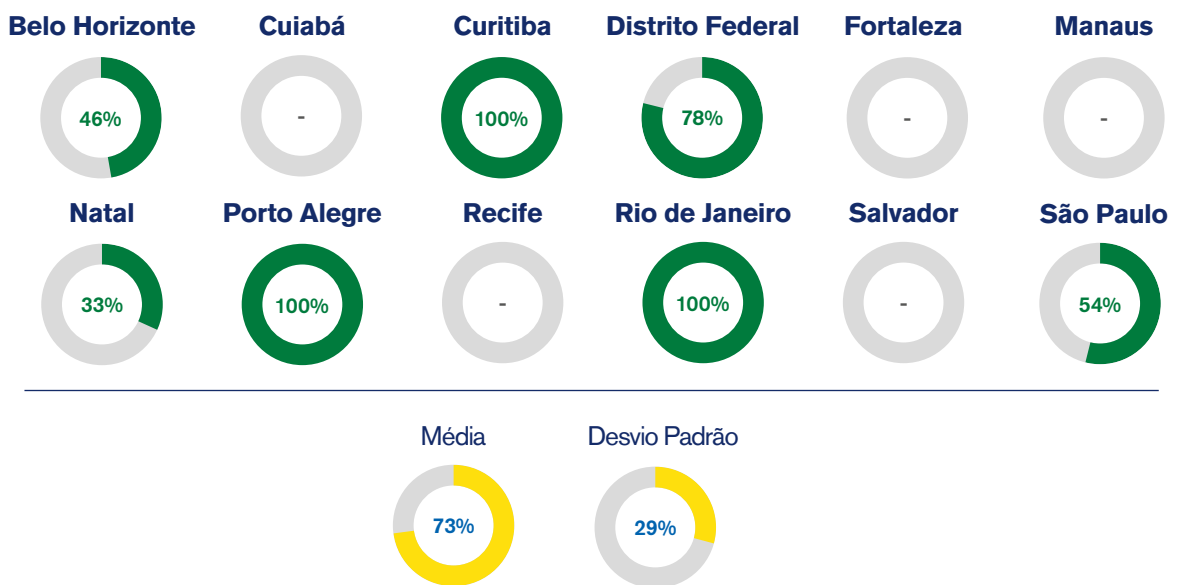


TABELA 17: Número de parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade - 2015.

	2015
Belo Horizonte	3,9
Distrito Federal	22,0
Fortaleza	1,6
Natal	5,8
Porto Alegre	29,4
Recife	9,1
Salvador	0,1
São Paulo	0,2
Média	9,0
Desvio padrão	10,9

Ainda pensando no público infantil, a Tabela 17 traz o número de parques infantis (parquinhos) para cada 10 mil habitantes com até 10 anos de idade. Esse indicador também passou por alteração em 2015. Antes, não havia a especificação da faixa etária. Essa alteração contribuiu para qualificar o indicador e permitiu visualizar a existência de parques infantis para os verdadeiros usuários: as crianças.

A média das cidades que responderam ao indicador em 2015 é de 9 parques infantis para cada 10 mil crianças de até 10 anos de idade. Em outra perspectiva, há, em média, 1.111 crianças com até 10 anos de idade para cada parquinho. Porto Alegre e Distrito Federal são as cidades com maior número de parquinhos por criança, com 29,4 e 22 parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes com até 10 anos de idade, respectivamente. Salvador e São Paulo apresentaram os piores números, com 0,1 e 0,2 parquinhos para cada 10 mil crianças.

Análise do eixo infraestrutura

Neste eixo, podemos destacar a expansão das ciclovias, que consolida a tendência já observada no II relatório. Todos os municípios que participaram da coleta de dados em 2016 preencheram o indicador na plataforma. Essa política tem o potencial de impactar positivamente no planejamento das cidades e na vida de seus habitantes.

Cabe lembrar, no entanto, que para que ela seja efetiva na redução do tráfego e para o deslocamento ativo não poluente, não pode se limitar à construção de infraestrutura cicloviária. Uma série de outras ações - como a realização de campanhas de estímulo ao uso da bicicleta e de proteção ao ciclista - que busquem promover uma mudança de cultura, a interligação com outros tipos de transporte, como trens e metrô, a construção de bicicletários, a promoção de incentivos para a aquisição de bicicletas, a instalação de sinalização adequada e a garantia de segurança pública, entre outros. Somente com um programa abrangente será possível modificar o comportamento da população nos deslocamentos diários por bicicleta, que ainda são pouco significativos em relação aos demais meios de deslocamento.

Os indicadores de áreas verdes e praças e parques, que são fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos nas cidades e também espaços estimulantes à prática de atividade física e esportiva, apresentam grandes variações em alguns municípios de um para outro ano, o que leva ao questionamento da eficácia da gestão da informação, problema já levantado na conclusão do eixo Recursos Humanos.

Além disso, apesar dos indicadores apresentarem grande dispersão entre as cidades, os números sugerem que ainda há que avançar em relação aos espaços efetivamente acessíveis pela população, equipamentos esportivos e parques infantis.

Na plataforma do Programa Cidades do Esporte, há uma série de outros indicadores que podem ser acessados no eixo infraestrutura, como a existência de academias de ginástica, piscinas e ginásios esportivos abertos à comunidade. Um ponto importante de análise, que fica como sugestão de aprofundamento para as equipes de gestores públicos muni-

cipais, é a distribuição da infraestrutura de esporte e lazer nos territórios. Voltando a Milton Santos, mencionado acima, o espaço é convite, mas também limite, à prática do esporte, é preciso saber em que medida alguns segmentos da população estão sendo mais limitados que outros, tendo em vista o planejamento de futuras ações dentro da política pública.

Quanto à infraestrutura nas escolas, é importante destacar que as quadras esportivas e pátios são indicadores de extrema importância para garantir que a atividade física e esportiva seja desenvolvida em espaço apropriado. Algumas cidades não apresentaram dados quanto à existência de quadras na rede municipal de ensino e outras apresentaram informações bem díspares com relação à pesquisa Censo Escolar 2015. Cabe ressaltar que essa pesquisa anual, já consolidada no Brasil, fornece subsídios para o planejamento e a melhoria do ensino e da infraestrutura das redes de ensino. É surpreendente notar que várias cidades não a utilizam como fonte de informação.

Os números apresentados pelo Censo Escolar quanto à existência de quadras nas escolas municipais variam muito de cidade a cidade, estando três delas abaixo da média nacional para escolas públicas de ensino fundamental, que é de 26%.

Como legado dos megaeventos, o governo federal anunciou investimentos de mais R\$ 700 milhões para construção de novas quadras esportivas e cobertura das quadras existentes¹⁹. Apesar deste montante, o Censo Escolar de 2015 mostrou que o avanço foi pequeno. Apenas 31% das unidades públicas de educação do país contam com quadras esportivas, em 2010 essa porcentagem correspondia a 25%.

¹⁹ Portal Brasil, <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/segundo-tempo/mais-educacao>, acessado em 26/08/2016.

Ações e Projetos

Outro elemento fundamental para avaliar as iniciativas do poder público, refere-se à dimensão de Ações e Projetos, que compreende o estímulo à prática esportiva, seja nas escolas, através da disciplina de educação física e de atividades no âmbito da proposta de escolas em tempo integral, como pelo uso planejado do espaço urbano, realização de projetos esportivos e campanhas de incentivo. São, em suma, as atividades finalísticas destinadas à população.

Os indicadores básicos selecionados para este eixo são: (i) tempo dedicado à educação física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1º ao 5ºano) e (ii) (de 6º ao 9ºano), (iii) taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos, (iv) proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva complementar, (v) proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias, (vi) campanhas publicitárias de estímulo à atividade física e esportiva e (vii) campanhas publicitárias de estímulo ao uso da bicicleta e proteção do ciclista.

A taxa de resposta para os indicadores básicos do eixo de ações e projetos foi uma das menores entre os eixos, inicialmente com 67% de respostas e 64% após exclusão de dados inconsistentes. Essa taxa denota, se não uma baixa realização de ações e projetos esportivos pelos governos municipais e do Distrito Federal, ao menos uma dificuldade em manter registros das ações e projetos realizados.

A importância do esporte no desenvolvimento do ser humano tem sido estudada e está documentada de muitas formas. Segundo o relatório “Desenhado para o Movimento”, por exemplo, crianças que se movimentam desde a primeira infância têm habilidades motoras melhor desenvolvidas e maiores chances de se tornarem adultos ativos²⁰.

A prática da atividade física e esportiva deve ser assegurada e promovida durante toda a vida do indivíduo, não só para o desenvolvimento físico, motor e cognitivo, mas também para estimular o desenvolvimento de valores como trabalho em grupo, inclusão, respeito às regras e aos adversários, disciplina, foco, entre outros. Muitas vezes o primeiro contato do indivíduo com a prática física e esportiva se dá através da Educação Física na escola, razão pela qual o tempo dedicado a esta disciplina é uma referência importante para a Atletas pelo Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996), em seu § 3º do Art. 26, estabelece que a educação física integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular obrigatório da educação básica. No entanto, caso não legislado complementarmente em âmbito municipal ou estadual, as Secretarias de Educação têm autonomia para desenvolver seus próprios currículos em termos de distribuição de carga horária, desde que alinhados com as diretrizes nacionais.

Na coleta de dados realizada nas cidades nos últimos dois anos, a grande maioria afirmou ter duas horas-aulas²¹ semanais dedicadas à disciplina, como podemos observar na Tabela 18 abaixo. A Atletas pelo Brasil considera que duas horas-aulas na semana é a carga horária mínima que deve ser seguida pelas escolas.

²⁰ MACCALUM, Lisa; GOPU, Niithya; HOWSON, Nicole, Desenhado para o Movimento; [Título original: Design to Move, traduzido por Wiedent + Kennedy], São Paulo: Nike Brasil, 2013.

²¹ O conceito de hora responde ao padrão nacional e internacional de 60 minutos distinguindo-a do de hora-aula. A hora-aula geralmente varia entre 40 a 50 minutos, que devem ser de efetivo trabalho escolar. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 08/2004, a LDB estabelece que a definição da duração da hora-aula das disciplinas é da competência do estabelecimento de ensino.

TABELA 18: Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (em hora-aula) - 2014-2015.

	1º ao 5º ano		6º ao 9º ano	
	2014	2015	2014	2015
Belo Horizonte	2	2	2	2
Cuiabá	2	-	2	-
Curitiba	2	2	2	2
Distrito Federal	2	2	3	3
Fortaleza	-	2	-	2
Natal	2	2	2	2
Porto Alegre	2	2	3	2
Recife	-	-	-	1
Rio de Janeiro	2	2	2	2
Salvador	4	2	1	2
São Paulo	2	2	3	3
Média	2	2	2	2
Desvio padrão	1	0	1	1

Para aprofundar o olhar sobre essa informação, podemos utilizar também a pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) realizada em 2015 pelo IBGE. Essa pesquisa é feita junto aos alunos do 9º ano, para conhecer e dimensionar os diversos fatores de risco e de proteção à saúde desse grupo.

De acordo com a pesquisa, houve uma queda no percentual de alunos do 9º ano do ensino fundamental da rede pública que não tiveram aulas de educação física nos sete dias anteriores à data da entrevista. Em 2012, esse percentual era de 18,3% e em 2015, passou para 14% dos alunos. Já o percentual de alunos que informaram terem tido dois ou mais dias de aulas de educação física, na semana anterior à entrevista, foi de 48% em 2015, sendo que, em 2012, esse valor foi de 38,6%.

Dessa forma, apesar da melhoria nos números gerais e da grande maioria das cidades afirmar que garantem 2 horas-aulas semanais para a disciplina de Educação Física dentro do currículo escolar nas escolas municipais, os dados da pesquisa PeNSE apontam para a necessidade de maior consideração sobre a real efetivação desse tempo na totalidade da rede pública de ensino.

Uma vez que a primeira infância é uma fase crítica no desenvolvimento integral do ser humano, a taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos é outro indicador importante. De acordo com o Plano Nacional da Educação - PNE, o país tem a meta de universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade até 2016 e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de zero até três anos de idade até o final da vigência do Plano em 2024.

Em 2014, a taxa média de atendimento escolar de crianças entre zero e cinco anos, nas seis cidades que responderam ao indicador, era de 28%. Em 2015, a taxa média de atendimento cresceu 37%, ficando em 33%, entre as sete cidades que responderam ao indicador.

Uma vez que o indicador não traz o recorte de zero a três anos e de quatro a cinco anos, não é possível comparar adequadamente com as metas do PNE. Entretanto, considerando estudo²² que mostra que a demanda por creche no

TABELA 19: Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental da rede pública que tiveram dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa PeNSE - 2015.

	Alunos do 9º ano com 2 dias ou mais de aulas de educação física
Belo Horizonte	68%
Cuiabá	39,1%
Curitiba	82,4%
Distrito Federal	73,9%
Fortaleza	18,8%
Manaus	53,9%
Natal	27,3%
Porto Alegre	60,5%
Recife	38,1%
Rio de Janeiro	34,4%
Salvador	41,9%
São Paulo	67,9%
Média	50,5%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, Amostra 1, 2015.

²² Como são a procura e a oferta de creche no Brasil?. IDados. idados.org.br/blog/como_e_a_procura_e_oferta_de_creches_no_brasil.

Brasil é superior a 60% das crianças de zero a três anos e, considerando que o atendimento com pré-escola já deveria estar universalizado, vemos que ainda há grande necessidade de avanço nesse indicador.

Destacam-se as cidades de Natal e Belo Horizonte, que embora ainda apresentem percentuais passíveis de melhoria, empreenderam grande esforço de ampliação de suas redes de educação infantil, com 167% e 46% de crescimento da taxa de atendimento respectivamente, entre 2014 e 2015.

TABELA 20: Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade - 2014-2015

	2014	2015	Varição
Belo Horizonte	13%	20%	46%
Curitiba	40%	41%	4%
Distrito Federal	14%	14%	0%
Natal	23%	63%	167%
Rio de Janeiro	30%	31%	1%
Salvador	-	11%	-
São Paulo	49%	51%	4%
Média	28%	33%	37%
Desvio padrão	14%	20%	66%









































De acordo com a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), crianças e jovens de 5 a 17 anos devem praticar atividade física moderada ou intensa pelo menos 60 minutos por dia. Dessa forma, duas horas-aulas de educação física por semana não são suficientes para cumprir com tal recomendação. É necessário que os alunos do ensino básico assumam outras atividades físicas extracurriculares. A escola cumpre um papel importante na oferta destas atividades no contraturno escolar, com impacto positivo para a aprendizagem quando associadas ao projeto pedagógico das instituições.

Nas cidades do Programa que responderam a esse indicador, o percentual de alunos das escolas municipais de ensino fundamental que participam de atividade física ou esportiva no contraturno escolar ainda é bastante baixo, apenas 27% em média, embora tenha crescido 31% em relação a 2014.

O grande destaque é a cidade de Porto Alegre, que passou de 29% para 79% em 2015. Belo Horizonte manteve o patamar de 54% de atendimento e Natal, que já apresentava percentual baixo, caiu para apenas 1%. Cabe destacar ainda que o baixo número de respondentes em 2015 - apenas seis cidades - denota a dificuldade de articulação entre as secretarias para obtenção de informações.

Com relação à proporção de alunos do ensino fundamental da rede municipal que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares, o número de respondentes foi ainda mais reduzido. Apenas três cidades apresentaram seus dados, dificultando uma análise comparada. Belo Horizonte informou que 89% dos alunos participam de atividades físicas no período de férias escolares, ao passo que Porto Alegre, que é uma referência em atividades no contraturno, reportou que apenas 3% dos alunos participam de atividades nas férias.

TABELA 21: Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva complementar nas escolas municipais de ensino fundamental e no período de férias escolares na rede municipal– 2014 e 2015.

	No contraturno do ensino fundamental			No período de férias escolares	
	2014	%Variação	2015	2014	2015
Belo Horizonte	 54%	0% →	 54%	 45%	 55%
Cuiabá	 -	- →	 -	 -	 -
Curitiba	 11%	+73% →	 19%	 -	 -
Distrito Federal	 3%	+33% →	 4%	 -	 -
Natal	 14%	-93% →	 1%	 -	 -
Porto Alegre	 29%	+172% →	 79%	 9%	 3%
Rio de Janeiro	 4%	0% →	 4%	 -	 -
São Paulo	 10%	- →	 -	 -	 -
Média	 18%	+31% →	 27%	 36%	 37%
Desvio Padrão	 18%	+88% →	 32%	 24%	 46%

O que vemos aqui é um grande campo tanto para a ampliação de ações e projetos de incentivo à atividade física e à prática esportiva nas escolas como para a melhoria da articulação entre as Secretarias Municipais de Esporte e Educação.

Outra forma de incentivar a população à prática de esportes e de atividades físicas é através de campanhas publicitárias. O Programa Cidades do Esporte perguntou às cidades participantes sobre a realização de campanhas de estímulo à atividade física e esportiva e ao uso da bicicleta e proteção do ciclista e do pedestre. O indicador diz respeito a campanhas de âmbito municipal realizadas pela Prefeitura utilizando pelo menos duas das cinco seguintes mídias: televisão, rádio, redes sociais, imprensa, outdoors/mídia externa.

O número de respondentes variou consideravelmente entre cidades, tipo de campanha e anos. Dentre as cidades que responderam, as médias de campanhas de estímulo à atividade física e esportiva foram de 3 campanhas anuais em 2014 e 4 em 2015, enquanto as campanhas de estímulo ao uso da bicicleta e/ou proteção ao pedestre foram de 5 e 6, respectivamente. Cabe destacar que algumas cidades haviam declarado, em 2014, que não realizaram qualquer tipo de campanha.

TABELA 22: Campanhas publicitárias de âmbito municipal - 2014-2015.

	Campanhas de estímulo à atividade física e esportiva		Campanhas de estímulo ao uso da bicicleta e ou proteção do ciclista e do pedestre	
	2014	2015	2014	2015
Belo Horizonte	0	-	3	2
Cuiabá	1	-	5	-
Curitiba	0	5	4	5
Distrito Federal	2	1	4	3
Fortaleza	-	1	-	-
Natal	10	-	10	-
Recife	-	-	4	-
Rio de Janeiro	0	2	0	1
Salvador	5	9	10	21
Média	3	4	5	6
Desvio padrão	4	3	3	8

Em 2015, percebe-se um aumento dos casos omissos (cidades que não preencheram o indicador) e cabe notar que as médias das campanhas foram demasiadamente influenciadas por Salvador, que apresentou números muito acima das demais cidades respondentes.

Análise do eixo ações e projetos

Neste eixo chama a atenção o fato do índice de respostas ter sido um dos mais baixos dos eixos, cerca de 60%, apontando para a dificuldade das cidades monitorarem suas ações.

Apesar de a disciplina ser componente obrigatório no currículo escolar, o tempo destinado a ela fica a cargo de legislação complementar em âmbito municipal ou estadual, ou na ausência destas, das secretarias de educação. As cidades responderam que dedicam em média duas horas-aulas por semana para a prática de Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental. No entanto, ao consultarmos a pesquisa PeNSE 2015, que entrevista os alunos do nono ano quanto a terem tido dois ou mais dias de aulas de educação física nos sete dias que antecederam sua aplicação, a média das cidades do programa foi de apenas 50,5% na rede pública. Essa pesquisa apenas aponta para a necessidade de fazer com que a Educação Física curricular seja de fato efetivada dentro das escolas.

Outros indicadores importantes são a prática de atividade física no contraturno e durante as férias escolares. No II relatório concluímos que a escola como ator no estímulo à atividade física e esportiva tem um potencial enorme para uma política efetiva de crianças e jovens ativos. A média de crianças e jovens do ensino fundamental municipal atendidos no contraturno aumentou de 27% para 31% de 2014 para 2015. Esse percentual ainda é baixo e foi motivado quase que exclusivamente pela grande ampliação no atendimento em Porto Alegre.

Uma das propostas de legado das Olimpíadas de 2016 foi a ampliação do esporte no contraturno escolar com o Programa Segundo Tempo. Este foi ampliado para atender somente três milhões de crianças no universo de 30 milhões de inscritos nas escolas públicas de ensino básico e médio, o que corresponde a somente 10% dos alunos. É necessária implementar um programa com recursos suficientes e com escala para avançar nessa política.

Quanto às atividades físicas e esportivas oferecidas no período de férias, ainda há uma dificuldade em reportar tal informação. Apenas quatro cidades responderam às questões desse quesito, apesar de ser um indicador básico.

Em relação às campanhas de incentivo à prática de atividade física e esportiva, e ao uso da bicicleta e proteção aos ciclistas, percebe-se um aumento de cidades que não responderam os indicadores de 2014 para 2015, sendo esses também básicos. O pequeno aumento na média foi motivado por Salvador que apresentou números muito superiores à média.

Como já mencionado anteriormente, o incentivo à prática de esporte e atividade física passa não apenas pela construção de infraestrutura, mas também por uma série de outras iniciativas, como oferta de aulas, de atividades monitoradas e campanhas, que contribuem para uma mudança de cultura e do padrão de comportamento da população em geral. Outros indicadores de ações e projetos do Cidades do Esporte, como a existência de programas de compartilhamento de bicicletas e ruas de lazer, estão disponíveis para consulta na Plataforma do Programa.

Comportamento

Considerando a estrutura institucional disponível, os recursos orçamentários, a disponibilidade de profissionais capacitados, a existência de infraestrutura propícia e de ações e projetos de incentivo à prática esportiva e combate ao sedentarismo, cabe perguntar: essas ações convergiram para uma mudança positiva na população?

Para saber se houve impacto decorrente das políticas públicas e medidas adotadas no município, é fundamental observar a ocorrência de mudanças perceptíveis no comportamento da população. Assim, conhecer a proporção da população adulta que pratica o mínimo recomendado por semana de atividade física ou esportiva, bem como os deslocamentos diários feitos a pé ou de bicicleta e o grau de inatividade dos habitantes da cidade, é importante para uma avaliação da efetividade e readequação no planejamento da política pública.

Os indicadores básicos no eixo comportamento são: (i) proporção de deslocamentos diários feitos à pé, (ii) proporção de deslocamentos diários feitos de bicicleta, (iii) prática de atividade física ou esportiva pela população acima de 65 anos, (iv) prática de atividade física ou esportiva pela população adulta do sexo feminino, e (v) prática de atividade física ou esportiva pela população adulta.

A taxa de resposta dos indicadores básicos do eixo comportamento foi a mais baixa entre os eixos, o que evidencia que a dificuldade das cidades em responder aos indicadores de comportamento persiste em relação ao Relatório anterior. Boa parte dos indicadores do eixo foram preenchidos pela própria equipe da Atletas pelo Brasil, com base na Pesquisa Vigitel, realizada anualmente pelo Ministério da Saúde.

No que tange ao deslocamento ativo, a Política Nacional de Mobilidade Urbana traz como um dos seus principais objetivos aumentar a participação do transporte coletivo e não motorizado na matriz de deslocamentos da população²³.

Além disso, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), pessoas que se deslocam caminhando ou de bicicleta para a escola ou trabalho, somando ao menos 30 minutos diários ou 150 minutos por semana de atividade moderada no deslocamento, ainda que não realizem atividade física no tempo livre, não podem ser consideradas inativas ou sedentárias.

Apenas quatro cidades responderam sobre os deslocamento a pé e somente três sobre os deslocamentos de bicicleta. As cidades respondentes utilizaram como fonte pesquisas de Origem e Destino realizadas nos municípios entre os anos 2009 e 2012.

A pesquisa domiciliar de origem/destino é uma metodologia que traça um diagnóstico dos principais padrões de deslocamento das pessoas, incluindo o uso da malha viária, de meios públicos de transportes, o funcionamento do deslocamento de cargas e dos moradores. Dada sua complexidade, é em geral realizada a cada dez anos, porém poucos municípios a fazem, apesar de sua importância como insumo para o planejamento da mobilidade urbana e de políticas públicas de combate ao sedentarismo.

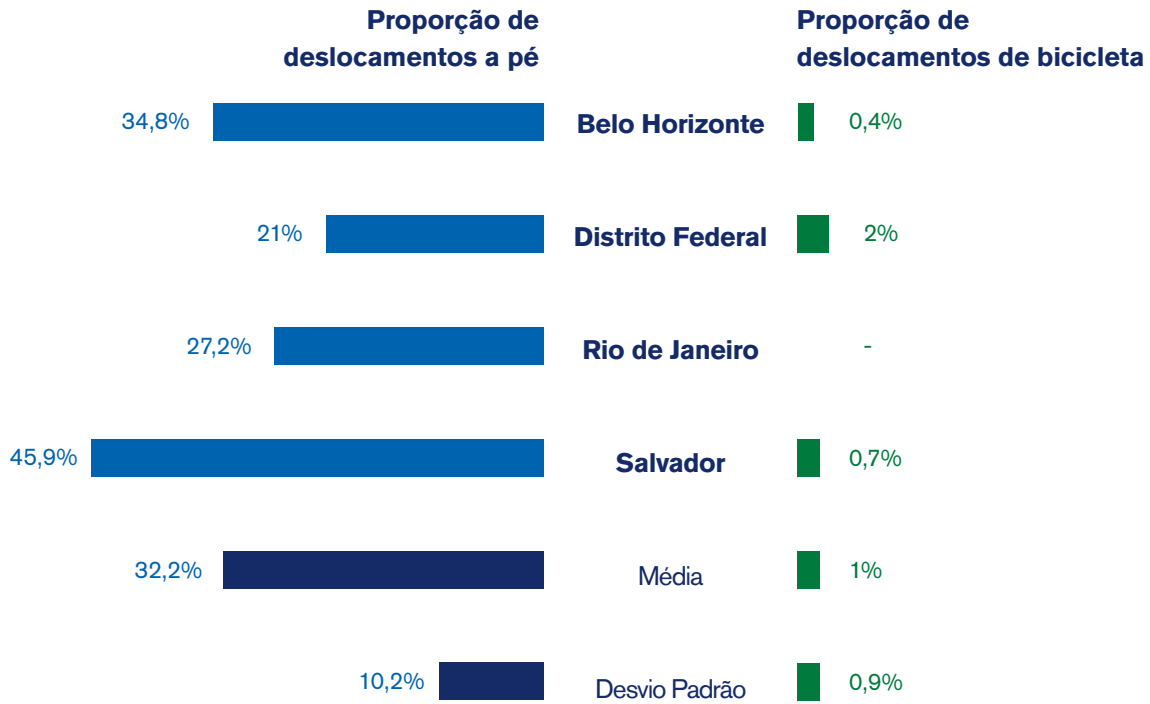
Entre as cidades que responderam aos indicadores, a média da proporção de deslocamentos diários feitos à pé ficou em 32,2% do total de deslocamentos diários e a média dos deslocamentos de bicicleta ficou em apenas 1% do total.

²³ Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ministério das Cidades, 2013: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE-MOB/cartilha_lei_12587.pdf

A cidade de Copenhagen, na Dinamarca, é uma referência de deslocamento ativo, com 19% dos deslocamentos diários feitos à pé e 26% de bicicleta²⁴. Com relação aos deslocamentos feitos à pé, todas as cidades respondentes ultrapassam a referência internacional. No entanto, no que tange ao deslocamento por bicicleta, ainda há muito que avançar.

²⁴ Fonte: European Green City Awards.

TABELA 23: Proporção de deslocamentos diários, por tipo de deslocamento, em relação ao total de deslocamentos - 2015.



A Pesquisa Origem e Destino 2007 da Região Metropolitana de São Paulo, revelou que 89% dos deslocamentos à pé têm como principal razão o fato de a distância a ser percorrida ser pequena, sendo que o principal motivo para as viagens realizadas a pé é o deslocamento para atividades de estudo (57%). Já quanto às bicicletas, 57% das viagens tiveram como motivação a pequena distância da viagem e 22% o fato da condução alternativa ser considerada cara. Embora São Paulo não tenha preenchido os indicadores relativos a deslocamento na Plataforma Cidades do Esporte, seus patamares são bem próximos das cidades que responderam, com cerca de 33% dos deslocamentos feitos à pé e cerca de 0,7% de bicicleta.

Os altos níveis de deslocamento à pé no Brasil são um fenômeno que demanda uma maior análise para se pensar políticas públicas de mobilidade nos municípios. O estudo “Diferenças socioeconômicas e regionais na prática do deslocamento ativo no Brasil”²⁵, que tem como base de análise a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, nos fornece insumos importantes para se pensar sobre deslocamento ativo no país, embora tenha como foco apenas o deslocamento ativo de casa para o trabalho.

De acordo com o estudo, um terço dos brasileiros empregados desloca-se de casa para o trabalho a pé ou de bicicleta. O deslocamento ativo é maior entre jovens, entre os que residem em área rural e habitantes da região Nordeste, e diminui à medida em que há aumento da renda e da escolaridade.

²⁵ Sá TH, Pereira RHM, Duran AC, Monteiro CA. Diferenças socioeconômicas e regionais na prática do deslocamento ativo no Brasil. Revista Saúde Pública. 2016;50:37.

TABELA 24: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas no deslocamento equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana, por sexo. Vigitel, 2013-2015.

	Adulto			Masculino			Feminino		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Belo Horizonte	14%	11%	12%	12%	11%	10%	14%	11%	13%
Cuiabá	9%	11%	10%	7%	12%	8%	10%	10%	9%
Curitiba	11%	13%	11%	11%	12%	11%	10%	14%	12%
Distrito Federal	10%	9%	6%	11%	10%	3%	9%	9%	10%
Fortaleza	10%	11%	10%	10%	14%	10%	10%	8%	10%
Manaus	12%	12%	10%	12%	12%	12%	12%	11%	8%
Natal	9%	10%	8%	8%	9%	9%	10%	11%	8%
Porto Alegre	11%	11%	13%	9%	11%	13%	13%	11%	12%
Recife	12%	11%	11%	14%	12%	13%	11%	11%	10%
Rio de Janeiro	13%	14%	15%	12%	15%	19%	14%	14%	13%
Salvador	13%	14%	11%	13%	15%	13%	13%	13%	10%
São Paulo	14%	14%	14%	14%	15%	14%	13%	13%	15%
Média	11%	12%	11%	11%	12%	11%	12%	11%	11%
Desvio Padrão	2%	2%	2%	2%	2%	4%	2%	2%	2%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

No que tange a região metropolitana, a prática de deslocamento ativo entre os mais pobres é de duas a cinco vezes maior do que entre os mais ricos.

Desta forma o estudo sugere que o deslocamento ativo no Brasil é fundamentalmente baseado na qualidade do transporte coletivo, na segregação espacial e na restrição orçamentária da população, não necessariamente uma prática guiada pela conscientização da população de seus benefícios socioambientais e para a saúde. Infelizmente a pesquisa não faz distinção entre os tipos de deslocamentos ativos, não sendo possível concluir a razão do deslocamento a pé ser tão superior ao de bicicleta.

Para avaliar o deslocamento sob a ótica da prática de atividades físicas, podemos recorrer também à pesquisa Vigitel²⁶, realizada anualmente pelo Ministério da Saúde. Esse levantamento traz a frequência com que adultos se deslocam no percurso de ida e volta para o trabalho ou para a escola, caminhando ou de bicicleta, pelo menos uma parte do trajeto, e que despendem pelo menos 30 minutos diários ou ao menos 150 minutos de atividade física moderada por semana.

De acordo com a pesquisa, esse percentual foi de 11% do total da população adulta em 2015. Esse número varia pouco entre as cidades, de 6% no Distrito Federal a 15% no Rio de Janeiro. Para as cidades, é útil olhar a questão sob diferentes perspectivas, de forma a aprofundar o entendimento do problema para planejar políticas públicas de mobilidade e incentivo à prática de atividade física mais efetivas.

Em relação à proporção de adultos que praticam o mínimo de atividade física ou esportiva recomendado pela Organização Mundial de Saúde, podemos observar, também pela pesquisa Vigitel, que o percentual médio nas cidades do Programa tem aumentado paulatinamente desde 2013, passando de 35% para 38%.

O Distrito Federal foi a cidade que apresentou o maior crescimento no nível de atividade física da população adulta, com um crescimento de 26% no percentual de praticantes no tempo livre, passando de 42% para 52%. Em seguida, Rio de Janeiro e Manaus, com crescimento de 24% e 20%, respectivamente, passando de 33% para 41% e de 33% para 40%. Esses valores ainda guardam distância do Havaí, Estados Unidos²⁷, considerado uma referência internacional com 60% da população praticante de atividades físicas nos critérios aqui pesquisados.

Já na comparação entre os adultos do sexo masculino e feminino, vemos uma diferença significativa entre os percentuais de prática de atividade física de homens e mulheres. Os homens estão, em média, cerca de 14 pontos percentuais à frente das mulheres em todos os anos.

Muitos fatores podem concorrer para esses resultados, desde a eventual inadequação das ações e projetos das cidades para o público feminino, com modalidades esportivas menos atrativas para as mulheres, como problemas como falta de iluminação pública adequada ou até carga horária de trabalho doméstico desigual entre os sexos, o que dificulta ao público feminino praticar atividades físicas no tempo livre na mesma proporção que o público masculino. Independentemente do motivo, cabe aos gestores municipais investigar e procurar compreender as causas da inatividade feminina, propondo soluções criativas que busquem modificar o comportamento das mulheres e da população como um todo.

²⁶ Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.

²⁷ Fonte: Centers for Disease Control and Prevention.

TABELA 25: Percentual de adultos (≥ 18 anos), por sexo, que praticam atividades físicas no tempo livre equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana - Vigitel, 2013-2015.

	Adulto			Masculino			Feminino		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Belo Horizonte	36%	40%	39%	43%	44%	46%	30%	36%	33%
Cuiabá	37%	40%	41%	44%	49%	46%	29%	32%	37%
Curitiba	37%	37%	39%	46%	44%	49%	30%	31%	31%
Distrito Federal	42%	37%	52%	50%	45%	62%	34%	31%	44%
Fortaleza	35%	38%	38%	40%	42%	47%	32%	34%	31%
Manaus	33%	34%	40%	40%	43%	48%	27%	25%	33%
Natal	38%	40%	40%	46%	49%	44%	32%	33%	36%
Porto Alegre	38%	36%	35%	46%	47%	42%	31%	27%	28%
Recife	35%	32%	32%	42%	41%	41%	29%	24%	24%
Rio de Janeiro	33%	38%	41%	41%	42%	51%	26%	34%	33%
Salvador	34%	32%	35%	45%	42%	41%	24%	24%	29%
São Paulo	28%	30%	31%	35%	35%	39%	22%	26%	24%
Média	35%	36%	38%	43%	43%	46%	29%	30%	32%
Desvio Padrão	3%	3%	6%	4%	4%	6%	3%	4%	5%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

O mesmo pode ser dito em relação à população acima de 65 anos. Para essa faixa etária, o relatório da pesquisa Vigitel traz a média do percentual de adultos que praticam atividades físicas no tempo livre, equivalente a pelo menos 150 minutos por semana, por sexo. Na Tabela 26 abaixo, vemos que o percentual médio nas capitais dos estados e no Distrito Federal é cerca de 13 pontos percentuais mais baixo que o percentual médio dos adultos em geral, demandando atenção especial por parte dos gestores públicos.

TABELA 26: Percentual de adultos com 65 anos e mais, por sexo, que praticam atividades físicas no tempo livre equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana, nas capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal - 2013-2015.

≥ 65 anos			Masculino			Feminino		
2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
22%	23%	24%	26%	25%	28%	20%	21%	20%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

Neste quesito, a média das capitais brasileiras está longe da referência internacional que é o Havaí, EUA²⁸, onde 63% da população nessa faixa etária pratica o mínimo recomendado pela OMS.


²⁸ Fonte: Centers for Disease Control and Prevention.

Análise do eixo comportamento

O que os indicadores demonstram, em todos os casos, é que as cidades ainda têm muito a avançar para alcançar uma mudança adequada no comportamento da população com relação à prática de atividades físicas. Certamente a mudança comportamental se dá em médio e longo prazo, e é difícil capturar alterações relevantes no espaço de três anos de Programa. No entanto, constatamos que as cidades não desenvolvem mecanismos próprios para isso.

Destaca-se a importância de o Governo Federal em compartilhar com os municípios a responsabilidade pela produção de informações regulares sobre esse tema, o que não isenta os municípios da necessidade de sistematizar informações específicas sobre suas próprias iniciativas.

Mais uma vez, os dados se mostram fundamentais para conhecer a fundo as práticas da população e os desafios a serem enfrentados pelos gestores públicos, assim como os problemas vinculados à política pública de esporte que são transversais a diversas outras políticas municipais. Para uma mudança efetiva, a Secretaria de Esportes, ou órgão equivalente responsável pela política pública, deve atuar como um grande articulador de ações e projetos, numa perspectiva transversal, estabelecendo parcerias entre diferentes secretarias nos âmbitos municipal, estadual e até mesmo federal, além daquelas com o setor privado e da sociedade civil, e qualificar melhor a gestão interna para a produção e sistematização de dados confiáveis, que permitam não apenas pensar e planejar a política, mas também avaliar seus resultados e permitir maior controle social das ações empreendidas.



CAPÍTULO 4

Um Balanço do Cumprimento da Carta Compromisso

CAPÍTULO 4

Um Balanço do Cumprimento da Carta Compromisso

Ao construir e aplicar anualmente uma matriz de indicadores nos municípios participantes do Programa Cidades do Esporte, a Atletas pelo Brasil pretendia coletar dados para diagnosticar e acompanhar a evolução das políticas públicas municipais de esporte, em razão da inexistência de informações sistemáticas e pesquisas periódicas que pudessem cumprir esse objetivo. Acreditamos que, desta forma, os gestores públicos poderiam contar com mais subsídios para valorizar os pontos positivos e reconhecer as necessidades de aprimoramento das políticas voltadas à atividade física e ao esporte nas cidades e se empenhar para superar os gargalos identificados, avançando em direção ao cumprimento das metas do Programa.

No entanto, o II Relatório revelou fragilidades na medição e no acompanhamento das políticas públicas municipais de esporte. Persistiram as dificuldades encontradas durante a elaboração do I Relatório, dentre as quais podemos citar: problemas para obtenção e consolidação dos dados, incongruência entre informações de diferentes anos, troca frequente de secretários, pouca interlocução entre as diferentes secretarias e o baixo grau de engajamento político com o Programa por parte do poder público de alguns municípios.

Esses aspectos sugerem que o avanço das políticas públicas de esporte nas onze cidades e no Distrito Federal esbarravam em questões relacionadas à gestão pública do esporte e à priorização do tema nas agendas dos governos municipais. Considerando esse cenário, por ocasião do III Relatório, decidimos incluir em nossa análise um balanço do cumprimento da carta compromisso firmada pelos então candidatos a prefeito com o Programa durante as eleições municipais, bem como uma reflexão em torno da gestão municipal, a partir da perspectiva do esporte e da atividade física.

A finalidade deste capítulo, portanto, é observar em que medida os compromissos da carta têm sido sustentados e cumpridos pelas cidades participantes, aprofundando o olhar sobre a realidade do esporte no país em diferentes contextos locais.

Carta-Compromisso e Indicadores para o Balanço

Durante as eleições municipais de 2012, os(as) candidatos(as) a prefeito(a) das cidades que sediaram a Copa do Mundo de 2014 assinaram um uma carta compromisso, na qual o Programa Cidades do Esporte elencou um conjunto de oito medidas que, se adotadas, contribuiriam para o alcance das seguintes metas:

- ampliação e melhoria do esporte nas escolas até 2016, investindo na qualidade da educação física nas escolas;
- ampliação do acesso à atividade esportiva, visando dobrar a atividade física/esportiva da população nas cidades até 2016;
- consolidação de um sistema público de esporte de longo prazo no município.

As medidas, arroladas com o objetivo de serem instrumentos para o alcance das metas ao longo do mandato, apontam para a necessidade da adoção pelo município de mecanismos fundamentais para o estabelecimento de uma política pública de esporte participativa e de longo prazo. São elas:

- cumprir as metas indicadas, por meio da elaboração/revisão/ fortalecimento de políticas públicas a elas relacionadas, garantindo-se ampla participação à sociedade civil na discussão e definição de tais políticas, desde a elaboração das ações voltadas ao cumprimento das metas até a fase de execução e avaliação;
- criar comitê intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao esporte para todos, que englobe, no mínimo, as secretarias municipais de esporte, educação e saúde e permita a participação da sociedade civil;
- indicar um(a) articulador(a) do comitê intersecretarial para o Programa Cidades do Esporte no município;
- criar e/ou fortalecer as atividades do conselho municipal de esportes, garantindo participação da sociedade civil em equidade de membros com relação aos integrantes provenientes dos poderes municipais;
- revisão da legislação que possibilite a efetiva implementação de um sistema esportivo local;
- coleta e disponibilidade pública de dados anuais sobre atividade física da população, disponibilidade e utilização dos equipamentos esportivos nas cidades e ações de esporte nas escolas;
- inclusão das metas do esporte no plano de metas do município, caso venha a ser realizado, assim como no Plano Plurianual (PPA) do município; e
- criar condições para a inserção de orçamento voltado ao alcance das metas.

O balanço ora proposto consiste em uma análise comparada da adoção das medidas acima por parte dos prefeitos signatários da carta compromisso, durante seus mandatos, a partir de 2013, tendo como base a matriz de indi-

cadores Cidades do Esporte e um levantamento adicional de dados realizado pela equipe do Programa, a partir de pesquisas em fontes secundárias como sites na internet, publicações nos diários oficiais, legislações municipais e outros documentos públicos divulgados pelas próprias prefeituras, bem como entrevistas realizadas durante as visitas aos municípios.

Para melhor compreender as dificuldades encontradas no gerenciamento, coleta e sistematização de dados relativos à prática esportiva e à atividade física nos municípios, os indicadores desenvolvidos para o balanço da Carta-Compromisso e coletados pela equipe do Programa foram complementados por cinco perguntas de gestão e enviados aos prefeitos por meio de ofício. Adotando esse procedimento, o Programa visava possibilitar que as cidades pudessem se manifestar sobre algum dado que considerassem equivocado no que tange à coleta feita pela equipe do Programa e obter mais detalhes para a análise da gestão municipal do esporte, uma vez que as conclusões dos dois últimos relatórios apontam para problemas estruturais nesta área.

O esforço para combinar métodos quantitativos e qualitativos surgiu como estratégia para ampliar o nível de certeza em torno dos achados e conclusões do Programa, gerando uma compreensão mais ampla, contextual e circunstancial, dos fenômenos observados. No entanto, somente Curitiba devolveu o questionário respondido e nenhuma cidade apresentou o contraditório. O baixo índice de resposta limitou algumas reflexões sobre os desafios da gestão municipal de esporte em todo o universo pesquisado.

Neste capítulo, as medidas da carta compromisso foram organizadas em diferentes seções, de forma a facilitar o cruzamento de informações entre os municípios para apontar tendências, valorizar os avanços e identificar as lacunas e os desafios relacionados à gestão municipal de esportes. Cabe, no entanto, esclarecer que a análise do cumprimento da primeira medida da carta compromisso, que versa sobre as metas propostas pelo programa, foi prejudicada pela insuficiência de dados públicos regulares e sistemáticos, necessários para uma avaliação mais estruturada da sua realização. Pelo mesmo motivo, também não foi possível analisar o cumprimento da sexta medida, que diz respeito à coleta e disponibilidade pública de dados anuais sobre atividade física da população, utilização dos equipamentos esportivos nas cidades e ações de esporte nas escolas. Como já sinalizado nos capítulos anteriores, os municípios ainda têm um longo caminho a percorrer, no sentido de organizar e sistematizar informações e indicadores, de forma regular e padronizada, para subsidiar ações de controle social e qualificar o planejamento e a execução da política municipal de esporte, de acordo com as necessidades e interesses da população.

Vale lembrar que o Distrito Federal não foi integralmente incluído neste balanço, uma vez que, em função da realização das eleições em períodos alternados, o mandato do poder executivo dessa unidade federativa não coincide com o dos municípios. Apenas em meados de 2016, uma nova Carta Compromisso do Programa Cidades do Esporte foi assinada pelo governador empossado. Não caberia, portanto, uma análise detalhada de um governo recém-iniciado. Dessa forma, optamos por incluir o Distrito Federal somente nas avaliações referentes às medidas 4 e 5, que versam sobre aspectos institucionais relativos ao sistema esportivo local, onde está incluído o Conselho de Esportes.

Articulação com o Programa Cidades do Esporte

Concluídas as eleições de 2012, cada prefeito recém-empossado nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014 designou um articulador responsável pela interlocução com o Programa Cidades do Esporte, cuja principal atribuição era apoiar a coleta e a sistematização de dados, por meio da articulação interna junto à administração municipal, em consonância com o que foi estabelecido pela segunda medida da carta compromisso.

A tabela a seguir demonstra que a indicação de um articulador local para o Programa Cidades do Esporte ocorreu de forma unânime. Em geral, o profissional designado para desempenhar essa função estava oficialmente subordinado à pasta do esporte, com exceção do município de Porto Alegre, onde a articuladora indicada era funcionária da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento.

TABELA 27: Indicação de um articulador para o Programa, Frequência de substituição do Articulador e do Titular da Pasta de Esportes 2013-2015.

	Belo Horizonte	Curitiba	Salvador	São Paulo	Rio de Janeiro	Natal	Porto Alegre	Fortaleza	Cuiabá	Manaus	MEDIA	
Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	100%	
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	1	1	1	0	2	1	1	0	0	1	4	1
Existência de Secretaria Municipal de Esporte	✓	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	91%
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato (2013-2015)	1	0	1	1	4	1	1	0	0	2	3	1
Proporção de indicadores Cidades do Esporte preenchidos de forma consistente em relação ao total (2015)	84%	81%	71%	71%	62%	62%	58%	56%	44%	0%	0%	54%

Obs.(*)Durante a realização do Programa Cidades do Esporte, Cuiabá passou por uma reforma administrativa que uniu a Secretaria Municipal de Esporte e Cidadania à Secretaria de Cultura e Turismo, mudança efetivada em 2015.

Ao observar a tabela, chama a atenção a frequência de troca dos titulares da pasta de esporte nos municípios. Entre 2013 e 2016, os secretários foram substituídos em média uma vez. No Rio de Janeiro, chegou a ser trocado quatro vezes, assim como em Manaus, onde houve 3 trocas, ou seja, em quatro anos revezaram-se nessa função quatro diferentes gestores. Na maior parte das cidades onde a frequência de troca do secretário foi superior à média, a qualidade dos indicadores informados para o Programa sofreu prejuízos mais intensos. É o caso do Rio de Janeiro, Manaus e Cuiabá. O Rio de Janeiro não forneceu informações no primeiro ano do Programa, ficando de fora da análise do I relatório. Manaus não participou do I e III relatórios, tendo enviado informações apenas do II relatório, mas com baixo índice de respostas aos indicadores. Cuiabá, que participou de forma efetiva das duas primeiras edições, teve em 2016 dificuldades decorrentes da fusão da secretaria de esporte com a secretaria de cultura e turismo, o que resultou na troca de secretário ao final de 2015.

A experiência tem demonstrado que as sucessivas modificações no secretariado ocasionam interrupções abruptas de gestão, com impactos diretos sobre a continuidade das políticas públicas esportivas. Quando as mudanças acontecem logo no início ou somente ao final dos mandatos, as consequências acabam sendo menos graves. No entanto, quando elas ocorrem em meados do mandato, dificultam sobremaneira a continuidade do trabalho em uma perspectiva sistêmica, integrada e de longo prazo.

Infelizmente, constata-se que a secretaria de esportes é utilizada, por vezes, como fonte de negociação e moeda de troca para ampliação e/ou fortalecimento da base de apoio dos governos municipais, sendo a indicação dos(as) secretários(as) motivada fundamentalmente por critérios políticos, em detrimento de parâmetros que considerem o perfil, a afinidade, a experiência e o compromisso do gestor com o tema. Em consequência disso, a pasta esportiva tem se revelado muito vulnerável a modificações consecutivas, ao sabor de acordos políticos conjunturais. Adiciona-se a isso outro complicador: nem sempre os gestores indicados contam com uma equipe de assessores que conheçam as particularidades das políticas esportivas e possam contribuir de forma efetiva para a superação dos desafios e a promoção de avanços significativos em torno dessa agenda. Assim, lamentavelmente, o esporte acaba ocupando um papel secundário na gestão municipal, sendo tratado como política acessória, ao invés de assumir a centralidade necessária para a promoção do desenvolvimento humano integral.

Os dados disponíveis sugerem maior tendência de substituição do articulador do Programa Cidades do Esporte, a partir da troca do titular da pasta de esportes. Cabe destacar, contudo, que a ampla maioria das cidades não contou com mudanças de articulador durante o processo coleta de dados ao longo do ano de 2016, quando foram preenchidas as informações referentes a 2015 que constam deste relatório. E a plataforma digital implantada também acabou contribuindo muito para facilitar e agilizar o trabalho de sistematização dos indicadores.

Transversalidade e Governança: a Criação de um Comitê Intersecretarial

Se a prática de esportes e de atividades físicas sofre, por um lado, a influência de um conjunto de variáveis sob responsabilidade de diferentes instâncias do governo municipal, tais como a disponibilidade de quadras e equipamentos esportivos nas escolas, a existência de parques e áreas verdes de uso público e a presença de ciclovias, de outro lado, ela também produz impactos diretos sobre a saúde, a educação, o desenvolvimento e a inclusão social e a mobilidade dos munícipes e também no planejamento urbano e na segurança pública, o que torna o esporte um tema transversal por natureza, como já apontado anteriormente neste relatório.

Portanto, o desenho e a implantação de políticas esportivas abrangentes e efetivas dependem de integração intersetorial. Essa premissa, válida em todas as esferas de governo, é especialmente importante em nível municipal, onde as políticas públicas de fato se operacionalizam e revelam seus efeitos mais concretos e diretos sobre o cotidiano da população.

Pensando na sinergia e na complementaridade do trabalho de diferentes secretarias de governo para o esporte, a carta compromisso do Programa Cidades do Esporte propôs a criação de um comitê intersecretarial para a articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos, que englobasse, no mínimo, as Secretarias Municipais de Esporte, Educação e Saúde e envolvesse a participação da sociedade civil. Dentre os onze municípios somente o Rio de Janeiro cumpriu o compromisso de criação desse comitê intersecretarial, conforme demonstra o quadro abaixo:

TABELA 28: Criação de um Comitê Intersecretarial voltado ao Esporte para Todos.

	Belo Horizonte	Curitiba	Salvador	São Paulo	Rio de Janeiro	Natal	Porto Alegre	Recife	Fortaleza	Cuiabá	Manaus
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos	✘	✘	✘	✘	✔	✘	✘	✘	✘	✘	✘

A resolução conjunta nº1 das Secretarias Municipais de Educação (SME), Esportes e Lazer (SMEL) e de Saúde (SMS) de 17/09/2013²⁹, que dispõe sobre a criação do Comitê de Integração do Rio de Janeiro, afirma que seu objetivo é planejar e executar as políticas públicas de forma integrada entre as três secretarias, para otimizar recursos públicos e oferecer um atendimento de excelência à população. Foram estipuladas reuniões mensais entre os membros oriundos das Secretarias Municipais do Rio de Janeiro representadas no Comitê, mas não foi prevista a participação da sociedade civil nesse colegiado.

²⁹ Publicada no D.O. Rio, (ano XXVII, No 127), de 18 de setembro de 2013, fls. 3. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?e-di_id=2180&page=1

De acordo com a articuladora do Programa Cidades do Esporte, Tatiana Escobar, o grupo se reuniu algumas vezes em 2014 para organizar conjuntamente seu trabalho. Não identificamos, no entanto, atas públicas ou registros de desdobramentos resultantes desses encontros.

Apesar do baixo índice de cumprimento dessa medida sugerida pelo Programa Cidades do Esporte, é importante reconhecer algumas das boas práticas de integração intragovernamental realizadas pelas prefeituras em torno do esporte, com base em arranjos institucionais distintos do inicialmente proposto pela carta compromisso. Sem a pretensão de esgotar esse tema em toda a amostra das cidades pesquisadas, apresentamos abaixo algumas das iniciativas mapeadas pela equipe do Programa Cidades do Esporte ao longo do período analisado.

Com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre a situação do Esporte e Lazer na cidade, a gestão de Salvador desenvolveu - por meio da construção coletiva do Sistema Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, envolvendo os vários setores de governo e da comunidade esportiva - o *Projeto Esporte em Debate: Proposição da Política de Desenvolvimento do Esporte e Lazer da Cidade do Salvador*. E isso com o propósito de implantar efetivamente uma política pública para garantir o acesso ao esporte e lazer a toda a população assegurando excelência na qualidade de todas as ações empreendidas.

São Paulo e Belo Horizonte também demonstraram compreender a importância de arranjos intersetoriais para o desenho e a implantação integrada das políticas públicas de esporte. A prefeitura de São Paulo instituiu um comitê composto pelas secretarias municipais de Educação, da Cultura e dos Esportes, Lazer e Recreação, para a implementar as políticas públicas comuns, de caráter transversal e de amplo alcance territorial, para a gestão compartilhada dos Centros Educacionais Unificados (CEUS)³⁰. Já a Prefeitura de Belo Horizonte criou a iniciativa BH Cidadania, que envolve ações integradas de diversas secretarias (incluindo a de Esporte e Lazer) e órgãos municipais.

Curitiba também implantou mecanismos alternativos de planejamento integrado e articulação intersecretarial das políticas de esporte, de forma a favorecer a incorporação dos princípios e práticas relacionados ao esporte e à atividade física para todos nas políticas de educação, saúde e mobilidade urbana. Segundo informado pelo município, foram promovidas diferentes iniciativas³¹ nesse sentido, tais como: Jogos Escolares Municipais; Circuito de Corridas de Rua; publicação do decreto de regulamentação do calendário de corridas de rua; criação dos Jogos da Integração Metropolitana; implantação de sete unidades do Portal do Futuro; implantação de mais de 150 academias ao ar livre; expansão do programa de cicloatividade nas regionais da cidade; implantação de cadastro para entidades sociais que oferecem atividades de iniciação esportiva, dentre outras ações.

Nota-se, assim, que a criação de um comitê intersecretarial para o desenvolvimento de programas e projetos voltados ao esporte para todos constitui uma das várias formas possíveis de planejamento e execução de políticas públicas esportivas integradas. É importante reconhecer e valorizar, portanto, o desenvolvimento de estratégias alternativas e arranjos institucionais distintos para viabilizar a articulação e a cooperação intrago-

³⁰ Localizados nas áreas periféricas da Grande São Paulo, os CEUS são equipamentos públicos de educação, concebidos como um centro local da vida urbana, que articulam atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer, com uma programação variada para todas as idades.

³¹ Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/equipe-smelj/110>

vernamental na esfera municipal. Porém, parte desses arranjos acabaram se mostrando insuficientes por atribuir um enfoque parcial e secundário ao esporte e priorizar outros temas e agendas.

Ao propor essa medida, o Programa Cidades do Esporte buscava contribuir para estruturar o planejamento e as ações municipais de esporte em uma perspectiva integrada, consistente e de longo prazo, considerando a transversalidade do tema. A intenção foi estimular os governos municipais a priorizarem o esporte como um vetor de transformação humana e não política acessória. Ao longo da implantação do Programa, identificamos diferentes iniciativas concebidas para facilitar o diálogo dentro do governo, melhorar o fluxo de comunicação, intensificar o intercâmbio de boas práticas, otimizar recursos e ampliar o acesso da população a políticas públicas de esporte. No entanto, vale destacar que, enquanto algumas delas têm um caráter mais sistêmico e estruturante, muitas outras acabam assumindo formatos mais pontuais e de curto prazo, cujos resultados se revelam mais frágeis, limitados e desacompanhados de uma avaliação consistente de seus impactos concretos.

Conselho Municipal de Esportes

Por reconhecer a importância democrática da participação social na proposição, no acompanhamento, na fiscalização e no controle das políticas públicas, o Programa Cidades do Esporte propôs, na quarta medida da carta compromisso, a criação e/ou fortalecimento do Conselho Municipal de Esportes, garantindo a representação da sociedade civil em equidade de membros com os poderes municipais. Como já foi discutido no capítulo anterior, os conselhos gestores de políticas públicas são previstos na Constituição Federal de 1988 e constituem espaços de interlocução plural e paritária entre Estado e sociedade civil, podendo exercer funções deliberativas, consultivas e de controle social sobre as políticas públicas setoriais.

Em 2015, seis municípios e o governo do Distrito Federal (58% do universo analisado) haviam atendido a essa medida e possuíam conselhos de esportes ativos. Com exceção de Curitiba, os demais conselhos já haviam sido criados e regulamentados em mandatos anteriores, o que significa dizer que os prefeitos signatários da carta compromisso já encontraram avanços nesse campo quando assumiram seus cargos após as eleições municipais, conforme demonstra a tabela adiante:

TABELA 29: Conselhos Municipais de Esporte Ativos em 2015.

	Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015	Lei de Instituição/ Criação do Conselho	Decreto ou Portaria de regulamentação do Conselho	Finalidade
Belo Horizonte		Lei nº10.259, de 20/09/2011 ³²	Decreto nº14.877, de 28/03/2012 ³³	órgão colegiado permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, de caráter consultivo, com a finalidade de auxiliar na formulação, na organização, na gestão, na consolidação e no acompanhamento das políticas públicas voltadas para a prática de esportes e lazer no Município
Cuiabá		Lei nº3778, de 03/11/1998 ³⁴	Decreto nº4668 de 08/05/2008 ³⁵	órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e de assessoramento, representativo da comunidade esportiva cuiabana, diretamente subordinado à Secretaria Especial de Desporto e Lazer
Curitiba		Lei nº8584/1995, de 02/01/1995, substituída pela Lei nº14.588/2015 de 15/01/2015 ³⁶	Decreto nº476/2015	órgão de caráter consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das políticas públicas de esporte e lazer como fator de desenvolvimento social
Distrito Federal		Lei nº2.625, de 17/11/2000, substituída pela Lei nº4.879 de 09/07/2012 ³⁷	Decreto nº35.071, de janeiro de 2014 ³⁸	órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e orientador vinculado à Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal (...) tem por finalidade examinar matéria relativa à Educação Física, Desporto e Lazer, no âmbito do DF, observadas as leis vigentes e regulamentos aplicáveis
Fortaleza		-	-	-
Manaus		Lei nº419 de 29/12/1997 ³⁹	Lei nº 1196, de 31 de dezembro de 2007 ⁴⁰	O Conselho Municipal De Desportos (CMD) foi criado em caráter permanente, com funções normativas, disciplinares e deliberativas em matéria de desporto, no âmbito municipal
Natal		-	-	-
Porto Alegre		Lei Complementar nº340, de 12/01/1995	Decreto nº11.481, de 15/04/1996 ⁴¹	órgão colegiado de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, representativo da comunidade desportiva do Município de Porto Alegre
Recife		-	-	-
Rio de Janeiro		-	-	-
Salvador		-	-	-
São Paulo		Decreto nº50.212, de 12/11/2008 ⁴²	Portaria 33/SE-ME.G/2009 e Portaria 403/PRE-F.G/2014	órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo em questões relacionadas à política municipal de esportes, lazer e recreação, cabendo-lhe, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, institucionalizar a relação entre a Administração Pública e os setores da sociedade civil ligados à área esportiva

³²Disponível em: <http://colegiados.pbh.gov.br/sgc/iFramePortalPbh.php?int_codigoColegiado=15&tc=>>

³³Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1077573>>

³⁴Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mt/c/cuiaba/lei-ordinaria/1998/377/3778/lei-ordinaria-n-3778-1998-institui-normas-gerais-sobre-o-desporto-do-municipio-de-cuiaba-e-da-outras-providencias>>

³⁵Disponível em: <<http://lmc.cuiaba.mt.gov.br/mostror-documento-publico?codigo=2475>>

³⁶Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1995/858/8584/lei-ordinaria-n-8584-1995-cria-o-conselho-municipal-de-esportes-e-da-outras-providencias>> e

<<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Lei-14588-conselho-esportes.pdf>>

Cabe destacar, no entanto, que, em termos de sua composição, apenas três dos sete conselhos ativos são paritários, como estabelece a carta compromisso, a saber: Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo, havendo a predominância de representação governamental em Manaus e no Distrito Federal e sendo a maioria dos assentos reservados à sociedade civil em Cuiabá e Porto Alegre. A composição paritária se justifica na medida em que abre a possibilidade para certo grau de equilíbrio entre as vozes e os interesses do Estado e da sociedade nos debates e encaminhamentos realizados no âmbito desse colegiado. No entanto, apesar de relevante, a paridade de representação não garante necessariamente igualdade, já que, para além da quantidade de assentos, outras variáveis, como perfil, força política, habilidade argumentativa e capacidade de articulação dos integrantes do conselho, também podem influenciar as pautas e o trabalho dessa instância.

TABELA 30: Composição dos Conselhos Municipais de Esporte.

	Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015	Composição			Caráter deliberativo ou apenas consultivo	Presidente do Conselho
		Total de Membros	Representantes do Governo	Representantes da sociedade civil		
Belo Horizonte		22	11	11	Consultivo	Titular da secretaria de esportes
Cuiabá		13	4	9	Consultivo	Titular da secretaria de esportes
Curitiba		14	7	7	Deliberativo	Eleição pelo Conselho
Distrito Federal		11	6	5	Consultivo	Titular da secretaria de esportes
Fortaleza		-	-	-	-	-
Manaus		18	11	7	Deliberativo	Titular da secretaria de esportes
Natal		-	-	-	-	-
Porto Alegre		15	2	13	Deliberativo	Eleição pelo Conselho
Recife		-	-	-	-	-
Rio de Janeiro		-	-	-	-	-
Salvador		-	-	-	-	-
São Paulo		14	7	-	Consultivo	Titular da secretaria de esportes

³⁷Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/vade-mecum-brasileiro,lei-no-4879-de-9-de-julho-de-2012-dispoe-sobre-o-conselho-de-educacao-fisica-desporto-e-lazer-do-distrito-fed,41441.html>>

³⁸Disponível em: <<http://www.esporte.df.gov.br/images/DECRETO%20N%C2%BA%2035.071%20de%2013%20JAN%202014%20-%20REGIMENTO%20INTERNO%20CONEF%20ATUAL.pdf>>

³⁹Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/1997/41/419/lei-ordinaria-n-419-1997-institui-o-conselho-municipal--de-desporto-e-o-fundo-municipal-de-desenvolvimento-desportivo-e-da-outras-providencias>

⁴⁰Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/am/m/manaus/lei-ordinaria/2007/119/1196/lei-ordinaria-n-1196-2007-amplia-o-numero-de-representantes-no-conselho-municipal-de-desportos-cmd-e-da-outras-providencias>>

⁴¹Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?reg=6&p_secao=99>

⁴²Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13112008D%20502120000>

Com relação à presidência dos conselhos, na grande maioria das cidades, ela é exercida pelo titular da pasta de esportes. Ainda que as boas práticas de governança destaquem a importância democrática de uma presidência rodiziada entre governo e sociedade civil a cada mandato, ou a realização de uma eleição para a escolha do presidente pelo próprio colegiado, como é o caso de Porto Alegre e Curitiba, a maior parte dos municípios optou por manter a presidência do conselho sob o controle do titular da Secretaria Municipal de Esportes.

Outro aspecto interessante de ser observado é o fato de que apenas três dos sete conselhos tem caráter deliberativo (Curitiba, Manaus e Porto Alegre), sendo os quatro restantes (Belo Horizonte, Cuiabá, Distrito Federal e São Paulo) órgãos de caráter exclusivamente consultivo. Esse fato pode parecer, a princípio, um indicativo do poder decisório dos conselhos. Porém, estudos⁴³ sobre democracia e participação demonstram que, dependendo da força política dos integrantes de um conselho e da centralidade do tema para um projeto de governo, um órgão consultivo pode até acabar sendo mais efetivo do que um colegiado deliberativo. Assim, para analisar a capacidade de incidência de um conselho, além de seu caráter e suas competências, é fundamental conhecer também sua dinâmica organizativa e se ele conta com recursos para realizar seu trabalho.

A inexistência de conselhos de esportes em praticamente metade das capitais analisadas, um ano após o Brasil ter sediado a Copa do Mundo e às vésperas de receber os Jogos Olímpicos, enseja muitas reflexões sobre as relações entre estado e sociedade civil em torno da temática do esporte. O desafio democrático de construção de institucionalidades mais participativas e plurais, que contem com recursos e poder para promover, de fato, o esporte para todos e todas ainda é uma realidade em construção no país.

Os dados coletados incitam novas perguntas e oportunidades para investigações futuras, no sentido de compreender melhor essa problemática, tais como: (i) análise da composição desses conselhos, considerando critérios de diversidade de gênero, igualdade racial, pessoas com deficiência, e uma avaliação mais qualitativa do perfil das organizações da sociedade civil participantes; (ii) índice de presença e participação nas reuniões: quem tem direito a participar e quem de fato participa; (iii) se os integrantes propõe novas pautas e agendas ou apenas referendam pautas previamente construídas; (iv) como esses conselhos monitoram e publicizam os resultados de seu trabalho; (v) se são espaços de incidência no planejamento governamental ou se constituem apenas como um fórum de vocalização de demandas, além de outros fatores que podem contribuir para jogar luz sobre os dilemas da participação democrática nas políticas públicas esportivas.

⁴³ Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios / Anna Luiza Salles Souto ; Rosângela Dias Oliveira da Paz. - São Paulo: Instituto Pólis, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=novas+lentes+sobre+a+participa%C3%A7%C3%A3o+utopias+agendas+e+desafios&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=H55aWee-1L4ynwASg8ZjAAw>.

Sistema Municipal de Esportes

Mediante a necessidade de estruturação de um sistema nacional de esportes, em linha com os paradigmas propostos pela Constituição Federal de 1988, que concebe as práticas desportivas formais e não-formais como um direito, as três conferências nacionais do esporte, realizadas respectivamente em 2004, 2006 e 2010, acumularam um amplo repertório de debates e propostas em torno dessa temática. Apesar disso, ainda não foram aprovadas, em nível federal, leis que apontem para a institucionalização desses avanços tão fundamentais para fazer frente aos atuais desafios do setor esportivo no país.

Visando contribuir para a evolução dessas questões na esfera municipal, o Programa Cidades do Esporte incluiu, na quinta medida da carta compromisso, uma proposta de revisão da legislação para possibilitar a efetiva implementação de um sistema esportivo local. Na ausência de uma definição de sistema esportivo municipal, podemos considerar para esse fim, a organização e estruturação do município para a consolidação de uma política de esporte que vise assegurar o direito da população à prática esportiva. Desta forma, para a análise desse indicador, consideraremos a existência de alguns marcos institucionais estruturantes para a gestão do esporte no município, a saber:

- Secretaria Municipal de Esporte;
- Conselho Municipal de Esporte ativo;
- Fundo Municipal de Esporte;
- Plano Municipal de Esporte;
- Lei Municipal de Incentivo ao Esporte.

Com base nas respostas preenchidas pelos próprios municípios na plataforma de indicadores do Programa Cidades do Esporte, a tabela adiante apresenta um resumo da evolução dessas questões entre 2013 e 2015.

Como já demonstrado anteriormente, com exceção de Salvador, todos os demais municípios signatários da carta compromisso e o Distrito Federal contavam com uma Secretaria de Esporte. No caso de Cuiabá, vale destacar que, em meados de 2015, após uma reforma administrativa, a Secretaria Municipal de Esportes e Cidadania fundiu-se com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

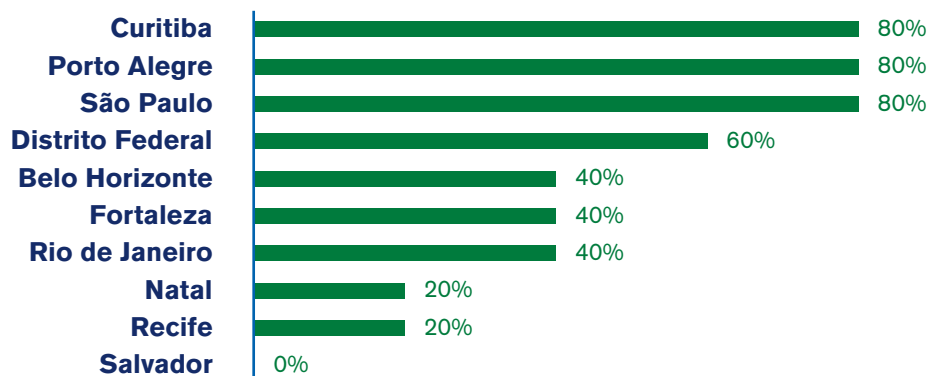
No entanto, em relação à existência de um Conselho Municipal de Esportes, apenas cinco respondentes indicaram contar com esse órgão, com destaque para Curitiba, que regulamentou o funcionamento desse colegiado a partir de 2015. Manaus e Cuiabá, que não responderam aos indicadores de 2015, também dispõem de um Conselho de Esportes, conforme aponta a seção anterior. Menos frequente é a existência de um Fundo Municipal específico para o Esporte, criado por lei, que tenha desembolsado recursos no último exercício orçamentário. Dentre os respondentes em 2015, apenas três afirmaram possuir um Fundo desse tipo: São Paulo, Porto Alegre e o Distrito Federal. Quanto a um Plano Municipal de Esportes vigente, aprovado por lei municipal e construído com a participação da sociedade civil, apenas Curitiba conta com esse instrumento.

TABELA 31: Sistema Esportivo Local: principais marcos institucionais na administração municipal (2013-2015)

	Secretaria Municipal do Esporte			Conselho Municipal de Esporte ativo			Fundo Municipal de Esporte			Plano Municipal de Esporte			Lei Municipal de Incentivo ao Esporte		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Belo Horizonte	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Cuiabá	✓	✓	—	✓	✓	—	✓	✓	—	✗	✗	—	✓	—	—
Curitiba	✓	✓	✓	✗	✗	✓	✗	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Distrito Federal	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✓	✓
Fortaleza	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Manaus	—	✓	—	—	✓	—	—	✗	—	—	✗	—	✓	—	✓
Natal	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Porto Alegre	✓	✓	✓	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✓	✓	✓
Recife	✓	—	✓	✗	—	✗	✗	—	✗	✗	—	✗	—	—	✗
Rio de Janeiro	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✓	✓	✓
Salvador	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
São Paulo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✓	✓	✓
Total Reportado	10	10	9	5	5	5	4	4	3	2	1	1	5	5	4

O gráfico abaixo aponta o estágio de implementação de um sistema esportivo por parte dos municípios e do Distrito Federal, considerando os marcos institucionais elencados acima:

GRÁFICO 5: Implementação de um sistema esportivo local (2015)



No topo do ranking de cumprimento dessa medida da carta compromisso, constam Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, que incorporaram em sua legislação quatro dos cinco marcos institucionais locais relacionados à implementação de um sistema esportivo local. Já o Distrito Federal apresenta três de cinco marcos institucionais (60%) enquanto Belo Horizonte, Fortaleza e Rio de Janeiro contam com apenas dois (40%). Nas últimas posições dessa lista, figuram Natal e Recife com apenas um (20%) e Salvador com nenhum dos marcos aqui considerados. Cuiabá e Manaus, que não preencheram a matriz de indicadores em 2015, reportaram a implantação de 60% desses marcos institucionais em 2014.

O Esporte no Plano Plurianual (PPA) e no Plano de Metas dos Municípios

A sétima e a oitava medidas da carta compromisso estão relacionadas à inclusão das metas do esporte no Plano Plurianual (PPA) e no Plano de Metas municipal, bem como a uma previsão de orçamento voltada ao alcance das metas estabelecidas.

O Plano Plurianual (PPA) é uma ferramenta de planejamento prevista no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentada pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998. Trata-se de um plano que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelos governos municipais, estaduais e federal ao longo de quatro anos. Sua vigência começa no segundo ano de um mandato e termina no final do primeiro ano do mandato seguinte, fornecendo, dessa forma, subsídios para a continuidade das políticas públicas para além do ciclo eleitoral. O objetivo é estimular o poder executivo a planejar seu trabalho de forma mais integrada e estratégica, extrapolando a anualidade imposta pela lei orçamentária e pelo ciclo eleitoral.

Já o Plano de Metas é um instrumento que apresenta as prioridades, ações estratégicas, indicadores e metas para os diferentes setores da administração pública, em uma perspectiva de quatro anos que coincidem exatamente com o mandato eleitoral. Assim, o Plano de Metas permite maior comparabilidade entre as promessas de campanha e o plano de governo do gestor eleito. No entanto, a obrigatoriedade da deste documento depende de lei municipal e, em decorrência disso, não são todas as cidades que empreendem esforços na sua elaboração. Apesar de englobarem períodos distintos, espera-se que as metas apresentadas pelos municípios em seus Planos de Metas guardem correspondência e relação direta com as ações, projetos e programas elencados no Plano Plurianual, de forma a assegurar que as condições físicas e financeiras para seu alcance estejam devidamente previstas e disponibilizadas para acompanhamento e controle social por parte da população.

TABELA 32: O Esporte no Plano Plurianual 2014-2017

	Belo Horizonte	Cuiabá	Curitiba	Fortaleza	Manaus	Natal	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Recife	Salvador	São Paulo	MÉDIA
Número de programas no PPA 2014-2017	103	25	14	95	74	17	13	53	103	33	26	51
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	3	1	0	5	1	0	0	2	2	1	1	1
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	3%	4%	0%	5%	1%	0%	0%	4%	2%	3%	4%	2%
Número total de ações no PPA 2014-2017	387	174	262	734	475	555	412	1617	976	325	2731	786
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	20	3	10	28	11	13	10	50	21	9	99	25
% de ações de esporte em relação ao total	5%	2%	4%	4%	2,3%	2%	2%	3,1%	2,2%	3%	3,6%	3%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$)	49mi	7 mi	34mi	28mi	15mi	4mi	25mi	23mi	106mi	17mi	215mi	48mi
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$)	366mil	54mil	-	45mil	78mil	-	122mil	-	-	34mil	1mi	269mil
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	384mil	22mil	-	-	77mil	49mil	11mil	127mil	-	89mil	1mi	292mil
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	0,7%	0,7%	-	0,2%	0,5%	-	0,5%	-	-	0,5%	0,6%	0,5%

Fonte: Plano Plurianual dos municípios.

GLOSSÁRIO

Programa finalístico: pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;

Ação: instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa;

Fonte: Texto da Lei nº 11.653, de 7/4/2008 (Plano Plurianual 2008-2011). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11653.htm>.

Junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual (no que tange a orientação para o orçamento público anualmente) e o Plano Diretor Estratégico (planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano), essas duas ferramentas compõem o Sistema Municipal de Planejamento. A integração entre os instrumentos municipais de planejamento é o primeiro passo para que o administrador oriente suas ações ao longo de cada exercício fiscal, sem perder de vista uma perspectiva estratégica de médio prazo. E nesse sentido, o Programa Cidades do Esporte propôs a inclusão de metas de esporte tanto no Plano Plurianual quanto no Plano de Metas das cidades.

Para avaliar o grau de implementação dessa medida, foram analisados o Plano Plurianual 2014-2017 e o Plano de Metas 2013-2016 dos municípios. Em termos metodológicos, buscou-se identificar os programas, projetos, ações e metas que fazem referência explícita à palavra **esporte, desporto** ou **atividade física/esportiva/desportiva** em ambos os documentos. Após a identificação dessas palavras-chaves, procedemos uma análise do escopo das iniciativas mapeadas para avaliar se, de alguma forma, englobavam a atividade física ou esportiva como um de seus componentes. A título de exemplo, as obras públicas atreladas ao calendário da Copa do Mundo que não mencionaram explicitamente esses termos ou que, mesmo mencionando, não diziam respeito à infraestrutura de natureza esportiva, foram desconsideradas nessa avaliação. O quadro a seguir apresenta um resumo do levantamento realizado:

Nota-se que os Planos Plurianuais 2014-2017 dos municípios apresentam, em média, um programa finalístico de esportes, geralmente sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes. No entanto, durante a análise dos documentos, foi possível identificar um conjunto de ações que envolvem o esporte classificadas em outros programas finalísticos relacionados a outros temas e que estão sob a responsabilidade das pastas de educação, turismo, saúde, cultura, assistência social, juventude, obras públicas, dentre outros, o que evidencia mais uma vez a transversalidade do esporte nas diferentes políticas públicas setoriais.

Vale observar também que, ainda que a Lei 4.320/64, que rege o orçamento público, tenha classificado o Desporto e Lazer como função de governo 27 para agregar os gastos efetuados com políticas de esporte e lazer do município, independentemente do órgão da Prefeitura que executa a despesa, alguns municípios não respeitaram essa orientação e deixaram de identificar os recursos por função de governo em seu Plano Plurianual. Naqueles que apresentaram essa informação, a média percentual dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao montante total de recursos do PPA 2014-2017 foi de 0,5%.

Em praticamente todos os casos, foi possível encontrar o PPA disponível para download na página da gestão municipal, o que denota algum grau de transparência nesse tema. No entanto, enquanto alguns foram localizados com muita agilidade, outros só foram identificados após muita procura e diversos clicks nos websites. Na maior parte dos municípios, os documentos disponibilizados estão em PDF, à exceção de Belo Horizonte e São Paulo, que publicaram também planilhas editáveis que possibilitam a configuração e o uso dos dados pela população, conforme seus interesses e preferências.

Já em relação ao Plano de Metas, somente três municípios (27% do total) contavam, até o final de 2012, com legislação que obrigasse o gestor público a apresentar esse documento após a sua posse: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A despeito disso, dentre os 11 municípios analisados, seis empreenderam esforços para elaboração deste documento ou similar para o período 2013-2016 (54% do total). Cabe destacar que, em muitos casos, o próprio Plano Plurianual conta também com seções específicas, onde as metas da administração municipal são publicizadas.

A leitura detalhada dos Planos de Metas apontou lacunas e dificuldades comuns enfrentadas pelos municípios na elaboração desse documento. Em alguns casos, identificou-se alguma confusão com o conceito de metas e indicadores de resultados, por exemplo. Em tantas outras situações, as metas não são acompanhadas do detalhamento necessário para viabilizar seu alcance, notando-se a falta de previsão orçamentária, atribuição de responsáveis e/ou cronograma. Outro ponto que deve ser destacado é a ausência de diálogo entre os indicadores, ações e categorias dispostas no Plano Plurianual e no Plano de Metas de um mesmo município. Não raro, deparamo-nos com dificuldades para relacionar as ações e os valores destinados para viabilizar o alcance das metas estabelecidas, já que há pouca integração e correspondência explícita entre ambas as ferramentas.

Para aprofundar melhor essas e outras questões, apresentamos a seguir, uma análise individual dos PPAs e do Plano de Metas de cada um dos municípios signatários da carta compromisso. Apesar de nosso esforço de padronização metodológica para levantamento dos dados, as avaliações individuais possuem algum grau de variação, em função das diferentes estruturas e metodologias adotadas pelas prefeituras para a elaboração dos respectivos documentos, que, quando menos detalhados, restringem a possibilidade de aprofundamento analítico.

TABELA 33: O Esporte no Plano de Metas 2013-2016

	Belo Horizonte	Cuiabá	Curitiba	Fortaleza	Manaus	Porto Alegre Natal	Rio de Janeiro Recife	Salvador	São Paulo	MÉDIA		
Possui Plano de Metas?											-	
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?											-	
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	213	-	-	-	-	138	40	-	56	56	123	104
Número de metas que englobam o esporte	10	-	-	-	-	6	0	-	1	0	5	4
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	5%	-	-	-	-	4%	0%	-	2%	0	4%	2%
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$)	-	-	-	-	-	-	-	38mil	5mi	25mil	23mil	
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$)	-	-	-	-	-	-	-	1mil	44mil	569mil	204mil	
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	-	-	-	-	-	-	-	0,004%	0,86%	2,24%	1%	

Fonte: Plano de Metas dos Municípios.

OBSERVAÇÃO:

No caso de Belo Horizonte, foram considerados os dados do Programa BH Metas e Resultados, disponível em: <https://bhmetasresultados.pbh.gov.br>

No caso de Natal, foram considerados os dados do Portal ObservaNatal, Portal de Metas 2013-2016, disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/sempla/metas/>

No caso do Rio de Janeiro, foi considerado o Planejamento Estratégico Rio Pós 2016, o Rio Mais Integrado e Competitivo que engloba o período 2013-2016.

No caso de Salvador, foi considerado o Plano Estratégico Salvador Construindo um Novo Futuro 2013-2016.

BELO HORIZONTE

Em relação ao Plano de Metas 2013-2016, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte implantou o Programa BH Metas e Resultados⁴⁴ com o intuito de disponibilizar na internet a evolução das políticas públicas municipais. O portal destaca as principais prioridades de gestão para o período 2013-2016, vinculadas ao programa de governo apresentado e discutido com a população durante o período eleitoral, que originou 12 Áreas de Resultados prioritárias e 40 Projetos Sustentadores⁴⁵. Dois desses projetos (5%) têm alguma relação com o esporte, conforme o quadro abaixo:

⁴⁴ BH Metas e Resultados. Disponível em: <https://bh-metasresultados.pbh.gov.br/pagina-inicial>

TABELA 34: Programa BH Metas e Resultados – Projetos de Esporte por Área de Resultado

Área do resultado	Projetos sustentadores	Projetos de esporte
Cidade Sustentável	5	-
Educação	3	-
Cidade com mobilidade	6	-
Cidade segura	1	-
Prosperidade	5	Projeto Copa 2014 e Olimpíadas 2016
Modernidade	4	-
Cidade com todas as vilas vivas	2	-
Cidade compartilhada	1	-
Cidade sustentável	7	-
Cidade de todos	4	Projeto Promoção do Esporte e do Lazer
Cultura	1	-
Integração Metropolitana	1	-
Total	40	2

Fonte: Tabela organizada pelo Programa Cidades do Esporte com base no Programa BH Metas e Resultados, disponível em: <https://bhmetasresultados.pbh.gov.br/content/bh-metas-e-resultados>

O Projeto Promoção do Esporte e do Lazer possui grande foco no esporte educacional e tem como objetivo geral universalizar o acesso ao esporte e ao lazer através do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos e promovam a qualidade de vida urbana. Além da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, esse projeto envolve também das secretarias municipais de Políticas Sociais, de Assistência Social e a de Direitos de Cidadania. Já o Projeto Copa 2014 e Olimpíadas 2016, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal Extraordinária para a Copa do Mundo em articulação com instituições e demais entes federados, tem como objetivo geral garantir a infraestrutura necessária para que a cidade possa sediar jogos e eventos da Copa das Confederações 2013 e da Copa 2014.

É importante destacar que, apesar de disponibilizar na internet um detalhamento dos projetos e iniciativas prioritárias da administração municipal, o Programa BH Metas e Resultados apresenta um conjunto de resultados esperados para cada projeto sustentador, por vezes desacom-

⁴⁵ Empreendimentos que mobilizam recursos, tanto financeiros quanto humanos, capazes de tornar possíveis as transformações e o desenvolvimento do município. Possuem objetivos específicos, população a ser beneficiada, resultados esperados, indicadores, prazos para implantação, metas físicas, órgãos e equipes envolvidas na sua execução e um gerente responsável pela sua condução.

panhados de metas passíveis de medição clara para acompanhamento de seu alcance, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 35: Programa BH Metas e Resultados – Resultados Esperados dos Projetos Sustentadores de Esporte

Projetos sustentadores de esporte	Resultados esperados/metras
Projeto Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Obrigações assumidas com a FIFA e com os órgãos estaduais e federais cumpridas para a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo 2014.
	Obrigações para a realização das Olimpíadas 2016 cumpridas.
Projeto Promoção do Esporte e do Lazer	Programa Academia a Céu Aberto ampliado, passando de 50 a 490 conjuntos instalados até 2016, atendendo a todos os bairros de Belo Horizonte.
	Jogos Escolares para toda a Rede Municipal de Educação (RME) da Prefeitura realizados, sendo uma edição por ano, a partir de 2014.
	Programa Superar ampliado, passando de 780 para 1.560 pessoas com deficiência inscritas, até 2016.
	Programa Movimenta BH implantado: ação integrada (outros órgãos governamentais, não governamentais e iniciativa privada) para o desenvolvimento da cultura esportiva e de atividade física, a partir de 2013.
	Portal com informações dos esportes e do lazer criado: ambiente virtual onde estará disponibilizado calendário oficial esportivo e de lazer de BH até 2014.
	Fundo Municipal de Esporte e Lazer criado para financiar programas e ações na cidade, até 2015.
	Programa Brincando na Vila criado: desenvolvimento de atividades de lazer nas vilas e aglomerados, em 2013.
	Oito equipamentos esportivos revitalizados através de parcerias, até 2016.

Enquanto o Plano de Metas apresenta dois projetos sustentadores de esporte, no Plano Plurianual⁴⁶ 2014-2017, constam três programas finalísticos de esporte de um total de 103 programas (3%), a saber: (i) o Programa Copa 2014 e Olimpíadas 2016, que visa garantir a infraestrutura necessária para que a cidade possa sediar jogos e eventos da Copa das Confederações 2013 e da Copa 2014; (ii) o Programa de Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer, que objetiva promover o esporte e o lazer como direitos constitucionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento humano, nas dimensões do Esporte de Rendimento, Esporte de Participação e Esporte Educacional; e (iii) o Programa de Promoção do Esporte e do Lazer, que busca universalizar o acesso ao esporte e ao lazer através do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, que garantam a participação de todos e promovam a qualidade de vida urbana, contribuindo para a consolidação de ambientes sociais saudáveis.

Das 387 ações do documento, 20 englobam o esporte, - o que representa 5% do total – incluindo, desde a realização de atividades esportivas nas escolas, até o desenvolvimento de eventos esportivos, como corridas, campeonatos e torneios amadores, caravanas e festivais de esporte, reforma de equipamentos esportivos, iniciativas de formação e capacitação, apoio a atletas e a realização de campanhas de mobilização.

⁴⁶ Plano Plurianual 2014-2017 de Belo Horizonte. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPIC=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=contaspublicas&tax=45959&lang=pt_BR&pg=6420&taxp=0&>

Essas ações envolvem os mais diferentes órgãos de governo e uma delas está classificada, inclusive, no Programa de Atendimento ao Idoso, conforme quadro a seguir:

TABELA 36: Plano Plurianual de Belo Horizonte 2014-2017 - Recursos por Ações que Englobam o Esporte

Programa	Ação/Atividade	Unidade Responsável	Valor	%
Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Ações de Apoio à Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Secretaria Municipal e Governo	24.632.089,00	6,4%
	Ações de Apoio à Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A	2.489.000,00	0,6%
	Ações de Apoio à Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização	1.292.094,00	0,3%
	Ações de Apoio à Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Fundo Municipal de Transportes Urbanos	1.550.000,00	0,4%
	Ações de Apoio à Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	3.614.148,00	0,9%
	Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violação Infantojuvenil - PAIR	Secretaria Municipal de Políticas Sociais	450.000,00	0,1%
Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer	Gestão da Política de Esporte e Lazer	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	33.370.816,00	8,7%
	Programas de Esporte Educacional	Secretaria Municipal Adjunta de Esportes	68.660.479,00	17,9%
	Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	1.635.650,00	0,4%
	Promoções e Eventos Esportivos e Gestão de Áreas de Lazer	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	18.957.750,00	4,9%
	Programas e Atividades Esportivas	Secretaria Municipal Adjunta de Esportes	20.511.139,00	5,3%
	Esporte de Rendimento	Secretaria Municipal Adjunta de Esportes	9.365.502,00	2,4%
	Programas e Atividades de Lazer	Secretaria Municipal Adjunta de Lazer	14.656.070,00	3,8%
Promoção do Esporte do Lazer	Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer	Superintendência de Desenvolvimento da Capital	49.412.283,00	12,9%
	Programas de Esporte Educacional	Secretaria Municipal Adjunta de Esportes	17.592.849,00	4,6%
	Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	85.826.867,00	22,3%
	Programa Superar	Secretaria Municipal Adjunta de Esportes	8.873.975,00	2,3%
	Esporte de Rendimento	Secretaria Municipal Adjunta de Esportes	8.015.926,00	2,1%
	Programas e Atividades de Lazer	Secretaria Municipal Adjunta de Lazer	8.002.206,00	2,1%
Programa de Atendimento ao Idoso	Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer	Superintendência de Desenvolvimento da Capital	5.571.721,00	1,4%
Total			384.480.564	100%

Do total de R\$ 49,8 bilhões previstos no documento, foi proposta a destinação de R\$ 366,8 milhões para a função Desporto e Lazer (0,7%), sendo esse valor inferior à somatória do montante previsto para as ações de esporte acima detalhadas que totalizam R\$ 384,5 milhões. Isso é um indício de que algumas ações ou atividades aqui arroladas por meio da metodologia adotada não foram classificadas na dotação Esporte e Lazer.

CUIABÁ

No caso de Cuiabá, o município não dispõe de um Plano de Metas 2013-2016 específico, mas seu Plano Plurianual⁴⁷ 2014-2017 apresenta, em seu capítulo introdutório, um mapa estratégico⁴⁸ que conta com uma meta esportiva alinhada ao que foi proposto pela carta compromisso do Programa Cidades do Esporte, a saber: “dobrar a atividade física e esportiva da população”.

⁴⁷ Plano Plurianual 2014-2017 de Curitiba, Disponível em: <http://www.orcamentos.curitiba.pr.gov.br/Plano_Plurianual_2014_2017/leimunicipal14574.pdf>

TABELA 37: Objetivo Estratégico, Metas e Iniciativas de Esporte no PPA 2014-2017 de Cuiabá

Objetivo Estratégico 8: Fomentar as Práticas do Esporte e Lazer	
Indicador 8.1	Percentual de participação da sociedade em atividades esportivas e de lazer
Meta 8.1	Aumentar em 100% o número de participantes em atividades esportivas e de lazer, até 2023
Iniciativas	8.1.1 - Implementar o Programa Municipal de Esporte para Infância e Adolescência
	8.1.2 - Implementar o Programa Municipal de Esporte de Futebol Amador
	8.1.3 - Implementar o Programa Municipal de Corrida de Rua
	8.1.4 - Implementar o Programa Municipal Eventos Esportivos
	8.1.5 - Implantar o Programa Municipal de Esporte para Pessoas com Deficiência
	8.1.6 - Implantar o Programa Municipal de Atividade Física para a 3ª Idade

No entanto, o restante do documento não detalha os recursos necessários e as ações correspondentes para viabilizar o alcance das metas e a implantação das iniciativas descritas no mapa estratégico do município.

Dentre os 25 programas que constam no documento, apenas um é finalístico de esporte, ou seja 4% do total. Trata-se do Programa Esportes, Lazer e Eventos Esportivos, que visa ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrado às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Do total de 174 ações do PPA 2014-2017, o Programa Esportes, Lazer e Eventos Esportivos abrange as três únicas ações que fazem menção ao esporte em todo o documento, com recursos totais previstos de R\$ 22,5 milhões, sendo mais da metade (56%) destinado à reforma e manutenção das unidades esportivas e 42% voltado ao desenvolvimento de atividades de esporte e de lazer, conforme tabela adiante.

Ao comparar o quadro com os indicadores, metas e iniciativas priorizadas pelo mapa estratégico apresentado na abertura do PPA 2014-2017, é interessante notar que o restante do documento não foi estruturado segundo as mesmas categorias do mapa inicial e sequer faz referência a elas no detalhamento das ações e dos projetos priorizados, bem como na escolha de direcionamento dos recursos.

⁴⁸ Aplicou-se a metodologia denominada Balanced Scorecard (BSC), desenvolvida pelos professores da Harvard Business School, Robert Kaplan e Norton. O BSC compreende um método integrado e interativo para gestão estratégica da organização, balanceado numa relação de causa e efeito em quatro perspectivas distintas: (1) Perspectiva da Sociedade, (2) Perspectiva dos Processos Internos, (3) Perspectiva do Aprendizado e do Crescimento e (4) Perspectiva Financeira.

TABELA 38: Plano Plurianual de Cuiabá 2014-2017 – Recursos por Ações que englobam o Esporte

00012- Programa Esportes, Lazer e Evento			2014		2015		2016		2017		Total do Período	%
Ação	Órgão Responsável	Unid. Medida	Meta Física	Valor	Meta Física	Valor	Meta Física	Valor	Meta Física	Valor		
2027 - Desenvolvimento de Atividades do Desporto e do Lazer	S.M. ESPORTES E CIDADANIA	Evento Realizado	100	2.149.515	100	2.278.486	100	2.415.195	100	2.560.107	9.403.303	42%
2062 - Manutenção das Ações do Fundo de Desenvolvimento do Desporto Municipal	S.M. ESPORTES E CIDADANIA	Pessoa Atendida	100	101.000	100	101.000	100	101.000	100	101.000	404.000	2%
2168 - Reforma e Manutenção das Unidades Esportivas e recreativas	S.M. ESPORTES E CIDADANIA	Manutenção e Conservação Predial Realizada	100	2.900.000	100	3.080.000	100	3.270.800	100	3.473.048	12.723.848	56%
Total				5.150.515		5.459.486		5.786.995		6.134.155	22.531.151	100%

Fonte: QUADRO 02 - DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS, Plano Plurianual 2014-2017 de Cuiabá, p. 37

Além disso, os indicadores, unidades de medida e metas físicas adotados também não são claros em relação às ações priorizadas. Para fins ilustrativos, a ação “2027-Desenvolvimento de atividades do Desporto e do Lazer” vem acompanhada da meta física de 100%, associada à realização de eventos. Mas não consta no documento a quantidade total de eventos prevista para o período, o que impossibilita aferir se a meta foi de fato alcançada.

Do total de R\$ 7,6 bilhões previstos no Plano Plurianual 2014-2017, foram direcionados R\$ 54,4 milhões para a função Desporto e Lazer (0,7%), valor superior aos R\$ 22,5 milhões planejados para as ações de esporte e detalhados na tabela acima. Só podemos supor que ações não identificadas por meio da metodologia adotada foram classificadas nesta função orçamentária.

CURITIBA

Em Curitiba, a análise do Plano de Metas 2013-2016 também não foi realizada, já que o município não dispõe desse documento. Em relação ao Plano Plurianual⁴⁹ 2014-2017, somente um dos 14 programas listados é finalístico de esporte. Mas sete deles preveem algum envolvimento da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), evidenciando mais uma vez a transversalidade das políticas esportivas, conforme quadro a seguir:

⁴⁹Plano Plurianual 2014-2017 de Curitiba, Disponível em: <http://www.orcamentos.curitiba.pr.gov.br/Plano_Plurianual_2014_2017/leimunicipal14574.pdf>

**TABELA 39: Plano Plurianual de Curitiba 2014-2017 –
Iniciativas de Esporte por Programa e Dimensão Estratégica**

Dimensão Estratégica	Programa	Valores Globais	Iniciativas	Iniciativas que Englobam o Esporte	Envolvimento da SMELJ*
I. Dimensão Desenvolvimento Social	0001 - Programa Curitiba Mais Humana	689.722.000	21	0	Sim
	0002 - Programa Curitiba Mais Segura	561.465.000	15	0	Sim
	0003 - Programa Curitiba Mais Saúde	6.074.116.000	29	0	Sim
	0004 - Programa Curitiba Mais Educação	5.693.042.000	22	0	Sim
	0005 - Programa Curitiba Mais Nutrição	265.517.000	16	0	Sim
	0006 - Programa Viva Mais Curitiba	365.374.000	20	4	Sim
	0007 - Programa Portal do Futuro	147.998.000	15	6	Sim
ii. Dimensão Desenvolvimento Econômico	0008 - Programa Curitiba Criativa	39.186.000	20	0	Não
iii. Dimensão Desenvolvimento Urbano e Ambiental	0009 - Programa Curitiba Metrópole	433.746.000	15	0	Não
	0010 - Programa Mobilidade Urbana Integrada	9.534.650.000	38	0	Não
	0011 - Programa Curitiba Mais Verde	2.435.910.000	27	0	Não
iv. Dimensão Governança Participativa	0012 - Programa Curitiba Participativa	6.407.040.000	24	0	Não
	Subtotal	32.647.766.000	262	10	
Programas De Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	0013 - Programa Legislativo Municipal	649.745.000	N/A	N/A	N/A
	0000 - Programa de Operações Especiais	1.059.742.000	N/A	N/A	N/A
	9999 - Reserva de Contingência	445.679.000	N/A	N/A	N/A
	Subtotal	2.155.166.000			
	Total Geral	34.802.932.000			

(*) *Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ*. Fonte: Quadro elaborado pelo Programa Cidades do Esporte com base no Plano Plurianual 2014-2017 de Curitiba.

De todos os programas listados, somente o Programa Portal do Futuro está sob a gestão direta da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), com o objetivo de fortalecer as trajetórias dos jovens na busca de melhor qualidade de vida⁵⁰. Para ampliar a oferta de atividades físicas para a juventude, foram propostas dentre as 14 iniciativas previstas no Programa Portal do Futuro, seis voltadas à construção e reforma de equipamentos esportivos como clubes, pistas de skates, quadras poliesportivas e centros de esporte e lazer. As iniciativas não são acompanhadas do detalhamento individual dos recursos para sua implantação. Consta apenas o valor global do Programa, acompanhado de um único indicador de acompanhamento, relativo ao número de jovens com idade entre 15 e 24 anos formados/capacitados para atuar na sociedade.

Além de representar uma alternativa para o desenvolvimento integral da juventude, a prática esportiva e a atividade física também são mencionadas no PPA 2014-2017 dentro do Programa Viva Mais Curitiba, cujo objetivo é mobilizar os cidadãos para uma agenda proativa de ações e uma programação de lazer, prática esportiva e atividade física, cultura e turismo, incentivando a socialização e o fortalecimento de valores.

⁵⁰ Plano Plurianual 2014-2017 de Curitiba, p. 67

Dentre as 17 iniciativas elencadas no programa, sob gestão da Fundação Cultural de Curitiba, quatro estão relacionadas com a promoção de atividades físicas, esporte e lazer para a população, mas aparecem desacompanhadas dos montantes individuais destinados à sua implantação. O restante das ações envolve atividades de difusão cultural, a organização de Conferências Municipais de Cultura, a elaboração do Plano Municipal de Cultura, da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e da Lei do Patrimônio Cultural de Curitiba, além da realização de atividades turísticas como feiras de artesanato, promoção de rotas gastronômicas e de compras, revitalização de equipamentos turísticos, dentre outras. O único indicador proposto para acompanhamento de todo o Programa Viva Mais Curitiba é o número de participações nas atividades sistemáticas de esporte, lazer, cultura e atividade física ofertadas pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e pela Fundação Cultural de Curitiba.

Do total de R\$ 34,8 bilhões, o Plano Plurianual 2014-2017 de Curitiba não identifica os recursos por função de governo, o que impede a identificação dos gastos direcionados ao Desporto e Lazer. Também não apresenta um detalhamento dos recursos por projetos e iniciativas, o que dificulta o controle social e uma análise mais aprofundada desse documento.

FORTALEZA

O município de Fortaleza não possuía a obrigatoriedade legal de um Plano de Metas específico para o período 2013-2016 e nem desenvolveu um instrumento de planejamento similar. No entanto, seu Plano Plurianual estipula metas associadas aos programas finalísticos e às ações de esporte.

Para o período 2014-2017, o Plano Plurianual⁵¹ de Fortaleza previu R\$ 45,3 milhões para o Desporto e Lazer, ou seja 0,2% do total de R\$ 28,3 bilhões do período. Dos 95 programas previstos no Plano Plurianual 2014-2017, cinco são finalísticos de esporte, classificados pelo documento dentro do tema Esporte e Lazer e distribuídos conforme está exposto abaixo:

⁵¹ Plano Plurianual 2014-2017 de Fortaleza, Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u1321/ppa_2014_2017_lei.pdf>

TABELA 40: Plano Plurianual de Fortaleza 2014-2017 – Programas Finalísticos de Esporte.

Programa	Valores (R\$)	%
0003 Desenvolvimento do Desporto Comunitário e de Lazer	8.950.000	14%
0004 Programa de Esporte Educacional e Rendimento	9.561.621	15%
0005 Infra-Estrutura de Esporte e Lazer	20.459.600	32%
0007 Atenção Integral à Pessoa Idosa	9.161.792	15%
0008 Atenção Integral à Pessoa com Deficiência	14.852.598	24%
Total	62.985.611	100%

Fonte: Plano Plurianual 2014-2017 de Fortaleza

Os cinco programas finalísticos de esporte totalizam R\$ 62,9 milhões, sendo no documento esse valor superior aos R\$ 45,3 milhões previstos para a função Esporte e Lazer. Isso quer dizer que um ou mais programas relacionados por meio da metodologia adotada não foram classificados nesta função orçamentária.

Além desses programas, dada a transversalidade do tema, 28 das 734 ações do plano englobam o esporte de alguma forma, ou seja 4% do total, sendo a maioria vinculada ao eixo de Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social no âmbito dos resultados estratégicos: “Fortaleza Saudável” e “Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa”, conforme abaixo:

TABELA 41: Plano Plurianual de Fortaleza 2014-2017 – Programas e Ações de Esporte.

Eixo	Resultado Estratégico	Programas	Programas Finalísticos de Esporte		Ações	Ações que Englobam o Esporte	
1. Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social	I.1. Fortaleza Saudável	16	5	31%	144	14	4%
	I.2. Fortaleza do Conhecimento	11	0	0%	65	2	3%
	I.3: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa	20	0	0%	176	9	5%
	I.4. Fortaleza da Juventude	3	0	0%	27	1	4%
	I.5. Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade	8	0	0%	87	1	1%
2. Crescimento Sustentável	II.6: Fortaleza Produtiva e Inovadora	7	0	0%	34	0	0%
	II.7: Fortaleza Sustentável	11	0	0%	91	0	0%
3. Gestão Transparente, Participativa e Transformadora	III.8: Fortaleza Planejada e Participativa	19	0	0%	110	1	1%
Total		95	5	5%	734	28	4%

Fonte: Plano Plurianual 2014-2017 de Fortaleza, quadro elaborado pelo Programa Cidades do Esporte.

Nessa classificação, observa-se o papel atribuído ao esporte como motor de desenvolvimento humano, justiça e inclusão social. Nota-se também sua vinculação mais explícita com a temática da saúde. Na estrutura apresentada, o resultado estratégico “Fortaleza Saudável” elenca dois objetivos estratégicos: (1) propiciar atenção integral à saúde, com melhoria na qualidade dos serviços e (2) proporcionar ambiente saudável, por meio da oferta ampla e diversificada de esporte e lazer.

Além disso, cumpre observar parte significativa das ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017 de Fortaleza dependem de articulações da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer (SECEL) com outros órgãos de governo, como a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Coordenadoria Especial de Política Pública para a Juventude (CEPPJ), o Gabinete da Primeira Dama e a Coordenadoria das Secretarias Regionais, que assumiram a responsabilidade por algumas iniciativas: implantação de infraestrutura esportiva nas escolas, realização de atividades esportivas da diversidade, construção de Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs) e realização de atividades esportivas da diversidade, voltadas à população LGBT.

A cidade conta com um conjunto razoável de iniciativas destinadas à democratização da prática esportiva pela população, acompanhadas de metas físicas detalhadas no PPA por programa finalístico e por ação, regionalizadas no território da cidade, o que deve ser reconhecido como uma boa prática.

MANAUS

O município de Manaus não dispõe de um Plano de Metas 2013-2016 ou instrumento similar que delineie os objetivos da gestão para o planejamento. Já o Plano Plurianual⁵² 2014-2017 de Manaus foi organizado em torno de 5 macro-objetivos: (1) Organizando a cidade; (2) Qualificando serviços; (3) Garantindo proteção social; (4) Criando novas oportunidades; e (5) Alcançando o equilíbrio fiscal, desenvolvimento de recursos humanos e gestão. Desses macro-objetivos, foram desdobrados 24 desafios e 74 programas, dentre os quais consta um único programa finalístico de esporte (1% do total) classificado no âmbito do macro-objetivo “Qualificando serviços”, vinculado ao desafio de “promover a participação da juventude mediante atividades didático-pedagógicas, estimular a prática esportiva entre cidadãos das diversas comunidades para elevar a qualidade de vida e propiciar espaços de saúde, lazer e informação”. É importante destacar que a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL) é arrolada como um dos órgãos responsáveis em outros cinco desafios, evidenciando mais uma vez a transversalidade do esporte.

O Programa de Promoção do Esporte e Lazer visa promover, apoiar e fomentar a realização de eventos esportivos e de lazer, construir, reformar e equipar instalações de esporte e lazer para atender a demanda existente, apoiar projetos de caráter desportivo que se encaixem nos objetivos e prioridades constantes na política municipal do desporto, e incentivar a população a aderir ao esporte em suas diversas modalidades. Esse programa inclui 10 ações, conforme quadro abaixo:

⁵² Plano Plurianual 2014-2017 de Manaus.

Disponível em: <www.cmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/.../Projeto-de-Lei-PPA-MSG-50.pdf>

TABELA 42: Plano Plurianual de Manaus 2014-2017 – Ações de Esporte no Programa de Promoção do Esporte e Lazer.

Ações do Programa de Promoção de Esporte e Lazer	Valores (R\$)	%
Reforma, construção e ampliação das instalações de esporte e lazer	12.915.000	30%
Promoção do esporte e lazer sem barreiras	1.981.000	5%
Incentivo a práticas socioeducativas	929.000	2%
Viver bem na terceira idade	170.000	0%
Incentivo a eventos desportivos e de lazer	16.747.000	39%
Manaus na Copa 2014	246.000	1%
Implantação de academias abertas	1.230.000	3%
Manaus Olímpico	5.019.000	12%
Construção de pistas de skate na zona leste	50.000	0%
Participação no Programa Segundo Tempo	3.107.000	7%
Total	42.849.000,00	100%

Assim, a maior parte dos recursos está direcionada ao incentivo a eventos desportivos e de lazer (39%), seguidos de reforma, construção e ampliação das instalações de esporte e lazer (30%) e da ação denominada Manaus Olímpico (12%). Consta-se, portanto, que a prioridade está voltada à infraestrutura e a realização de eventos esportivos que somam 81% dos recursos planejados, atribuindo-se caráter secundário às iniciativas de fomento à realização de atividades físicas e práticas desportivas por parte da população como um todo. É importante valorizar, contudo, a existência em outra seção do PPA de uma ação de construção e cobertura de quadras poliesportivas nas escolas, com recursos previstos de R\$ 34,4 milhões no âmbito do Programa Ensino Fundamental de Qualidade vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Dos R\$ 15,6 bilhões previstos para o período, R\$ 78,9 milhões (0,5%) foram destinados para a função Desporto e Lazer. Dentre as 11 ações que englobam o esporte no documento e que totalizam R\$ 77,2 milhões, constam também atividades e voltadas às pessoas com deficiência e à terceira idade. Esse valor se aproxima dos R\$ 78,9 milhões estimados para a função Desporto e Lazer.

NATAL

Em relação ao Plano de Metas de Natal para o período 2013–2016, foram considerados, para fins analíticos, os dados disponíveis no ObservaNatal⁵³, Portal de Metas 2013-2016. Trata-se de uma plataforma gerencial e informacional criada pela Secretaria de Municipal de Planejamento, que disponibiliza na internet informações para o acompanhamento das ações, metas e investimentos da gestão municipal. Nela, constam 6 metas que englobam o esporte, do total de 138, o que representa 4%. Duas envolvem ações de esporte nas escolas e estão vinculadas à Secretaria Municipal de Educação. As outras quatro, subordinadas à Secretaria de Esporte e Lazer, tratam de construção e reformas de equipamentos esportivos como estádios municipais, Praças de Esporte e Cultura (PECs) e Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs). Chama a atenção, porém, o fato de que as metas não foram apresentadas junto com o volume de gastos necessários para sua execução.

Em relação ao Plano Plurianual 2014-2017 de Natal, dos 17 programas do documento, nenhum é finalístico de esporte. Já dentre as 555 ações, 13 fazem referência ao tema, o que corresponde a 2% do total. Com a estimativa de consumir R\$ 50,9 milhões dos R\$ 4,9 bilhões previstos no período de 2014 a 2017, ou seja 1% do total, essas iniciativas foram classificadas no eixo de Desenvolvimento Humano e Cidadania, estando a maior parte delas enquadradas no Programa Educação Cidadã,⁵⁴ que prevê a realização de atividades esportivas nas escolas, e nos Programas de Convivência Cidadã⁵⁵ e Crescendo com Cidadania⁵⁶, cujas metas de atendimento são voltadas a segmentos sociais específicos, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O documento apresenta também diferentes iniciativas de esporte educacional, tais como o Programa Segundo Tempo, o Projeto de Esporte e Cultura nas Escolas e o Projeto de Escola em Tempo Integral.

⁵³ Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/metals/>>

⁵⁴ O Programa Educação Cidadã tem o objetivo de universalizar a educação infantil, o ensino fundamental e a alfabetização de jovens e adultos, mediante a ampliação da capacidade de atendimento e a elevação do nível de qualificação do magistério e do pessoal de apoio, atentando para a qualidade e relevância do ensino e sua integração com os demais níveis da educação (Plano Plurianual de Natal 2014-2017, p.1).

⁵⁵ O Programa Convivência Cidadã tem o objetivo de contribuir para a extinção da violação ao direito de igualdade e isonomia de tratamento aos idosos e portadores de necessidades especiais, dando-lhes condições para exercerem plenamente a cidadania (Plano Plurianual de Natal 2014-2017, p.21).

Também foram previstas ações de adequação de equipamentos esportivos como os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs) e a realização de eventos esportivos nacionais e internacionais.

No entanto, o PPA não detalha os recursos por função de governo, o que impossibilita identificar o montante planejado para a função Desporto e Lazer no período. Além disso, as ações de esporte do PPA estão acompanhadas de metas de atendimento que apresentam alguma correspondência com o Plano de Metas. Vale destacar, no entanto, que, se algumas metas se repetem em ambos os documentos, outras constam somente em um deles.

PORTO ALEGRE

Até 2015, não havia previsão legal que obrigasse a prefeitura municipal de Porto Alegre ao desenvolvimento de um plano de metas para a gestão. Em outubro de 2016, foi aprovada pela Câmara de Vereadores uma legislação que avança nesse sentido e que passará a valer para a próxima gestão. Mesmo assim, ainda em 2013, a cidade desenvolveu o Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável⁵⁷, tendo como base o diagnóstico feito pelos indicadores coletados pelo Programa Cidades Sustentáveis e pelo Observa POA.⁵⁸ Importante ressaltar que, apesar de a atividade física e a prática esportiva estarem intimamente relacionadas com a sustentabilidade, não há nenhuma meta com foco no esporte. Outro ponto digno de destaque é que o documento não associa as metas a projetos e ações e nem dispõe sobre os recursos necessários para viabilizar seu alcance.

Já o Plano Plurianual⁵⁹ de Porto Alegre organiza as políticas públicas em eixos e programas estratégicos de forma transversal à estrutura municipal, onde cada programa contém ações de várias secretarias, acompanhadas de indicadores, metas e previsão orçamentária anual para sua realização. No entanto, as metas do PPA não coincidem integralmente com aquelas que constam no Plano de Metas.

Segundo consta no documento, foram direcionados R\$ 122,6 milhões para a função Desporto e Lazer de um montante de R\$ 25,2 bilhões previstos para o período, o que corresponde a 0,5% do total. Apesar de não constarem programas finalísticos de esporte no documento, dentre as 412 ações previstas, 10 englobam a temática esportiva (3% do total), todas enquadradas no Eixo Social, estando a maioria no âmbito do Programa Infância e Juventude Protegidas, voltado ao integral cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e no Programa Porto Viver, com o objetivo de promover o acesso universal ao patrimônio cultural, esportes, lazer e turismo, bem como qualificar equipamentos recreativos e culturais, garantindo meios de ampliação, adequação e conservação.

Essas 10 ações totalizam R\$ 11,5 milhões, valor inferior aos R\$ 122,6 milhões previstos para a função Desporto e Lazer. Ou seja, outras ações estão sendo contabilizadas nessa função orçamentária, no entanto, essas não foram identificadas por meio da metodologia adotada. Importante destacar, em relação à distribuição desses recursos, que mais da metade do montante destinado às ações arroladas (60%), está voltada a esportes amadores e eventos comemorativos, conforme demonstra o quadro a seguir:

⁵⁶ O Programa Crescendo com Cidadania tem o objetivo de promover ações de forma integrada pelos órgãos do Poder Municipal e a sociedade civil, que busquem garantir à criança e ao adolescente e ao jovem a proteção social, a escola de qualidade e alternativas de esporte, lazer e cultura (Plano Plurianual de Natal 2014-2017, p.29).

⁵⁷ Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/plano_de_metas_cidades_sustentaveis.pdf>

⁵⁸ O Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) disponibiliza uma ampla base de informações georeferenciadas sobre o município de Porto Alegre contribuindo para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade. O georeferenciamento das informações por regiões e bairros tem um papel pedagógico e político fundamental. Trata-se de reforçar a identidade do local, promovendo o sentido de comunidade nas pessoas e nas famílias. Disponível em: <<http://www.observapoa.com.br/default.php>>

⁵⁹ Plano Plurianual 2014-2017 de Porto Alegre, disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ppa_2014-2017-quarta_atualizacao.pdf>

**TABELA 43: Plano Plurianual de Manaus 2014-2017 –
Ações de Esporte no Programa de Promoção do Esporte e Lazer.**

Programas	Ação	Descrição	Valor	%
154 - Infância e Juventude Protegidas: Implantar Políticas e Promover Ações Para o Integral Cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no que diz respeito à Educação, Saúde, Segurança, Assistência, Esporte, Cultura e Lazer.	Aluno Atleta	Auxílio no deslocamento (escola/clubes) dos alunos-atletas da rede municipal de ensino que são treinados por clubes e agremiações.	265.000	2%
	Atividades Desportivas, Recreativas e de Lazer	Desenvolvimento de atividades sistemáticas e assistemáticas, por meio de atividades esportivas, recreativas e de lazer para crianças, adolescentes e jovens	1.880.231	16%
	Bonde da Cidadania	Atendimento a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, ofertando atividades esportivas, recreativas, de lazer e culturais, priorizando comunidades e grupos com carência de atividades e espaços esportivos e de lazer; estabelecimento de parceria com entidades assistenciais, visando prevenir a violência, o uso de substâncias psicoativas e a situação de rua, por meio do fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários.	255.288	2%
	Formação de Atletas Paralímpicos	Promover e incentivar a prática de esportes para alunos e pessoas com deficiência matriculados na rede municipal de ensino e (ou) em academias, centros desportivos, clubes, entre outros, objetivando a saúde, o lazer e a formação de atletas paralímpicos	280.000	2%
155 - Porto Alegre Mais Saudável: Ampliar e qualificar a rede de atendimento de saúde, no que tange à sua infraestrutura e seus serviços de saúde e de gestão, bem como as suas políticas de promoção e de prevenção	Promoção à Saúde	Atividades sistemáticas e assistemáticas realizadas nas unidades recreativas da secretaria municipal de esportes, recreação e lazer, na área da promoção da saúde, objetivando o lazer e a melhoria da qualidade de vida da população de jovens, adultos e idosos, e a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.	305.594	3%
156 - Porto da Igualdade: Promover ações que garantam a proteção dos direitos dos grupos vulneráveis, efetivando o acesso aos serviços em igualdade a todos os municípios. Ainda, estabelecer e executar políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal em Porto Alegre.	Eventos Alusivos a Pessoas com Deficiência - PCDS	Elaborar campanhas recreacionais, sociais, desportivas, culturais e de lazer, com o objetivo de integração, socialização e inclusão das pessoas com deficiência - pcds.	480.000	4%
158 - Porto Viver: Promover o acesso universal ao patrimônio cultural, esportes, lazer e turismo, bem como qualificar equipamentos recreativos e culturais, garantindo meios de ampliação, adequação e conservação.	Centro de Comunidade da Vila Restinga - CECORES	Recuperação da cobertura do ginásio e das três quadras esportivas do cecores	200.000	2%
	Eventos Esportivos e Recreativos	Esportes amadores e eventos comemorativos	3.459.088	30%
	Eventos Esportivos e Recreativos - FUMDESP	Esportes amadores e eventos comemorativos	3.464.327	30%
	Futebol	Desenvolvimento de ações nas comunidades carentes do município, apoiando as escolinhas comunitárias, atraindo as crianças e os adolescentes para o universo desportivo, por meio do esporte mais popular do país, afastando-os assim dos riscos da drogadição. Organização anual do campeonato municipal de futebol amador	952.848	8%
Total			11.542.376	100%

Em relação à distribuição dessas 10 ações por eixos e programas, observa-se que a temática do esporte aparece mais fortemente vinculada ao direito à cidade e aos direitos das crianças, adolescentes e jovens, com algum destaque também às pessoas com deficiência, no Programa Porto da Igualdade. e à saúde, no Programa Porto Alegre Mais Saudável, conforme tabela abaixo:

TABELA 44: Plano Plurianual de Porto Alegre 2014-2017 – Ações de Esporte por Eixos e Programas.

Eixos e Programas	Total	Ações	Ações que Englobam o Esporte
Poder Executivo	25.015.379.533	-	-
Eixo Ambiência	3.372.441.334	128	0
150 - Cidade em Transformação	880.130.687	23	-
151 - Desenvolver com Inovação	65.763.057	43	-
152 - Nossa Copa	841.278.665	21	-
153 - Qualifica Poa	1.585.268.925	41	-
Eixo Social	5.322.938.175	166	10
154 - Infância e Juventude Protegidas	553.210.307	44	4
155 - Porto Alegre Mais Saudável	3.673.473.158	20	1
156 - Porto da Igualdade	69.475.219	23	1
157 - Porto da Inclusão	767.990.637	33	-
158 - Porto Viver	227.128.070	33	4
159 - Segurança Integrada	31.660.783	13	-
Eixo Gestão	15.743.848.067	101	0
160 - Cidade da Participação	178.817.366	19	-
161 - Gestão Total	3.940.135.011	52	-
162 - Você Servidor	11.624.895.690	30	-
Reservas	576.151.957	17	0
9999 - Reservas	576.151.957	2	-
Poder Legislativo	513.024.000	-	-
163 - Câmara Municipal	513.024.000	15	-
Total	25.528.403.533	412	10

Fonte: Elaborado pelo Programa Cidades do Esporte com base no Plano Plurianual 2014-2017 de Porto Alegre

RECIFE

O município de Recife também não possui legislação que o obrigue a desenvolver um plano de metas. Dessa forma, não dispôs desta ferramenta de planejamento para a gestão 2013-2016.

O Plano Plurianual⁶⁰ 2014-2017 foi organizado em torno de cinco eixos: (1) Programas específicos voltados para a melhoria da vida das pessoas; (2) Programas específicos voltados para a melhoria da vida da cidade; (3) Programas de melhoria da gestão municipal; (4) Programa de gestão dos encargos; (5) Programas do poder legislativo, além das reservas.

⁶⁰ Plano Plurianual 2014-2017 do Recife, Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/ppa_2014-2017.pdf>

A partir desses eixos, foram desdobrados 53 programas, dos quais dois são finalísticos de esporte (4% do total). O primeiro é o Programa de Consolidação e Aperfeiçoamento da Política de Esporte do Recife, que prevê ações de ampliação, reforma e melhoria da infraestrutura de esporte, formação esportiva e organização de torneios. E o segundo é o Programa Recife - Cidade Sede de Grandes Eventos Esportivos, que inclui ações de planejamento, coordenação, promoção e gestão das ações voltadas para a realização dos grandes eventos esportivos locais, regionais, nacionais e internacionais na cidade do Recife.

O documento apresenta ainda 209 projetos, dos quais 13 englobam o esporte desdobrados em 50 ações. A maior parte delas fica sob a gestão da Secretaria Municipal de Esportes, mas constam também algumas vinculadas às secretarias da Assistência Social e da Educação, voltadas, respectivamente, para promover atividades educativas, culturais e esportivas para as famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como construir quadras poliesportivas nas escolas e estimular e desenvolver atividades esportivas nas unidades educacionais.

Os gastos de parte dessas ações não foram detalhados individualmente, o que inviabiliza a realização da somatória dos valores totais. Como o documento também não apresenta os recursos classificados por função de governo, conforme estabelece a Lei 4.320/64 que rege o orçamento público, não foi possível identificar o volume de recursos direcionados à função Desporto e Lazer dentro do total de R\$ 23,4 bilhões do PPA.

RIO DE JANEIRO

Em relação ao Plano de Metas 2013-2016, o município publicou o Planejamento Estratégico Rio Pós 2016, o Rio Mais Integrado e Competitivo⁶¹ para o período, com um conjunto de 56 metas, das quais uma está relacionada ao esporte (2% do total), a saber: “Garantir que 100% das Escolas do Amanhã estejam cobertas pelo Programa Rio em Forma Olímpico até 2016”, com recursos de R\$ 1,367 milhões, que representa 0,004% do montante total de R\$ 38,6 bilhões previstos no documento. Esse programa utiliza o esporte e a atividade física como uma das ferramentas para “o melhor aproveitamento do tempo ocioso dos jovens em áreas carentes, maior integração social da juventude, estabelecimento de uma cultura de hábitos saudáveis e redução de desvios de conduta na juventude”, segundo o texto do planejamento⁶².

O Plano Plurianual⁶³ 2014-2017 do Rio de Janeiro não identifica os recursos por função de governo, o que impossibilita conhecer, dentro dos R\$ 23,4 bilhões totais do documento, o montante voltado ao Desporto e Lazer na cidade. No entanto, dos 103 programas relacionados ao longo de suas páginas, dois são finalísticos de esporte, conforme quadro a seguir:

⁶¹ Planejamento Estratégico Rio Pós 2016, o Rio Mais Integrado e Competitivo, disponível em: <www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/.../planejamento_estrategico_1316.pdf>

⁶² Plano Estratégico Rio Pós 2016, o Rio Mais Integrado e Competitivo, p. 110.

⁶³ Plano Plurianual 2014-2017 do Rio de Janeiro, disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controlatividadeparlamentar.php?m1=materias_leg&m2=9a_Le-g&m3=prolei&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/249cb-321f17965260325775900523a42/b5ebae9ab11da6f603257bda-004d5aaa?OpenDocument&Highlight=0,390>

**TABELA 45: Plano Plurianual do Rio de Janeiro 2014-2017 –
Programas Finalísticos de Esporte.**

Área de Resultado	Programa	Valor R\$	Objetivo
Habitação e Urbanismo	0300 - Grandes Eventos Esportivos	38.702.699	Desenvolver, implementar e acompanhar, no âmbito da Prefeitura, as ações necessárias para execução e realização de grandes eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro.
Desenvolvimento Social	0032 - Desenvolvimento do Esporte e Lazer na Cidade	152.581.927	Planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte e lazer. Implantar equipamentos esportivos em áreas estrategicamente localizadas a fim de ampliar a rede de atendimento em esporte e lazer, desenvolver ações socioeducativas que viabilizem a integração dos equipamentos da Prefeitura, em especial, as escolas e vilas olímpicas, incluindo ações que permitam o contra turno da rede municipal de ensino.
Total		191.284.626	

Fonte: Plano Plurianual 2014-2017 do Rio de Janeiro.

Além disso, o PPA também dispõe de 21 ações que englobam o esporte na cidade, parte delas diretamente vinculadas às áreas de educação, desenvolvimento social, habitação e urbanismo, com enfoque tanto no esporte educacional quanto no de alto rendimento, cujos valores individuais não se encontram detalhados:

**TABELA 46: Plano Plurianual do Rio de Janeiro 2014-2017 –
Ações de Esporte por Programas, Metas e Diretrizes.**

Área de Resultado	Diretrizes	Metas	Programas	Programas Finalísticos de Esporte	Ações que Englobam o Esporte	Total
Saúde	6	6	10	-	-	17.960.505.314
Educação	4	6	9	-	5	22.952.204.227
Transporte	5	7	13	-	-	5.388.405.360
Habitação e Urbanização	7	7	15	1	8	10.649.142.327
Ordem Pública e Conservação	6	4	8	-	-	5.228.708.730
Gestão e Finanças Públicas	7	7	11	-	-	11.909.656.612
Meio Ambiente e Sustentabilidade	5	6	10	-	-	7.246.426.866
Desenvolvimento Econômico	4	4	8	-	-	594.330.635
Cultura	3	4	7	-	-	1.356.938.489
Desenvolvimento Social	5	4	7	1	8	2.560.200.907
0099 - Outros Programas			5	-		20.237.045.976
Total	52	55	103	2	21	106.083.565.443

Fonte: Quadro elaborado pelo Programa Cidades do Esporte com base no Plano Plurianual 2014-2017 do Rio de Janeiro

Das 21 ações que englobam o esporte e constam na tabela acima, uma delas está relacionada com o Programa Rio em Forma 2016 e outra com as Escolas do Amanhã, ambos mencionados no Plano de Metas da Cidade, a saber:

Ação:	2126 - MANUTENCAO DO PROJETO RIO EM FORMA OLIMPICO									
Tipo:	Atividade									
Objetivo Especifico:	Atender crianças, jovens, pessoas carentes e deficientes através de atividades esportivas no Rio em Forma Olimpico.									
Produto	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL			
4360 - ATENDIMENTO A NAO ALUNO REALIZADO - RIO EM FORMA OLIMPICO	UNIDADE	Município	6.287	6.916	7.608	8.368	8.368	*		
Programa:	0334 - ESCOLAS DO AMANHA									
Objetivo Geral:	Melhorar a qualidade da aprendizagem e reduzir a evasão escolar, diretamente atendendo e beneficiando alunos, familiares, professores e comunidades nas áreas mais vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro.									
Público Alvo:	ALUNOS E PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO									
Tipo Programa:	ESTRATÉGICO									
Ação:	2876 - IMPLANTACAO E MANUTENCAO DE "ESCOLAS DO AMANHA"									
Tipo:	Atividade									
Objetivo Especifico:	Implantar e manter as unidades escolares enquadradas como "Escolas do Amanha", através da implementação de estratégias que assegurem a atenção e o desenvolvimento integral as crianças, adolescentes e jovens por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos.									
Produto	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO DAS METAS FISICAS					MUNICÍPIO	TOTAL	ÓRGÃO EXECUTOR	
		AP1	AP2	AP3	AP4	AP5				
3209 - ESCOLA INCLUIDA	UNIDADE	-	-	-	-	-	155	155	SME	

Apesar de contarem com metas de atendimento e implantação, essas ações não foram acompanhadas do detalhamento dos valores individuais para sua implantação.

SALVADOR

O Plano de Metas do município⁶⁴, intitulado: "Salvador: construindo um novo futuro 2013-2016", conta com 56 metas estabelecidas e nenhuma faz menção explícita ao esporte. No entanto, o instrumento apresenta 53 iniciativas estratégicas que se desdobram em projetos e ações. Dentre elas, consta uma no âmbito do Turismo e da Cultura, que objetiva incentivar a prática esportiva na cidade e criar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do esporte em suas diversas modalidades. Para tanto, propõe-se a construção de um complexo poliesportivo, de padrão internacional, dotado de ginásio de esportes e piscinas e a requalificação de quadras poliesportivas e campos de futebol nos diversos bairros, envolvendo recursos da ordem de R\$ 44 milhões (0,86%) do total de R\$ 5,1 bilhões entre custeio e investimentos previstos para o período. Os resultados esperados dessa iniciativa - que também consta no Plano Plurianual 2014-2017 do município - são a diversificação e a ampliação dos atrativos turísticos do município, criando condições de sediar competições de porte nacional e internacional e o estímulo à prática esportiva para o fortalecimento da cidadania⁶⁵.

Constata-se, portanto, que, no Plano de Metas municipal, o esporte tem sido associado a uma oportunidade econômica de ampliação e diversificação da atividade turística. O Plano de Metas chega a afirmar que a falta de espaços adequados para atrair competições de porte nacional e

⁶⁴ Plano de Metas 2013-2016, Salvador: construindo um novo futuro 2013-2016. Disponível em: <http://www.planejamentoestrategico.salvador.ba.gov.br/imagens/Planejamento_Completo.pdf>

⁶⁵ Plano de Metas 2013-2016, Salvador: construindo um novo futuro 2013-2016, p.68

internacional tem impedido a inclusão da cidade nos principais torneios, das modalidades *indoor*, como vôlei e basquete, entre outros realizados no país⁶⁶. Como consequência, há um grande enfoque no esporte midiático, onde a população acaba sendo espectadora, já que a realização de eventos esportivos e competições de alto rendimento na cidade não implicam necessariamente a democratização da prática esportiva por todos e todas.

Já no Plano Plurianual 2014-2017, dos 33 programas dispostos, apenas um é finalístico de esporte. Trata-se do Programa Esporte, Lazer e Entretenimento para o Cidadão, cujo objetivo é viabilizar e fomentar ações que estimulem a prática de atividades esportivas, gerando lazer e entretenimento ao cidadão soteropolitano. Cabe observar que, em decorrência da natureza transversal do esporte, 9 das 325 ações do documento abordam a temática do esporte (3%), inclusive no âmbito de outros projetos, como o Programa Salvador Cidade da Cultura e do Turismo e o Programa de Gestão Municipal da Educação. Dessas ações, uma trata do apoio a atletas e delegações esportivas, outra refere-se à promoção e atração de eventos esportivos e cinco tratam da criação ou melhoria de infraestrutura para a prática esportiva. Iniciativas de esporte educacional nas escolas, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, estão explicitamente refletidas em apenas uma ação. Essas ações totalizam R\$ 89,2 milhões, montante superior ao destinado à função Desporto e Lazer, que é de R\$ 34,9 milhões - 0,2% do total do Plano Plurianual⁶⁷. Ou seja, algumas ações aqui arroladas, por meio da metodologia adotada, foram classificadas em outra função que não a de Desporto e Lazer.

Cabe destacar que a construção de um complexo esportivo envolvendo recursos da ordem de R\$ 44 milhões, que consta no Plano de Metas, está diretamente relacionada a duas das nove ações da tabela adiante.

⁶⁶ Plano de Metas 2013-2016, Salvador: construindo um novo futuro 2013-2016, p. 62

⁶⁷ Plano Plurianual 2014-2017 de Salvador: <http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/PPA_2014_2017/projeto/arquivos/4-%20RESUMO%20POR%20FUN%C3%87%C3%95ES%20E%20SUBFUN%C3%87%C3%95ES%20PPA%202014-2017.pdf>

TABELA 47: Plano Plurianual de Salvador 2014-2017 – Ações de Esporte por Programas

Programa	Objetivo	Ações Relacionadas ao Esporte	Metas	Valor (R\$) Mil	%
Programa Esporte, Lazer e Entretenimento para o Cidadão	Viabilizar e fomentar ações que estimulem a prática de atividades esportivas, gerando lazer e entretenimento para o cidadão soteropolitano	Requalificação de Quadras e Campos Esportivos	160	24.000	27%
		Implantação e Implementação de Programas de Atividades Esportivas	40	1.900	2%
		Apoio a Atletas e Delegações Representativas	200	1.000	1%
		Promoção e atração de Eventos Esportivos	40	2.400	3%
		Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer nas Comunidades	40	4.215	5%
		Manutenção dos Equipamentos de Esporte e Lazer nas Comunidades	80	1.151	1%
Programa Salvador Cidade da Cultura e do Turismo	1-Fortalecer a imagem de Salvador como destino turístico, potencializando seus valores culturais, patrimônio histórico e belezas naturais/. 2-Desenvolver e modernizar a infraestrutura turística de Salvador e melhorar a qualidade dos serviços prestados/ 3-Ter políticas culturais públicas que sejam inclusivas e que promovam a disseminação de todas as linguagens artístico-culturais na cidade.	Elaboração de Projeto do Ginásio de Esportes Municipal	1 Projeto Elaborado	4.000	4%
		Construção do Ginásio de Esporte Municipal	1 Ginásio Construído	40.000	45%
Gestão Municipal da Educação	Elevar os padrões de qualidade da educação municipal	Apoio a Escolas com Ações Esportivas e Recreativa	800 escolas apoiadas	10.590	12%
TOTAL				89.256	100%

SÃO PAULO

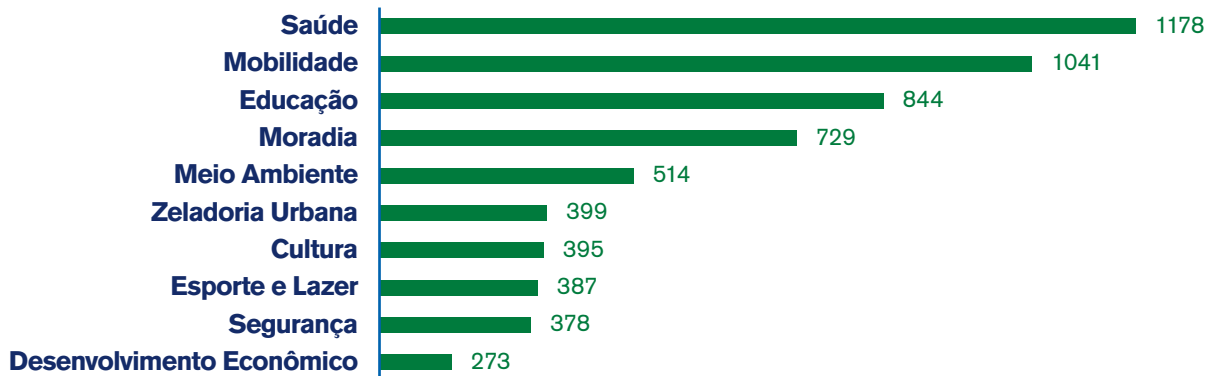
Em relação ao Plano de Metas, vale lembrar que São Paulo foi a primeira cidade do país a aprovar uma emenda à Lei Orgânica do Município, instituindo a obrigatoriedade da elaboração e publicação, até noventa dias após a posse do prefeito, de um Programa de Metas pelo Poder Executivo contendo as prioridades: ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, Subprefeituras e Distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor Estratégico⁶⁸.

A primeira versão do Programa de Metas de São Paulo⁶⁹ para o período 2013-2016 apresentava 100 metas, número ampliado para 123 após a participação social nas 35 audiências públicas realizadas, que registraram mais de 9.400 sugestões e 876 mensagens eletrônicas, computadas e sistematizadas. Esporte e lazer foi o oitavo tema mais demandado pela população durante o processo:

⁶⁸ Disponível em: < <http://www.nossasaopaulo.org.br/programa-de-metas> >

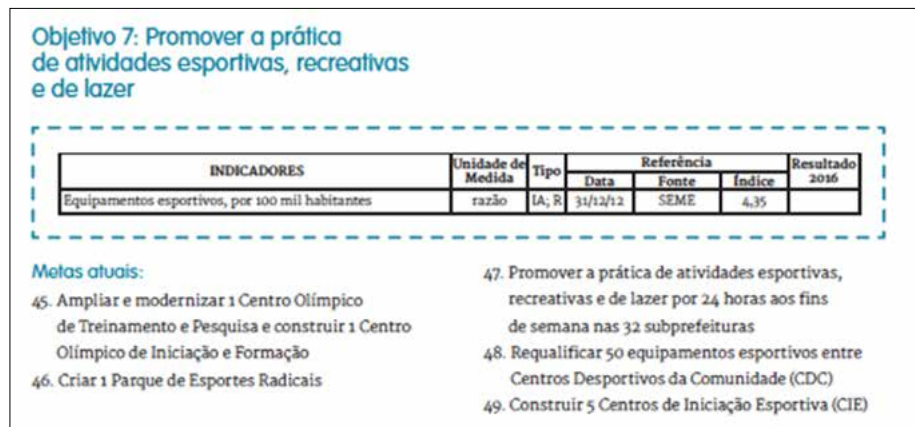
⁶⁹ Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/programa_de_metas/index.php?p=149999 >

GRÁFICO 6: Temas Mais Demandados pela População na Construção do Plano de Metas 2013-2016 De São Paulo.



Assim, o novo Programa de Metas da Cidade de São Paulo (2013 - 2016) totalizou 123 itens que foram divididos em 20 objetivos, dos quais um se refere ao esporte, com 5 metas (que correspondem a 4% do total). Do total de R\$ 25,3 bilhões previstos no Plano de Metas 2013-2016, R\$ 569,5 milhões tratam de metas de esporte, conforme se pode ver abaixo:

FIGURA 1: Plano de Metas de São Paulo 2013-2016 – Metas de Esporte.



É importante reconhecer o esforço empreendido pela cidade de São Paulo para organizar seu Plano de Metas em correspondência clara com o Plano Plurianual. Das cidades analisadas, São Paulo foi a única que incluiu um anexo no PPA denominado: “O Programa de Metas 2013-2016 no Plano Plurianual 2014-2017”, listando os programas, ações e recursos orçamentários anuais correspondentes a cada uma das metas do Plano de Metas 2013-2016.

A metodologia adotada para a elaboração do Plano de Metas também deve ser valorizada como uma boa prática, já que o documento foi organizado por meio de fichas individuais de detalhamento de metas que elencam objetivos claros, com atribuição de responsabilidades, orçamento e cronograma para sua implementação, associadas a indicadores mensuráveis e, portanto, passíveis de acompanhamento pela população. Disponibilizamos abaixo um exemplo para fins ilustrativos:

FIGURA 2: Plano de Metas de São Paulo 2013-2016 – Metas de Esporte

META 45	
Eixo Temático 1. Compromisso com os Direitos Sociais e Cívicos	
Texto da Meta 45 Ampliar e modernizar 1 Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e construir 1 Centro Olímpico de Iniciação e Formação	Objetivo Temático Associado Objetivo 7. Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer
Secretaria Responsável Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	Articulação Territorial Associada Estruturação do Arco do Futuro
Detalhamento da Meta	
Definições de termos técnicos Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa: Equipamento voltado ao esporte de alto rendimento, nos moldes de um clube, com foco em esportes olímpicos, tendo crianças e jovens participando das principais competições municipais, estaduais, nacionais e até internacionais, sem nenhum custo para atletas ou seus pais. Centro Olímpico de Iniciação e Formação: Equipamento que permite o treinamento de modalidades olímpicas em suas categorias de base/formação com recurso humanos compatíveis e metodologia utilizada pelo Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa.	O que vai ser entregue? • 1 Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa • 1 Centro Olímpico de Iniciação e Formação Custo Total da Meta: R\$ 435.335.000,00
Cronograma de Entrega	
2013 - 2014 -	2015 - 2016 2 Centros Olímpicos
Observações Os terrenos que serão utilizados para a construção dos Centros são de administração da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e atualmente são destinados para lazer e recreação.	

Fonte: Plano de Metas 2013-2016 de São Paulo, p. 8, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/programa_de_metas/index.php?p=149999>

No Plano Plurianual⁷⁰ 2014-2017 de São Paulo, dos 26 programas re-lacionados, consta apenas um programa finalístico de esporte (0,6% do total), voltado à promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer.

Dentre as 2.731 ações do documento que são apresentadas de forma territorializada, por subprefeitura da cidade, 99 englobam o esporte (3,6%), totalizando R\$ 1,5 milhões. A maior parte dessas ações (95%)

⁷⁰ Plano Plurianual 2014-2017 de São Paulo, disponível em: <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/Paginas/PlanoPlurianual.aspx>>.

está vinculada à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e envolve a construção de centros de iniciação esportiva e centros olímpicos, reforma, manutenção e operação de equipamentos esportivos, promoção de eventos e atividades esportivas, recreativas e de lazer, além de despesas de manutenção do próprio órgão. Outros 4% estão ligadas à Secretaria Municipal de Educação e abrangem a realização de eventos educacionais, culturais e esportivos nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) e a construção, reforma e ampliação desses equipamentos. O restante se refere a iniciativas de incentivo à prática esportiva subordinadas ao Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

Os recursos destinados à função Desporto e Lazer correspondem a R\$ 1,18 milhões, apenas 0,6% do montante total de R\$ 215 bilhões de gastos previstos para o período. Este valor é inferior ao total de ações que envolvem o esporte, conforme disposto acima, o que nos leva a crer que nem todas as ações foram classificadas nesta função orçamentária, possivelmente aquelas ligadas às atividades da Secretaria Municipal de Educação.



CAPÍTULO 5

Conclusão

No contexto da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a Atletas pelo Brasil, por meio do Programa Cidades do Esporte, propôs às 12 cidades-sede dos megaeventos esportivos o comprometimento com uma agenda positiva de melhoria da política pública de esporte e atividade física, entendida como um direito de toda a população. Esse compromisso ficou estabelecido por meio de uma Carta Compromisso assinada pelos candidatos às prefeituras das cidades em 2012.

Um dos pressupostos do Programa Cidades do Esporte é a concepção do esporte como uma política pública transversal, fator de desenvolvimento humano e entendida não apenas como investimentos na construção e adequação de infraestrutura esportiva e realização de eventos esportivos que reservam à população o lugar de espectadora. É preciso que essa política esteja também baseada na promoção e no estímulo a atividades físicas e práticas esportivas para todos e todas nos mais diferentes contextos e oportunidades: nas escolas, no deslocamento ativo diário, nas áreas públicas do município e nas ações de diversos órgãos públicos, como os da saúde e meio ambiente.

Entre os objetivos específicos quando da criação do Programa estavam a realização de um diagnóstico da situação do esporte nas cidades participantes e o monitoramento da evolução dos indicadores criados.

Consideramos que este objetivo foi atingido, à medida em que realizamos o diagnóstico com o primeiro relatório e avaliamos a evolução dos indicadores na segunda edição e no presente Relatório. Cabe aqui ressaltar que a adoção de mudanças de impacto nas políticas públicas de esporte e no incentivo à atividade física não geram necessariamente resultados quantitativos em curto prazo. O monitoramento ano a ano esteve não só focado na melhora dos indicadores, mas na adoção, pelas gestões municipais, de medidas que apontassem para uma melhor estruturação da política de esporte municipal, e isso passa pela gestão das informações que darão insumos para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas esportivas.

Contribuir para consolidar uma sistemática de coleta e acompanhamento de dados sobre a execução de políticas públicas, que capture a transversalidade e as parcerias típicas das políticas de esporte, foi sempre um dos intuitos do programa, que veio aperfeiçoando suas ferramentas com a inclusão, no segundo ano, de uma plataforma digital de indicadores, e no terceiro ano a realização ajustes nesses indicadores, além da adoção de indicadores básicos.

A taxa de preenchimento dos dados relativos ao ano de 2015, objeto deste Relatório, reflete os esforços das equipes municipais neste sentido. Ela foi mais elevada e menos desigual do que nos anos anteriores. A curva de aprendizagem gerada pela relação estabelecida entre o Programa e os articuladores locais levou a um incremento da taxa média de preenchimento dos indicadores propostos. Com exceção de Cuiabá e Manaus (que não enviaram seus dados para o terceiro relatório), observa-se um aumento da média de preenchimento da totalidade dos indicadores do programa de 61% para 67% entre 2014 e 2015. Em relação aos indicadores básicos, esse percentual cresceu para 75%, o que sugere que o Programa vem cumprindo um papel importante no fomento a uma cultura de trabalho

que valoriza o uso de métricas avaliativas por parte das administrações municipais. Paralelamente, a redução da quantidade de indicadores e o estabelecimento de prioridades de avaliação revelaram-se uma estratégia capaz de produzir melhores resultados.

A despeito dos avanços identificados, a indisponibilidade persistente de dados padronizados, regulares e integrados sobre temas centrais -, como a realização de atividade física por parte da população, o desenvolvimento de ações esportivas nas escolas e a taxa de utilização dos equipamentos esportivos presentes nas cidades- revela que há ainda um longo caminho a ser percorrido rumo à sistematização de informações gerenciais suficientemente abrangentes e transversais para subsidiar o planejamento e a execução de políticas públicas de esporte na esfera municipal, em linha com as prioridades e interesses da população.

Além disso, a influência de uma cultura de trabalho setorial, que permeia as ações dos gestores públicos de diferentes órgãos municipais, associada a uma lógica de priorização de obras de infraestrutura e de resultados de curto prazo, tem se mostrado um empecilho tanto para a adoção de iniciativas estruturantes, que tornem os investimentos em esporte mais efetivos em termos de alcance e impacto, como também para o acompanhamento de indicadores de avaliação que demandam o engajamento de diferentes secretarias.

Balanço do cumprimento da Carta Compromisso

Em linha com essa perspectiva, o terceiro relatório apresentou também um capítulo específico contendo um balanço do cumprimento da carta compromisso firmada pelos(as) candidatos(as) à prefeitura. O documento, além de apresentar metas voltadas à ampliação do acesso à atividade esportiva por parte da população, à melhoria da qualidade da educação física nas escolas e à consolidação de um sistema público de esporte de longo prazo, também elencava um conjunto de oito medidas voltadas à estruturação de uma política pública de esporte efetiva, universal e participativa.

Uma análise do grau de implementação dessas medidas pelos municípios indica que, após a realização dos megaeventos esportivos no país, permanecem ainda muitos desafios para que o esporte seja de fato tratado como uma prioridade programática pelos governos locais, reafirmando nossa hipótese de que, sem a liderança ativa dos prefeitos e secretários, é muito difícil que as políticas de esporte sejam bem planejadas, geridas e implementadas, o que também tem impactos diretos sobre a qualidade das informações coletadas.

Pensando na sinergia e na complementariedade do trabalho de diferentes órgãos de governo para o esporte, uma das propostas da carta compromisso do Programa Cidades do Esporte envolvia a criação de um comitê intersecretarial para a articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos, que englobassem, no mínimo, as Secretarias Municipais de Esporte, Educação e Saúde e envolvessem a participação da sociedade civil. É bastante revelador o fato de que, dentre todos os

municípios, somente o Rio de Janeiro tenha criado esse comitê. Mesmo assim, além da resolução que dispõe sobre a criação do Comitê de Integração do Rio de Janeiro não prever a participação da sociedade civil, não foram identificadas atas ou registros públicos dos desdobramentos resultantes das reuniões realizadas por esse colegiado.

Em linha com essas afirmações, a leitura dos Planos Plurianuais 2014-2017 dos municípios revelou que, para além dos programas finalísticos de esportes, geralmente sob a responsabilidade da pasta correspondente, os documentos apresentam também uma infinidade de outras ações e iniciativas relacionadas ao tema e classificadas em outros programas finalísticos, sob a responsabilidade das secretarias de educação, turismo, saúde, cultura, assistência social, juventude, obras públicas, dentre outros. No entanto, a tendência ao trabalho isolado de cada órgão de governo acaba por ampliar as chances de sobreposições de funções, reduz as oportunidades de intercâmbios de boas práticas e o aproveitamento de sinergias, gerando a perda de eficiência dos investimentos e o comprometendo seus resultados.

Ainda em relação ao planejamento das políticas públicas esportivas, identificamos gargalos importantes no estabelecimento de metas de gestão pelos governos municipais. Somente três municípios (menos de um terço do total) contavam, até o final de 2012, com legislação que obrigasse o gestor público a apresentar um Plano de Metas após a sua posse: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A despeito disso, seis cidades (pouco mais da metade das capitais analisadas) empreenderam esforços com a elaboração desse documento englobando o período 2013-2016. Em uma parte dos demais casos, o próprio Plano Plurianual contou também com seções específicas, onde as metas da administração municipal foram publicizadas.

Independente da ferramenta, uma análise minuciosa das metas elencadas apontou lacunas e dificuldades comuns enfrentadas pelas administrações municipais nesse processo. Além de problemas de natureza conceitual e metodológica, muitas das metas não são acompanhadas do detalhamento necessário para viabilizar seu alcance tais como: previsão orçamentária, atribuição de responsáveis e/ou cronograma. Outro ponto a ser destacado é a ausência de diálogo entre os indicadores, ações e categorias dispostas no Plano Plurianual e no Plano de Metas de um mesmo município. Não raro, deparamo-nos com dificuldades para relacionar as ações e os valores destinados para viabilizar o alcance das metas estabelecidas, já que é baixo o nível de integração e correspondência explícita entre ambos os instrumentos. Das cidades analisadas, São Paulo foi a única que incluiu um anexo no PPA denominado: “O Programa de Metas 2013-2016 no Plano Plurianual 2014-2017”, listando os programas, ações e recursos orçamentários anuais do Plano Plurianual correspondentes a cada uma das metas do Plano de Metas 2013-2016, com a atribuição de responsabilidades e prazos para sua implementação, acompanhados de indicadores passíveis de acompanhamento pela população.

Apesar disso, é importante valorizar o fato de que tanto os Planos Plurianuais 2014-2017 quanto os Planos de Metas 2013-2016 se encontram disponíveis online para download e consulta dos interessados, o que denota certo grau de transparência nesse tema. Porém, à exceção dos municípios de Belo Horizonte e São Paulo, que disponibilizaram as planilhas com suas bases de dados, a ampla maioria dos documentos está em formato não editável, o

que dificulta sobremaneira a utilização dos arquivos pela população, conforme seus interesses e preferências. Cabe, portanto, uma observação: os dados são considerados abertos quando qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade⁷¹.

Outra barreira encontrada ao longo da experiência do Programa diz respeito às sucessivas mudanças nas equipes da Secretaria Municipal de Esportes, que acabaram por afetar não apenas o nível de preenchimento dos indicadores, mas principalmente a implantação das políticas esportivas em uma perspectiva contínua e de longo prazo, dada a necessidade recorrente de retomada e apropriação das ações em andamento pelos novos técnicos designados. Esse contexto foi ainda mais agravado quando as mudanças se desenrolaram em meados do mandato, prejudicando a adoção de uma concepção sistêmica, contínua e integrada da gestão pública do esporte. Como, em muitos casos, a secretaria de esportes acaba sendo utilizada como mais um instrumento de negociação para ampliação e fortalecimento da base de apoio dos governos municipais, a designação de seus titulares se pauta por critérios prioritariamente políticos, em detrimento de parâmetros que considerem o perfil, a afinidade, a experiência e o compromisso do gestor com o tema. Assim, acordos políticos pontuais e conjunturais têm levado a altas taxas de rotatividade do secretariado, relegando ao esporte o papel de política secundária e acessória, com consequências diretas na promoção do desenvolvimento humano integral.

Contudo, pode-se comemorar que, em termos da consolidação do sistema municipal de esportes, todas as cidades contavam com uma secretaria municipal de esportes no período analisado, exceto no caso de Salvador. Porém, um ano após o Brasil ter sediado a Copa do Mundo e às vésperas de receber os Jogos Olímpicos, menos da metade das cidades participantes do Programa possuía um conselho municipal de esportes ativo. Chama a atenção também o fato de que apenas quatro cidades tenham aprovado uma lei municipal de incentivo ao esporte, três contam com um fundo municipal de esportes e somente Curitiba tenha desenvolvido um plano municipal de esportes.

Neste contexto, a urgência da revisão do Sistema Nacional de Esporte, que pouco tem avançado em nível federal, ganha ainda mais relevância e centralidade. Ao definir de forma mais clara as competências dos Municípios, Estados e do Governo Federal, além da possibilidade de condicionar parcialmente a transferência de recursos à existência de conselhos e fundos municipais, o sistema nacional tem potencial para alavancar o fortalecimento das políticas municipais no setor. Entretanto, como a Atletas pelo Brasil já apontou em outras oportunidades, a responsabilidade por esses avanços é também dos municípios, já que eles possuem autonomia para criar, de forma participativa, seus próprios conselhos, fundos, leis de incentivo e planos municipais do esporte. Em um contexto de crise política e financeira como o atual, estas são medidas de baixo impacto orçamentário e grande efeito político na consolidação e democratização das políticas do setor, além de abrirem a oportunidade para outras fontes de financiamento, como no caso da lei municipal de incentivo ao esporte, que pode facilitar o uso de recursos privados para o desenvolvimento de projetos voltados à população.

Por fim, vale destacar que o eixo central do Programa - baseado em prover tecnologias permanentes de avaliação capazes de subsidiar a melhoria contínua da gestão pública esportiva - tem esbarrado na ausência de vontade

⁷¹ Definição da Open Knowledge Internacional, disponível em: <<http://opendefinition.org>>

de política, em função do baixo grau de reconhecimento pelos governantes da importância estratégica do tema. Apesar de reconhecer que houve muitas melhorias em relação à reforma e ampliação da infraestrutura esportiva no país, o Programa Cidades do Esporte chega ao seu III Relatório sem evidências de que as cidades analisadas aproveitaram as oportunidades existentes no período dos megaeventos esportivos para fazer avançar a pauta de universalização do direito ao esporte para o conjunto da população. O foco excessivo em infraestrutura e mobilidade, sob o viés do turismo, não foi acompanhado, com o mesmo nível de prioridade e atenção, da promoção de práticas esportivas e atividades físicas para todos.

Próximos passos

O Programa Cidades do Esporte foi pioneiro em ressaltar aos municípios brasileiros a importância de colocar a política pública esportiva em evidência. Por meio do seu caráter pedagógico e colaborativo, contribuiu para sensibilizar as cidades a respeito da importância da produção de informações confiáveis sobre a política pública esportiva.

A matriz de indicadores esportivos desenvolvida, é inédita e configura um importante legado do Programa. Construída pela Atletas pelo Brasil e Unie-thos, com o apoio do Comitê de Governança do Programa, foi lapidada ano a ano com as contribuições dos municípios, tornando-se um instrumento relevante para captar a realidade das cidades no âmbito esportivo. Ela apresenta uma visão da transversalidade do esporte fundamental para a compreensão de que uma política pública efetiva na área não se limita a infraestrutura e eventos esportivos, mas influencia e é influenciada pelas políticas de educação, saúde, mobilidade urbana, assistência social, entre outras, sendo imprescindível o trabalho conjunto das secretarias para se avançar nessa pauta.

A adoção da plataforma on-line possibilitou que a matriz se tornasse uma ferramenta de trabalho descomplicada e acessível para os governos na gestão da informação, que possibilita ainda a transparência e o controle social, já que os dados inseridos são abertos e a plataforma permite download de planilhas, construção de mapas e gráficos, visões comparativas dos indicadores entre cidades e em séries temporais, entre outras.

Apesar das dificuldades relatadas, os relatórios Cidades do Esporte trazem informações relevantes sobre dimensões do esporte nos municípios, muitas delas antes não abordadas por pesquisas locais ou nacionais. Espera-se que as informações sejam úteis como um panorama dos principais desafios da gestão municipal de esporte nas cidades participantes e possam estimular os prefeitos empossados em 2017 na definição de prioridades e investimentos durante seus mandatos.

Além disso, os relatórios trazem a análise de 12 cidades, das 5 diferentes regiões brasileiras, possibilitando uma mostra ilustrativa das realidades e dificuldades das políticas públicas esportivas em âmbito regional e

nacional. Desta forma, há uma expectativa de que o trabalho desenvolvido subsidie também iniciativas do governo federal à medida que suas conclusões apontam para a necessidade de revisão do Sistema Nacional de Esporte, para que este defina competências e financiamento dos atores do setor, além da previsão de um sistema de informações, e um plano nacional de esporte integrado a este.

Apesar do Cidades do Esporte ter sido inicialmente desenvolvido com a pretensão de se estender até 2022, avaliamos que o ciclo do Programa se encerra com o lançamento do III relatório. O fim da década esportiva no Brasil, bem como a crise política e financeira que o país atravessa, trouxeram mudanças significativas na conjuntura, e o desafio de repensar estratégias para o fortalecimento do esporte na agenda pública.

Caberá agora ao gestor público, dar sequência ao movimento iniciado pelo Programa Cidades do Esporte. Espera-se que tanto os relatórios publicados quanto a Plataforma de Indicadores possam inspirar, não só as 12 cidades-sede da Copa a continuar aprimorando suas políticas públicas com base em evidências, mas também outras cidades brasileiras que desejem avançar na universalização do direito ao esporte para a toda a população, garantindo mais saúde, lazer e desenvolvimento humano pleno e integral.

Tendo em vista as recorrentes solicitações de apoio direcionadas à Atletas pelo Brasil por diversos municípios, ao invés de direcionar esforços para a publicação de novos relatórios que abrangem um conjunto restrito de municípios, consideramos mais efetivo e estratégico a replicação e a apropriação pelas cidades do conteúdo e do aprendizado gerado pelo Programa. Desta forma, a entidade decidiu apostar na manutenção e criação de instrumentos e tecnologias sociais capazes de qualificar as iniciativas locais em uma escala mais ampla e avançar na melhoria da gestão pública do esporte e lazer de forma abrangente.

A plataforma continuará em funcionamento, para o uso das 12 cidades e de todas as outras que queiram utilizá-la como ferramenta de gestão. Além dos indicadores existentes, as cidades terão também a possibilidade de propor e incluir novos, em linha com as prioridades e o contexto locais, sendo coautores no aprimoramento contínuo e permanente, para que a ferramenta reflita a realidade que querem captar e monitorar no âmbito do esporte.

Será disponibilizado ainda um canal de comunicação on-line onde as cidades poderão tirar dúvidas sobre os indicadores, fontes e qualquer dificuldade no preenchimento da matriz.

Por último, com o foco no desenvolvimento de capacidades institucionais nos diferentes espaços político-administrativos, será desenvolvido um manual de apoio aos gestores municipais que desejem orientação para realizar uma gestão esportiva estruturada durante seus mandatos.

Com essas tecnologias sociais e instrumentos orientadores, o Programa Cidades do Esporte inicia um novo capítulo no apoio aos gestores municipais e em defesa da universalização do direito ao esporte para a população brasileira.

Anexos

ANEXOS

Buscando complementar as análises comparativas entre as cidades apresentadas ao longo dos capítulos 4 e 5 do relatório, os anexos permitem uma consulta rápida aos dados apurados pelo Programa Cidades do Esporte sobre cada um dos municípios dele participantes, acompanhados de uma tabela resumo dos dados sobre seus respectivos desempenhos, como recomenda a carta compromisso assinada pelos candidatos a prefeitos. Uma avaliação mais aprofundada pode ser feita pelos interessados, a partir dos dados abertos disponíveis na Plataforma de Indicadores do Programa (indicadores.atletaspeloBrasil.org.br). Esses aspectos sugerem que o avanço das políticas públicas de esporte nas onze cidades e no Distrito Federal esbarravam em questões relacionadas à gestão pública do esporte e à priorização do tema nas agendas dos governos municipais. Considerando esse cenário, por ocasião do III Relatório, decidimos incluir em nossa análise um balanço do cumprimento da carta compromisso firmada pelos então candidatos a prefeito com o Programa durante as eleições municipais, bem como uma reflexão em torno da gestão municipal, a partir da perspectiva do esporte e da atividade física.

Cabe destacar que o intuito de apresentar essas análises individuais não é abonar ou desqualificar o esforço empreendido por todas as cidades no desenvolvimento de suas políticas públicas de esportes, mas sim oferecer um retrato dos avanços e dos pontos passíveis de aprimoramento que ainda podem ser trabalhados pelas equipes das respectivas Prefeituras e do Governo do Distrito Federal.

Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte possui Secretaria Municipal de Esporte e Conselho Municipal de Esporte desde 2013. Nesse período, não houve a criação de novos marcos institucionais no âmbito da política pública de incentivo ao esporte, o que confere à cidade um nível ainda bá-

sico de institucionalização do Esporte. O estado de Minas Gerais, entretanto, possui Lei estadual de incentivo ao Esporte, o que contribui para a ampliação de recursos destinados às organizações que promovem o esporte e a atividade física em Belo Horizonte.

TABELA 1: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal - 2013-2015

Belo Horizonte	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Sim	Sim	Sim
Fundo Municipal de Esporte	Não	Não	Não
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	Sim	Sim
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Não	Não	Não
Plano Municipal de Esporte	Não	Não	Não

Belo Horizonte participou do levantamento de dados nos três anos consecutivos e para este III Relatório apresentou um alto nível de preenchimento dos indicadores básicos, com total aproveitamento. Foram respondidos 30, dos 33 indicadores básicos, e todas as respostas foram consistentes, resultando em uma taxa de resposta de 91%.

Quanto ao orçamento despendido com a política pública de esporte e incentivo à ativi-

dade física, Belo Horizonte também se manteve relativamente estável. Embora tenha aumentado em 18% a despesa orçamentária destinada à função Desporto e Lazer entre 2014 e 2015, o orçamento destinado à Secretaria Municipal de Esporte, caiu 11% em relação ao total do orçamento municipal de 2013. Sob ambas as óticas, o percentual gasto com a política pública de esporte e atividade física permaneceu abaixo de 0,5% do orçamento total da Prefeitura.

TABELA 2: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física - 2013-2015

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,40%	0,47%
Secretaria Municipal de Esporte	0,36%	0,28%	0,32%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	-	5,62%	4,11%

Chama a atenção que, do total do orçamento declarado na Plataforma do Programa, 16,6% sejam destinados à soma de ações e projetos em geral, ao esporte de alto rendimento e a eventos esportivos, atividades finalísticas por excelência, sendo os demais 83,4% alocados em atividades não especificadas.

Com relação aos recursos humanos, Belo Horizonte conseguiu ampliar para 100% a presença de professores de educação física com graduação na área no segundo ciclo do ensino fundamental (antes eram 90%). Já com relação à capacitação continuada desses profissionais, Belo Horizonte não apresentou dados. No en-

tanto, apresentou o número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos destinados à população em geral. São 60 para cada 100 mil habitantes. A cidade apresentou uma melhora considerável nesse indicador, já

que em 2014 eram 18 professores o mesmo número de habitantes. De acordo com as observações da cidade, esse aumento se deu ao serem computadas no levantamento as parcerias com o a secretaria estadual de esporte no município.

TABELA 3: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física em Belo Horizonte

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Professores de Educação Física com graduação na área (6° ao 9° ano do ensino municipal)	90%	100%	11%
Capacitação dos professores de Educação Física	-	-	-
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	18	60	233%

Quanto à infraestrutura, Belo Horizonte permaneceu estável em relação à metragem quadrada de áreas verdes, com pequena evolução na extensão das ciclovias e ciclofaixas permanentes e no número de equipamentos esportivos. Em geral, o município permanece abaixo da média do conjunto das Cidades do Esporte em relação a esses itens, exceto quanto ao número

de equipamentos esportivos disponíveis para a população e à infraestrutura de quadras nas escolas municipais de ensino fundamental, em que apresenta números elevados, se comparados ao conjunto. Destaque-se ainda a dificuldade do município em responder sobre a acessibilidade de seus equipamentos esportivos e o número reduzido de parquinhos infantis.

TABELA 4: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em Belo Horizonte

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	18	18	0%
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	3	3	0%
% de ciclovias exclusivas (Km) em relação às vias do município	2%	2%	23%
Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	71	87	23%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	26	28	8%
% de equipamentos esportivos acessíveis	2%	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	92%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	97%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	92%	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	46%	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	3,9	-

Entre 2014 e 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais permaneceu em duas horas-aulas em todos os anos do ensino fundamental. Porém, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar aponta que apenas 68% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, das redes municipal e estadual de Belo Horizonte, disseram ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, o que demonstra que ainda há a necessidade de garantir a todos os alunos do município o acesso a essas aulas.

Também no atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de idade, faixa etária cuja competência no provimento do ensino é exclusivamente municipal, há grande espaço para ampliação. Em 2015 a taxa de atendimento escolar nessa faixa etária, em Belo Horizonte, foi de 20%, valor abaixo da média das cidades do Programa. Vale destacar, entretanto, que entre 2014 e 2015 aumentou em 46% o atendimento com creche e pré-escola na cidade, denotando que há um esforço de ampliação do atendimento sendo feito.

TABELA 5: Atendimento e atividade física nas escolas municipais em Belo Horizonte

	2014	2015	Varição
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	13%	20%	46%
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	54%	54%	0%
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	45%	89%	45%

Já com relação à prática de atividade física ou esportiva no contraturno escolar, Belo Horizonte possui números acima da média das outras cidades do programa, tendo aumentado em 45% o percentual de alunos que participam de atividades no período de férias escolares, na rede municipal.

Em termos de campanhas publicitárias de estímulo à atividade física, ao uso da bicicleta e à proteção do ciclista e do pedestre, a cidade não apresenta grande destaque, porém tem realiza-

do algumas campanhas em relação ao uso das bicicletas (duas em 2015), esforço condizente com o investimento na expansão de ciclovias.

Olhando para o comportamento da população belo-horizontina, a partir de dados apresentados pela cidade, vemos que é alta a proporção de deslocamentos diários feitos à pé, acima da referência internacional, que é de 19% em Copenhague, Dinamarca. No entanto, os deslocamentos feitos com bicicleta são bastante baixos, somente 0,4% do total de deslocamentos diários.

TABELA 6: Proporção de deslocamentos diários, por tipo de deslocamento, em relação ao total - 2015

Cidade	Proporção de deslocamentos a pé	Proporção de deslocamentos de bicicleta
Belo Horizonte	34,8%	0,4%

Olhando a partir de dados da Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, vemos que Belo Horizonte ainda tem um grande desafio a enfrentar na mudança do comportamento da população. Em relação à proporção de adultos que praticam o mínimo de atividade física ou esportiva recomendado pela Organização Mundial de Saúde, os

números são melhores: 39% da população belo-horizontina praticam ao menos 150 minutos de atividade física de intensidade moderada por semana no tempo livre. Esta marca, entretanto, ainda está longe do Havaí, nos Estados Unidos, considerado uma referência internacional, com 60% da população praticante de atividades físicas.

TABELA 7: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana. 2013-2015

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Belo Horizonte	14%	11%	12%	36%	40%	39%
Média Geral das Cidades	11%	12%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

De modo geral, com relação à política pública de incentivo ao esporte e a atividade física, Belo Horizonte apresentou maiores progressos no que se refere ao esporte nas escolas, tanto em termos de infraestrutura e recursos humanos, quanto no atendimento e ampliação de atividades no contraturno escolar. Avançou também,

mais modestamente, na ampliação de ciclovias, ciclofaixas e equipamentos esportivos. A taxa de resposta dos indicadores também denota uma capacidade interna de gestão importante para os desafios que a cidade ainda tem a enfrentar na efetivação das políticas de esporte e atividade física como um direito de toda a população.

TABELA 8.1: Resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	1
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	1
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Sim
- número de representantes de governo	11
- número de representantes da sociedade civil	11
- caráter deliberativo?	consultivo
- presidência do órgão	Titular da pasta de esportes
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Não
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não

TABELA 8.2: Resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	103
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	3
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	3%
Número total de ações no PPA 2014-2017	387
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	20
% de ações de esporte em relação ao total	5%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	49.800.104
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	366.862
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	384.481
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	0,7%
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Sim
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Sim
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	213
Número de metas que englobam o esporte	10
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	5%
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	nd

Curitiba

A cidade de Curitiba participou do levantamento de dados do Programa Cidades do Esporte nos três anos consecutivos e para este III Relatório apresentou um alto nível de preenchimento dos indicadores básicos. Foram respondidos 30, dos 33 indicadores básicos, e 27 respostas foram consistentes, resultando em uma taxa de resposta de 82%.

A cidade de Curitiba possui Secretaria Mu-

nicipal de Esporte, Lei Municipal de Incentivo ao Esporte e é a única cidade que possui Plano Municipal de Esporte, importante instrumento de planejamento da política pública, aprovado pela Câmara de Vereadores. Em 2015, a capital paranaense aprovou também a criação de seu Conselho Municipal de Esporte, o que a coloca como um dos municípios com maior grau de institucionalização da política.

TABELA 9: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal - 2013-2015

Curitiba	2014	2015	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Não	Não	Sim
Fundo Municipal de Esporte	Não	Não	Não
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	Sim	Sim
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Sim	Sim	Sim
Plano Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim

Talvez como consequência desse alto grau de institucionalização, ocorra o fato de ser Curitiba uma das poucas cidades que apresentou elevação do orçamento investido no esporte em 2015. A proporção de gastos com a função Desporto e Lazer entre 2014 e 2015 passou de 0,53% para 0,70% do total do orçamento municipal e de 0,53% para 0,64% na Secretaria

Municipal de Esporte. Sob ambas as óticas, entretanto, o percentual gasto com a política pública de esporte e atividade física permaneceu abaixo de 1% do orçamento total da Prefeitura. Curitiba praticamente não investiu em esporte de alto rendimento e seu orçamento é voltado sobretudo para Ações e Projetos.

TABELA 10: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física em Curitiba

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,53%	0,70%
Secretaria Municipal de Esporte	0,52%	0,53%	0,64%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	0,60%	-	0,09%

Com relação aos recursos humanos, Curitiba demonstrou maior dificuldade em 2015. A cidade cumpria a determinação do Conselho Nacional de Educação e tinha 100% de seus professores de educação física habilitados na área de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, mas em relação à capacitação continuada des-

ses profissionais, novamente, não apresentou dados naquele ano. Já o número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos desenvolvidos pela prefeitura e parceiros vinha caindo ano a ano, eram 58 profissionais para cada 100 mil habitantes em 2013 e passaram a ser 13 s em 2015.

TABELA 11: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física em Curitiba

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Varição
Professores de Educação Física com graduação na área (6° ao 9° ano do ensino municipal)	90%	100%	11%
Capacitação dos professores de Educação Física	-	-	-
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	15	13	-13%

Com relação à infraestrutura, Curitiba apresentou uma queda considerável em metragem quadrada de áreas verdes, parques e praças, embora permanecesse acima da média das demais cidades em ambos os indicadores. É provável que essa queda tenha sido fruto de ajustes nos números apresentados anteriormente, e não queda de fato em áreas físicas, mas não é possível afirmar. As cicloviárias e ciclofaixas tiveram

grande ampliação entre 2014 e 2015, com aumento de 40%. Já em termos de número de equipamentos esportivos disponíveis à população, a cidade apresentou uma das menores proporções e não forneceu dados sobre a acessibilidade dos equipamentos. Em relação à infraestrutura de quadras esportivas nas escolas, o município se destacou, com todas as escolas tendo quadras ou pátios para a prática de atividades físicas.

TABELA 12: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em Curitiba

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Varição
Área Verde (m ² /habitante)	58	44	-24%
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	16	13	-19%
% de cicloviárias exclusivas (Km) em relação às vias do município	3%	5%	40%
Cicloviárias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	155	221	42%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	2	2	0%
% de equipamentos esportivos acessíveis	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	100%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	97%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	100%	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	100%	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	-	-

Entre 2014 e 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais permaneceu em duas horas-aulas em todos os anos do ensino fundamental. No atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de

idade, cuja competência no provimento do ensino é exclusivamente municipal, Curitiba apresenta taxa de atendimento de 41%, valor acima da média das cidades do Programa.

TABELA 13: Atendimento e atividade física nas escolas municipais em Curitiba

	2014	2015	Variação
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	40%	41%	4%
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	11%	19%	73%
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	-	19%	-

Já em relação à prática de atividade física ou esportiva no contraturno escolar ou no período de férias, Curitiba possui números abaixo da média das Cidades, ainda que demonstrando grande esforço de ampliação das atividades no contraturno, com 73% de ampliação entre 2014 e 2015.

Em termos de campanhas publicitárias de estímulo à atividade física, ao uso da bicicleta e à proteção do ciclista e do pedestre, Curitiba realizou mais campanhas em 2015 do que em 2014, num total de 10 em comparação a 4 no ano anterior.

Curitiba não apresentou dados próprios em relação ao comportamento da população nos deslocamentos ativos. Quanto à proporção de adultos que praticam o mínimo de atividade física ou esportiva recomendado pela Organização Mundial de Saúde, os números são melhores: 39% da população curitibana pratica ao menos 150 minutos de atividade física de intensidade moderada por semana. Esta marca, entretanto, ainda está longe do Havaí, nos Estados Unidos, considerado uma referência internacional com 60% da população praticante de atividades físicas.

TABELA 14: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana.

Cidade	No deslocamento			No deslocamento		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Curitiba	11%	11%	11%	37%	37%	39%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

De modo geral, com relação à política pública de incentivo ao esporte e a atividade física, Curitiba apresentou maiores progressos no que se refere à institucionalização da política pública, à ampliação dos investimentos no esporte, na política de incentivo ao uso da bicicleta, com ampliação de ciclovias e ciclofaixas e à realização de campanhas publicitárias de conscientização, assim como na infraestrutura de esporte

das escolas. Recursos humanos e ampliação de atividades no contraturno escolar permanecem desafios, assim como a ampliação de equipamentos esportivos à disposição da população. Note-se também, que apesar de ter um grau de institucionalização da política pública de esporte maior que outras cidades, isso não necessariamente resultou em maior índice de preenchimento dos indicadores.

TABELA 15: Tabela resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	1
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	0
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Sistema Municipal de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Sim
- número de representantes de governo	7
- número de representantes da sociedade civil	7
- caráter do colegiado	deliberativo
- presidente do colegiado	eleição pelo conselho
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Não
Possui Plano Municipal de Esporte?	Sim
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Sim
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	14
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	0
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	0%
Número total de ações no PPA 2014-2017	262
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	10
% de ações de esporte em relação ao total	4%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	34.802.932
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	nd
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	nd
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	nd
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Não
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Não
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	nd
Número de metas que englobam o esporte	nd
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	nd
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	nd

Distrito Federal

O Distrito Federal participou do levantamento de dados em 2013 e 2015, não tendo participado em 2014. Cabe destacar, no entanto, que o território alimentou posteriormente os dados de 2014 na Plataforma e esses dados serão utilizados aqui. Para este III Relatório foram respondidos 31 dos 33 indicadores básicos, e 29 respostas

foram consistentes, resultando em uma taxa de resposta de 88%.

Quanto ao nível de institucionalização da política pública de esporte, o Distrito Federal possui Secretaria de Estado de Esporte, Conselho de Esporte e Fundo de Esporte desde 2013.

TABELA 16: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

Distrito Federal	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho de Esporte ativo	Sim	Sim	Sim
Fundo de Esporte	Sim	Sim	Sim
Lei Distrital de Incentivo ao Esporte	Não	Não	Não
Plano de Esporte	Não	Não	Não

Quanto ao orçamento despendido com a política pública de esporte e incentivo à atividade física no Distrito Federal, observamos uma perda de importância dos gastos orçamentários, proporcionalmente ao orçamento total do Governo. O orçamento da Secretaria de Esporte,

por exemplo, que em 2014 representava 0,41% do orçamento total gasto pelo Governo, passou a 0,14% em 2015. A queda na função orçamentária Desporto e Lazer também foi grande, em 2014 representava 0,37% do orçamento do município, em 2015 passou a 0,17%.

TABELA 17: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,37%	0,17%
Secretaria Municipal de Esporte	0,41%	0,33%	0,14%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	2,96%	3,23%	7,33%

Do total do orçamento declarado na Plataforma do Programa, 50% são destinados a ações e projetos em geral, 7% ao esporte de alto rendimento, 5% a eventos esportivos.

Com relação aos recursos humanos, no que diz respeito à formação dos professores, o Distrito Federal ainda não logrou cumprir a determinação do Conselho Nacional de Educação de que todos os professores de educação física

do 6º ao 9º ano do ensino fundamental devem ter habilitação na área. No Distrito Federal, esse percentual é de 79%. Com relação à capacitação continuada desses profissionais, o Distrito Federal não apresentou dados. Quanto ao número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos desenvolvidos pelo território, o número informado foi de 23 para cada 100 mil habitantes, acima da média das cidades.

TABELA 18: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física no Distrito Federal

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Professores de Educação Física com graduação na área (6º ao 9º ano do ensino municipal)	76%	79%	0%
Capacitação dos professores de Educação Física	-	-	-
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos	19	23	21%

O Distrito Federal apresentou dados que não puderam ser utilizados quanto às áreas verdes e de praças e parques, em função de inconsistências identificadas. No quesito ciclovias e ciclofaixas permanentes, o território encontra-se muito acima da média das cidades, que é de 4,5%, e apresenta o mesmo patamar da referência internacional, a cidade de Gastelz, na Espanha, com 22% de ciclovias e ciclofaixas em comparação ao total de vias do município. Já com relação a equipamentos esportivos por cada 100 mil habitantes, o Distrito Federal apresenta um número

que é metade da média das cidades, sem crescimento no último ano. Apesar disso, praticamente a totalidade desses equipamentos são acessíveis a portadores de deficiência. O Distrito Federal apresenta boa infraestrutura de esporte nas escolas, se comparado às demais Cidades do programa e principalmente à média do Brasil, no entanto, há espaço para melhoria. Já em relação aos parquinhos infantis, Brasília é a segunda cidade com maior número de deles para cada 10 mil crianças até 10 anos de idade.

TABELA 19: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física no Distrito Federal

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	-	-	-
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	-	-	-
% de ciclovias exclusivas (Km) em relação às vias do município	23%	22%	-6%
Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	411	411	0%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	5	5	0%
% de equipamentos esportivos acessíveis	99%	99%	0%
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	67%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	67%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	67%	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	78%	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	22	-

Em relação ao tempo semanal dedicado à educação física em sua rede de escolas, o Distrito Federal apresenta tempo superior à média nos anos finais do ensino fundamental. O tempo médio na maioria das cidades é de 2 horas-aula semanais, e no território é de 3 horas-aula semanais. De acordo com a Pesquisa PeNSE 2015, que analisa a saúde do escolar, uma boa parcela dos alunos do 9º ano do ensino funda-

mental de fato teve dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa (73,9%).

No atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de idade, há grande espaço para ampliação, pois o Distrito Federal apresenta uma taxa de atendimento de apenas 14%, sem nenhum crescimento entre 2014 e 2015

TABELA 20: Atendimento e atividade física nas escolas municipais no Distrito Federal

	2014	2015	Varição
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	14%	14%	0%
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	3%	4%	33%
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	-	-	-

Também com relação à prática de atividade física ou esportiva no contraturno escolar, o Distrito Federal apresenta números bastante reduzidos e não reportou dados sobre atividades no período de férias escolares. Neste sentido, denota-se a necessidade de que a Secretaria de Esportes e a de Educação apoiem-se para ampliar o acesso de crianças e adolescentes ao esporte e à prática de atividade física.

Em termos de campanhas publicitárias, o Distrito Federal realizou uma campanha de estímulo à atividade física e 3 relacionadas ao uso da bicicleta e proteção do ciclista e pedestre, em 2015.

Olhando para o comportamento da população, vemos que a partir de dados apresentados

pelo Distrito Federal a proporção de deslocamentos diários feitos a pé é alto, 21%, valor acima da referência internacional que é de 19% em Copenhague, na Dinamarca. Esse valor é, no entanto, mais baixo que as demais cidades possivelmente em função de características do Planejamento Urbano do Distrito Federal. Já os deslocamentos feitos com bicicleta, embora baixos, estão acima das demais cidades, o que sugere que os investimentos em ciclovias e ciclofaixas, um dos destaques do Distrito Federal, assim como as campanhas publicitárias realizadas, então surtindo efeito na mudança de comportamento com relação a essa atividade.

TABELA 21: Proporção de deslocamentos diários, por tipo de deslocamento, em relação ao total no Distrito Federal

Cidade	Proporção de deslocamentos a pé	Proporção de deslocamentos de bicicleta
Distrito Federal	21%	2%

Na Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, o Distrito Federal está bastante acima da média no percentual de adultos que pratica atividade física no tempo livre, com 52% em 2015. Esse

número é próximo da referência internacional, o Havaí, nos Estados Unidos, com 60% da população praticante de atividades físicas.

TABELA 22: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Distrito Federal	10%	9%	6%	42%	37%	52%
Média Geral das Cidades	11%	12%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

De modo geral, com relação à política pública de incentivo ao esporte e a atividade física, o Distrito Federal se destaca no trabalho quanto ao incentivo no deslocamento com bicicletas, quanto à acessibilidade de equipamentos públicos de esporte e à disponibilidade de parquinhos infantis. Um dos maiores gargalos do território está no esporte nas escolas. Embora a infraestrutura de quadras esportivas seja acima da média, o território ainda não tem a totalidade de seus professores de educação física (do 6º

ao 9º ano) com graduação na área e apresenta níveis muito baixo de atividades físicas no contraturno escolar e período de férias. Baixo é também o atendimento de crianças de zero a cinco com creche e pré-escola.

Chama a atenção, no entanto, o número alto de praticantes de atividade física no tempo livre, o que pode estar ligado às áreas verdes e de praças e parques do Distrito Federal, indicadores que não puderam ser analisados aqui em função de inconsistência dos dados apresentados.

TABELA 23: Tabela resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Vale lembrar que como o mandato do poder executivo do Distrito Federal não coincide com o dos municípios, em função da realização das eleições em períodos alternados, o Distrito Federal não foi incluído integralmente nesse balanço. Apenas em meados de 2016, uma nova Carta Compromisso do Programa Cidades do Esporte foi assinada pelo governador empossado, não cabendo, portanto, uma análise detalhada de um governo recém-iniciado. Dessa forma, optamos por incluir o Distrito Federal somente nas avaliações referentes às medidas 4 e 5 que versam sobre aspectos institucionais relativos ao sistema distrital de esportes.

Sistema Distrital de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Sim
- número de representantes de governo	6
- número de representantes da sociedade civil	5
- caráter deliberativo?	consultivo
- presidência do órgão	titular da secretaria de esportes
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Sim
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Não

Fortaleza

Fortaleza participou do levantamento de dados do Programa Cidades do Esporte nos três anos consecutivos. Neste III Relatório apresentou um dos níveis mais baixos de preenchimento dos indicadores básicos, com um total de 17 indicadores respondidos, dos 33 existentes. Todas as respostas apresentadas foram consistentes, resultando em uma taxa de resposta de 52%.

A cidade de Fortaleza possui apenas Secre-

taria Municipal de Esporte, não possui os demais marcos institucionais da política pública de esporte, como Conselho Municipal de Esporte ou Plano Municipal de Esporte. O estado do Ceará possui Lei estadual de incentivo ao Esporte, o que contribui para a ampliação de recursos destinados às organizações que promovem o esporte e a atividade física em Fortaleza, mas a cidade não possui Lei equivalente municipal.

TABELA 24: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

Fortaleza	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Não	Não	Não
Fundo Municipal de Esporte	Não	Não	Não
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	Sim	Sim
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Não	Não	Não
Plano Municipal de Esporte	Não	Não	Não

Quanto ao orçamento despendido com a política pública de esporte e incentivo à atividade física, Fortaleza teve dificuldades em apresentar dados de recursos destinados à função Desporto e Lazer, assim como para o apoio ao esporte de alto rendimento. Em relação ao orçamento destinado à Secretaria Municipal de Esporte, como proporção do orçamento municipal, observa-se que os percentuais gastos vem caindo

ano a ano, passando de 0,24% em 2013 para 0,14% em 2015, o que demonstra que o orçamento do esporte pode eventualmente estar perdendo importância diante dos valores destinados a outras políticas. Cabe destacar ainda que o percentual gasto por Fortaleza com a Secretaria Municipal de Esporte, em relação ao total do orçamento municipal, já é um dos baixos entre as cidades do programa.

TABELA 25: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,34%	-
Secretaria Municipal de Esporte	0,24%	0,16%	0,14%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	-	-	-

Fortaleza também não apresentou nenhum dado para os indicadores relacionados a recursos humanos nas escolas, como habilitação dos professores de educação física e programas de capacitação continuada. Com relação a profissionais em programas esportivos desenvolvidos

pela prefeitura e parceiros para a população em geral, o município reportou uma redução de profissionais a cada 100 mil habitantes, em 2014, número que era de cinco profissionais nesse ano, caindo para dois em 2015, bastante abaixo da média das cidades, que é de 16.

TABELA 26: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física em Fortaleza

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Professores de Educação Física com graduação na área (6° ao 9° ano do ensino municipal)	-	-	-
Capacitação dos professores de Educação Física	-	-	-
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	5	2	-60%

Com relação à infraestrutura, o município também teve dificuldades em apresentar dados até mesmo de equipamentos que supostamente estariam sob sua gestão direta.

Em termos de áreas verdes e áreas de praças e parques, chama a atenção que as primeiras tenham sofrido redução de 40% entre 2014 e 2015 e que as segundas tenham apresentado aumento de mais de 400%. Certamente há alguma inconsistência nesses dados, sobretudo quando analisados em conjunto. No entanto, optou-se por mantê-los aqui por estarem, isoladamente, dentro de uma escala de grandeza passível de existir.

Fortaleza apresentou expansão importante das ciclovias e ciclofaixas, estando próxima da média das demais cidades. No entanto, não apresentou dados para os demais itens de infraestrutura, como equipamentos públicos de esporte e infraestrutura nas escolas. A partir de dados públicos do Censo Escolar, podemos ver que a cidade possui quadras esportivas em 59% das escolas municipais, número considerado alto para a média brasileira. Os parquinhos infantis são cerca de 1,6 para cada 10 mil crianças de até 10 anos de idade.

TABELA 27: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em Fortaleza

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	5	3	-40%
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	2	10	400%
% de ciclovias exclusivas (Km) em relação às vias do município	3%	4%	33%
Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	116	144	24%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	-	-	-
% de equipamentos esportivos acessíveis	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	59%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	-	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	-	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	1,6	-

Em 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais de Fortaleza foi de duas horas-aulas em todos os anos do ensino fundamental. Porém, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar aponta que apenas 18% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, das redes municipal e estadual, da capital cearense, disseram ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, o que demonstra que ainda há a necessidade de garantir a todos os alunos do município o acesso às aulas de educação física.

No atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de idade e prática de atividades físicas

e esportivas no contraturno escolar e no período de férias, Fortaleza não apresentou dados. Com relação a campanhas publicitárias, reportou a realização de uma campanha, em 2015, de estímulo à atividade física e esportiva.

Quanto a mudanças no comportamento da população, o município não apresentou dados próprios de deslocamento ativo, à pé ou de bicicleta. A partir da Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, vemos que Fortaleza apresenta percentuais bem próximos à média das demais Cidades do Esporte, com 38% de adultos que praticam o mínimo de atividade física ou esportiva recomendado pela Organização Mundial de Saúde no tempo livre.

TABELA 28: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Fortaleza	10%	10%	10%	35%	38%	38%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

De modo geral, Fortaleza apresentou maiores progressos com relação à construção de ciclovias e ciclofaixas. Nos demais aspectos, quando foram apresentados dados, ficou demonstrado que a política pública de esporte da cidade precisa ser aperfeiçoada

em alguns aspectos. Certamente, a melhoria da capacidade institucional de monitoramento das ações da Prefeitura no âmbito do esporte é um deles, assim como uma melhor articulação da Secretaria Municipal de Esportes com a Secretaria de Educação.

TABELA 29: Resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	0
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	0
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Sistema Municipal De Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Não
- número de representantes de governo	n/a
- número de representantes da sociedade civil	n/a
- caráter deliberativo?	n/a
- presidência do órgão	n/a
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Não
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Não
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	95
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	5
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	5%
Número total de ações no PPA 2014-2017	734
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	28
% de ações de esporte em relação ao total	4%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	28.306.241
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	45.362
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	nd
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	0,2%
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Não
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Não
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	nd
Número de metas que englobam o esporte	nd
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	nd
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	nd

Natal

Natal participou do levantamento de dados do Programa Cidades do Esporte nos três anos consecutivos e para este III Relatório respondeu 27 dos 33 indicadores básicos, dos quais, após análise de inconsistência, um dado foi eliminado

resultando em uma taxa de resposta de 79%.

A cidade possui Secretaria Municipal de Esporte, porém não possui nenhum dos demais marcos institucionais da política pública dessa área.

TABELA 30: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

Natal	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Não	Não	Não
Fundo Municipal de Esporte	Não	Não	Não
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	Não	Não
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Não	Não	Não
Plano Municipal de Esporte	Não	Não	Não

Quanto ao orçamento da política pública de esporte e incentivo à atividade física, como proporção do orçamento total da Prefeitura, 2015 foi o primeiro ano em que Natal apresentou dados para os indicadores, não sendo possível a com-

paração com os anos anteriores. A cidade despendeu 0,66% do orçamento total gasto em 2015 na função Desporto e Lazer, 0,62% com a Secretaria Municipal de Esporte, do orçamento da Secretaria, 4,12% com esporte de alto rendimento.

TABELA 31: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	-	0,66%
Secretaria Municipal de Esporte	-	-	0,62%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	-	-	4,12%

Do orçamento da Secretaria, além de 4,12% para esporte de alto rendimento, 37% foram destinados para ações e projetos, 5,12% para eventos esportivos, restando 53% que possivelmente respondem pelos recursos humanos e o custeio da Secretaria.

Quanto aos recursos humanos, no que tange à formação dos professores de educação física do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, desde 2014 na área de Natal, 100% são graduados e a cidade também apresenta números importantes

de qualificação e capacitação continuada desses profissionais, sendo que 65% passaram por cursos em 2014 e 48% em 2015. Por fim, a capital do Rio Grande do Norte reportou a existência de 5 profissionais envolvidos em programas esportivos desenvolvidos pela Prefeitura e parceiros para cada 100 mil habitantes em 2015, número abaixo da média das cidades do programa e uma redução significativa em relação a 2014, quando havia 37 professores para cada 100 mil habitantes.

TABELA 32: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física em Natal

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Professores de Educação Física com graduação na área (6° ao 9° ano do ensino municipal)	76%	79%	0%
Capacitação dos professores de Educação Física	65%	48%	-25%
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	19	23	21%

Com relação à infraestrutura, Natal, que não havia apresentado dados em 2014, apresentou-os para quase todos os indicadores básicos de infraestrutura em 2015. Isso, por si, já pode ser comemorado como um avanço. Chama a atenção o número de equipamentos esportivos por cada 100 mil habitantes, 15, acima da média das cidades analisadas, embora tenha sido reportado que apenas 3% deles possuem acessibilidade. Nos demais quesitos, a cidade ainda

tem bastante a avançar. Suas áreas verdes e de praças e parques, por exemplo, são bastante reduzidas, ficando abaixo do mínimo de 12 m² por habitante recomendado pela OMS. Ainda há espaço para avançar também na gestão da informação. Por exemplo, Natal respondeu que apenas 2% das escolas municipais de ensino fundamental possuem quadras esportivas, enquanto no Censo Escolar de 2015, o dado informado pela rede de ensino foi de 67% das escolas.

TABELA 33: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em Natal

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	-	4	-
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	-	2	-
% de ciclovias exclusivas (Km) em relação às vias do município	-	-	-
Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	-	28	-
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	-	15	-
% de equipamentos esportivos acessíveis	-	3%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	2%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	67%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	-	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	33%	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	5,8	-

Entre 2014 e 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais permaneceu em duas horas-aulas em todos os anos do ensino fundamental. Porém, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar aponta que apenas 27,3% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, das redes municipal e estadual, em Natal, disseram ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, o que demonstra que ainda há a necessidade de garantir a

todos os alunos do município o acesso às aulas de educação física.

No atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de idade, por outro lado, Natal se destaca com a maior cobertura de creche e pré-escola, com taxa de atendimento bem superior à média em 2015, embora, em 2014, tivesse número inferior à média. Isso mostra o empenho do município em expandir sua rede de atendimento, aumentando em 167% a cobertura.

TABELA 34: Atendimento e atividade física nas escolas municipais em Natal

	2014	2015	Variação
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	23%	63%	167%
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	14%	1%	-93%
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	-	-	-

Já em relação à prática de atividade física ou esportiva no contraturno escolar, Natal apresentou uma involução, com uma redução de atividades dos alunos no contraturno de 14% para apenas 1%. Não foram apresentados dados sobre atividades físicas nas férias e campanhas de estímulo à atividade física e esportiva e ao uso da bicicleta.

Quanto a mudanças no comportamento da

população, Natal não apresentou dados próprios de deslocamento ativo, à pé ou de bicicleta. A partir da Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, vemos que na cidade os adultos que praticam o mínimo de atividades físicas recomendado pela Organização Mundial de Saúde no tempo livre são 40%, ante a média também de 40% das demais cidades do programa

TABELA 35: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Natal	9%	9%	9%	38%	40%	40%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

De modo geral, Natal tem apresentado um esforço importante de ampliação do preenchimento dos indicadores da plataforma, ainda que existam melhorias a serem feitas. O grande destaque fica para a significativa ampliação no atendimento escolar de crianças de zero a cinco anos de idade. Secundariamente, o número

de equipamentos esportivos disponíveis para a população. Os parques e praças, assim como as atividades físicas no contraturno escolar, são as áreas que aparentemente precisam de mais atenção, pois estão abaixo da média das cidades do programa.

TABELA 36: Resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	0
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	1
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Sistema Municipal de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Não
- número de representantes de governo	n/a
- número de representantes da sociedade civil	n/a
- caráter deliberativo?	n/a
- presidência do órgão	n/a
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Não
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Não
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	17
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	0
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	0%
Número total de ações no PPA 2014-2017	555
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	13
% de ações de esporte em relação ao total	2%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	4.987.584
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	nd
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	49.439
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	nd
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Sim
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Não
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	138
Número de metas que englobam o esporte	6
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	4%
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	nd

Porto Alegre

Porto Alegre participou do levantamento de dados nos três anos consecutivos. Neste III Relatório, apresentou dados para 26, dos 33 indicadores básicos, sendo uma resposta considerada inconsistente. Assim, a taxa final de resposta ficou em 76%.

A cidade de Porto Alegre possui Secretaria Municipal de Esporte, Conselho e Fundo Muni-

cipal de Esporte desde 2013. Tanto o estado do Rio Grande do Sul como o município de Porto Alegre possuem Leis Incentivo ao Esporte, o que contribui para a ampliação de recursos destinados às organizações que promovem o esporte e a atividade física na cidade. O único instrumento de que Porto Alegre ainda não dispõe é o Plano Municipal de Esporte.

TABELA 37: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

Porto Alegre	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Sim	Sim	Sim
Fundo Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	Sim	Sim
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Sim	Sim	Sim
Plano Municipal de Esporte	Não	Não	Não

Quando ao orçamento da política pública de esporte e incentivo à atividade física, Porto Alegre vem apresentando ao longo dos anos decréscimo

nos dispêndios em termos da proporção relativa da função Desporto e Lazer e da Secretaria Municipal no gasto total efetuado pelo município.

TABELA 38: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,41%	0,31%
Secretaria Municipal de Esporte	0,36%	0,31%	0,31%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	-	2,54%	-

Chama a atenção que, do total do orçamento da Secretaria Municipal de Esporte declarado na Plataforma do Programa, 13% sejam destinados à soma de ações e projetos em geral e a eventos esportivos, atividades finalísticas por excelência, enquanto 87% são destinados a atividades não especificadas.

Com relação aos recursos humanos, Porto Alegre possui 100% de seus professores de

educação física com graduação na área e se destaca com relação à capacitação continuada desses professores, com 100% deles tendo passado por cursos de qualificação em 2015. A cidade apresenta ainda 10 profissionais para cada 100 mil habitantes, envolvidos em programas esportivos para a população em geral, desenvolvidos pela prefeitura e parceiros.

TABELA 39: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física em Porto Alegre

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Professores de Educação Física com graduação na área (6° ao 9° ano do ensino municipal)	100%	100%	0%
Capacitação dos professores de Educação Física	100%	100%	0%
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	10	10	0%

Com relação à infraestrutura, Porto Alegre permaneceu estável em relação à metragem quadrada de áreas verdes e está acima do mínimo recomendado pela OMS, com 15m² por habitante. Já em áreas de praças e parques, passou por uma redução de 64%, o que sugere que, deve ter havido uma correção em relação aos dados informados anteriormente. Houve pequena expansão das ciclovias e ciclofaixas permanentes, no entanto essas ainda são muito reduzidas em extensão e em proporção às vias do município. Não foram apresentados dados sobre equipamentos esportivos e a acessibilidade dos mesmos.

No atendimento a crianças e adolescentes, Porto Alegre possui boa cobertura de quadras e pátio, com praticamente 100% das escolas de ensino fundamental municipais e de educação infantil com infraestrutura para prática de atividades físicas. Cabe notar que o percentual de escolas com quadras informado pelo município foi inferior ao disponível no Censo Escolar 2015, e nos baseamos no Censo para essa conclusão. Em relação a parquinhos infantis, Porto Alegre é a cidade com a maior razão: 29,4 para cada 10 mil crianças até 10 anos.

TABELA 40: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em Porto Alegre

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	15	15	0%
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	14	5	-64%
% de ciclovias exclusivas (Km) em relação às vias do município	1%	1%	68%
Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	24	41	133%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	-	-	-
% de equipamentos esportivos acessíveis	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	67%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	98%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	67%	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	100%	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	29,4	-

Em 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais foi de duas horas-aulas em todos os anos do ensino fundamental. Porém, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar aponta que, em Porto Alegre, 60,5% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, das redes municipal e estadual, disseram ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, o que demonstra que ainda há a necessidade de garantir a todos os alunos do município o acesso às aulas de educação física.

Entre 2014 e 2015 Porto Alegre empreendeu grande esforço para ampliar as atividades físicas no contraturno escolar para os alunos da rede municipal, passando de 29% a 79% dos alunos da rede de ensino fundamental participando dessas atividades. Já a proporção de alunos que participam de atividades físicas nas férias escolares diminuiu de 9% para 3%. O dado apresentado sobre atendimento de crianças entre zero e cinco anos de idade apresentou incongruência e não foi utilizado. Não foram apresentados dados de campanhas publicitárias de incentivo ao esporte.

TABELA 41: Atendimento e atividade física nas escolas municipais em Porto Alegre

	2014	2015	Varição
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	-	-	-
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	29%	79%	172%
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	9%	3%	-67%

Quanto a mudanças no comportamento da população, a partir da Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, vemos que acompanha de perto a média das demais cidades, o que mostra que ainda há um grande desafio pela frente.

No Havaí, nos Estados Unidos, considerada referência internacional no assunto, 60% da população pratica atividades físicas no tempo livre, contra 35% em Porto Alegre.

TABELA 42: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Porto Alegre	11%	11%	11%	38%	36%	35%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

De modo geral, com relação à política pública de incentivo ao esporte e à atividade física, Porto Alegre demonstra seus maiores avanços na formação e capacitação de professores de

educação física na rede municipal, infraestrutura de quadras nas escolas e avanços na ampliação de atividades no contraturno escolar.

TABELA 43: Tabela resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	0
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	0
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Sistema Municipal de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Sim
- número de representantes de governo	2
- número de representantes da sociedade civil	13
- caráter deliberativo?	deliberativo
- presidência do órgão	Eleição pelo conselho
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Sim
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Sim
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	13
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	0
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	0%
Número total de ações no PPA 2014-2017	412
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	10
% de ações de esporte em relação ao total	2%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	25.528.404
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	122.608
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	11.542
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	0,5%
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Sim
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Não
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	40
Número de metas que englobam o esporte	0
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	0%
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	nd

Recife

Recife participou do levantamento de dados do Programa Cidades do Esporte nos três anos consecutivos. Neste III Relatório apresentou um dos níveis mais baixos de preenchimento dos indicadores básicos, com um total de 18 indicadores respondidos, dos 33 existentes, sendo

duas respostas inconsistentes, resultando em uma taxa de resposta de 48%.

Com relação à existência de marcos institucionais, Recife possui somente Secretaria Municipal de Esporte.

TABELA 44: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

Recife	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	-	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Não	-	Não
Fundo Municipal de Esporte	Não	-	Não
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	-	Não
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	-	-	Não
Plano Municipal de Esporte	Não	-	Não

Quanto ao orçamento despendido com a política pública de esporte e incentivo à atividade física, Recife apresentou em 2015 um percentual de gasto com a Secretaria Municipal de Esporte extremamente reduzido em relação ao gasto total da Prefeitura, 0,01%. Em 2013 esse valor era de 0,3, demonstrando uma gran-

de queda no orçamento executado da pasta. Já o gasto como proporção do orçamento total, na função Desporto e Lazer, foi de 0,55%, percentual próximo às demais cidades. Do total do orçamento da Secretaria, 59% são aplicados em ações e projetos e 41% na realização de eventos esportivos.

TABELA 45: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	-	0,55%
Secretaria Municipal de Esporte	0,30%	-	0,01%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	-	-	-

Com relação aos recursos humanos, Recife não reportou nenhum dado, o que revela a necessidade de ampliar a capacidade de gestão da Secretaria de Esporte, assim como a articulação com a Secretaria de Educação, já que parte dos dados se referia aos professores da rede municipal de ensino.

No eixo de infraestrutura, Recife não reportou dados sobre áreas verdes e a área de praças e parques se mostra pequena, 1m² por habitante. As ciclovias e ciclofaixas são ainda limitadas. A cidade apresenta um total de 3 equipamentos espor-

tivos para cada 100 mil habitantes, sendo cerca de 20% deles considerados acessíveis a pessoas com deficiência.

Embora Recife não tenha apresentado dados sobre a infraestrutura de esportes e atividade física das escolas, o Censo Escolar 2015 dá conta de que apenas 23% das escolas de ensino fundamental da rede municipal possuem quadras esportivas, número abaixo da média do Brasil. Em termos de parquinhos públicos, a cidade se encontra na média das demais participantes do programa, com 9,1 a cada 10 mil crianças até 10 anos.

TABELA 46: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em Recife

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	-	-	-
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	1	1	0%
% de ciclovias exclusivas (Km) em relação às vias do município	-	2%	-
Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	-	42	-
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	3	3	0%
% de equipamentos esportivos acessíveis	20%	20%	0%
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	23%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	-	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	-	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	9,1	-

Em 2015, Recife não informou o tempo semanal dedicado à educação física nos anos iniciais do ensino fundamental da rede de escolas municipais e reportou que nos anos finais o tempo semanal é de apenas 1 hora-aula semanal. Além disso, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2015) apontou que apenas 38,1% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, das redes municipal e estadual, na cidade, disseram ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, número bem abaixo da média das cidades do programa.

O município não apresentou dados para os demais indicadores básicos de ações e projetos,

tais quais atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de idade, atividade física no contraturno escolar e campanhas publicitárias de incentivo ao esporte.

Quanto a mudanças no comportamento da população, Recife não apresentou dados próprios de deslocamento ativo, a pé ou de bicicleta. A partir da Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, vemos que o comportamento da população de Recife em relação à prática de atividade física está próximo da média das demais cidades, com percentual de adultos praticantes do mínimo recomendado pela OMS um pouco mais baixo que a média do conjunto das cidades.

TABELA 47: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No deslocamento		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Recife	12%	12%	12%	35%	32%	32%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

Com base nos dados apresentados por Recife sobre a estrutura institucional e orçamento, passando pela capacidade de dispor de informações confiáveis, até a realização de ações e projetos, há muito a avançar na cidade. Um dos pontos eviden-

ciados no Relatório é a falta de articulação da Secretaria de Esporte com a Secretaria de Educação, que se reflete seja na falta de dados sobre alunos, professores e infraestrutura das escolas.

TABELA 48: Tabela resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	2
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	1
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Sistema Municipal de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Não
- número de representantes de governo	n/a
- número de representantes da sociedade civil	n/a
- caráter deliberativo?	n/a
- presidência do órgão	n/a
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Não
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Não
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	53
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	2
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	4%
Número total de ações no PPA 2014-2017	1617
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	50
% de ações de esporte em relação ao total	3,1
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	23.433.000
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	nd
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	127.428
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	nd
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Não
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Não
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	nd
Número de metas que englobam o esporte	nd
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	nd
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	nd
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	nd

Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro não participou do primeiro levantamento de dados do Programa Cidades do Esporte, porém o fez nos anos de 2014 e 2015. Neste III Relatório, respondeu 31, dos 33 indicadores básicos. Duas respostas foram consideradas inconsistentes, resultando em uma taxa de resposta de 88%.

A cidade do Rio de Janeiro possuía em 2015 apenas a Secretaria Municipal de Esporte como marco institucional da política pública, além de Leis de Incentivo ao Esporte estadual e municipal. Este fato chama a atenção, já que, além de ter sido cidade sede da Copa do Mundo de 2014, sediou também os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

TABELA 49: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

Rio de Janeiro	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Não	Não	Não
Fundo Municipal de Esporte	Não	Não	Não
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	Sim	Sim	Sim
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Sim	Sim	Sim
Plano Municipal de Esporte	Não	Não	Não

Quanto ao orçamento despendido com a política pública de esporte e incentivo à atividade física, o Rio de Janeiro se destacou como a cidade que mais investiu na função Desporto e Lazer proporcionalmente ao orçamento total executado pela Prefeitura, com 2,5% em 2015, estando muito acima das demais cidades, onde o orçamento não atingiu nem ao menos 1%. Por outro lado, o orçamento da Secretaria de Es-

porte, propriamente, passou por uma redução de 0,25% do orçamento total da Prefeitura em 2013 para 0,17% em 2015, um dos percentuais mais baixos entre as cidades. Esses percentuais demonstram que durante os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro os gastos com Desporto e Lazer foram executados sobretudo em outras Secretarias que não a de Esporte.

TABELA 50: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,60%	2,52%
Secretaria Municipal de Esporte	0,25%	0,20%	0,17%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	15,88%	6,64%	2,96%

Ações, projetos e gastos com incentivo ao esporte de alto rendimento respondem por cerca de 8% do orçamento total da Secretaria de Esporte, atividades finalísticas por excelência, sendo os demais 92% aplicados em atividades não especificadas.

Com relação aos recursos humanos, 100% dos professores de educação física do municí-

pio são habilitados na área e 100% passaram por curso de qualificação ou atualização profissional, um resultado a ser comemorado. O Rio de Janeiro também aumentou de 1 para 27 o número de profissionais envolvidos em programas esportivos desenvolvidos pela Prefeitura e parceiros para cada 100 mil habitantes, ficando bem acima da média das cidades.

TABELA 51: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física no Rio de Janeiro

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Professores de Educação Física com graduação na área (6º ao 9º ano do ensino municipal)	100%	100%	0%
Capacitação dos professores de Educação Física	100%	100%	0%
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	1	27	2600%

Com relação à infraestrutura, a cidade apresenta a maior área verde das Cidades do programa, maior que a própria referência internacional, a cidade de Estocolmo, na Suécia. Por outro lado, apresenta uma área de parques e praças bastante reduzida, o que sugere que talvez grande parte das áreas verdes existentes não sejam passíveis de acesso pela população. As cicloviárias e ciclofaixas têm recebido investimentos de expansão, porém ainda são uma parcela bastante reduzida do total de vias da cidade.

Os dados apresentados quanto a equipamentos esportivos abertos à população não puderam ser aproveitados por estarem incongruentes, desta forma também ficou prejudicado o indicador que aponta o grau de acessibilidade destes. O Rio de Janeiro possui uma infraestrutura de quadras esportivas em escolas de ensino fundamental considerável, 63%, sobretudo quando consideramos o tamanho da rede municipal de ensino fundamental, composta por 735 escolas. Não foi informado o número de parquinhos infantis.

TABELA 52: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física no Rio de Janeiro

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	90	90	0%
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	1	1	0%
% de cicloviárias exclusivas (Km) em relação às vias do município	2%	3%	41%
Cicloviárias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	179	251	40%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	-	-	-
% de equipamentos esportivos acessíveis	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	63%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	74%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	50%	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	100%	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	-	-

Entre 2014 e 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais permaneceu em duas horas-aulas em todos os anos do ensino fundamental. Porém, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar aponta que apenas 34,4% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, no Rio de Janeiro, disseram

ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, o que demonstra que ainda há a necessidade de garantir a todos os alunos do município o acesso às aulas de educação física.

No atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de idade, faixa etária cuja competência

no provimento do ensino é exclusivamente municipal, a taxa de atendimento foi de 31%, valor que, embora baixo, está em torno da média das cidades do programa. Apesar da boa cobertura de quadras esportivas nas escolas municipais, o Rio de Janeiro apresentou percentual bem reduzido de alunos que participam de atividades

físicas no contraturno escolar, apenas 4%, e não apresentou dados sobre atividades físicas no período de férias. Por fim, em 2015 a cidade realizou três campanhas publicitárias de estímulo à atividade física, ao uso da bicicleta e proteção do ciclista e pedestre.

TABELA 53: Atendimento e atividade física nas escolas municipais no Rio de Janeiro

	2014	2015	Variação
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	30%	31%	1%
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	4%	4%	0%
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	-	-	-

Olhando para o comportamento da população, vemos que a partir de dados apresentados pela cidade a proporção de deslocamentos diários feitos a pé é alto, acima da referência

internacional, que é de 19% em Copenhagen, Dinamarca. No caso dos deslocamentos feitos com bicicleta, o dado apresentado não pode ser aproveitado.

TABELA 54: Proporção de deslocamentos diários, por tipo de deslocamento, em relação ao total de deslocamentos

Cidade	Proporção de deslocamentos a pé	Proporção de deslocamentos de bicicleta
Rio de Janeiro	27,2%	-

A partir de dados da Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, vemos que o Rio de Janeiro apresenta percentual de adultos que praticam

atividades físicas no tempo livre um pouco acima da média das demais cidades do programa.

TABELA 55: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Rio de Janeiro	13%	13%	13%	33%	38%	41%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

De modo geral, com relação à política pública de incentivo ao esporte e a atividade física, o Rio de Janeiro se destaca na proporção de gastos com a função Desporto e Lazer, em relação ao orçamento gasto total da Prefeitura nos últimos dois anos-possivelmente por causa da realização das Olimpíadas de 2016-, assim como pela qualificação de seus professores de

educação física e profissionais que atuam em projetos esportivos abertos a toda a população. As áreas verdes do município também são um grande ponto de destaque. Um dos pontos passíveis de melhoria, que merece destaque, é a falta de programas de atividade física nas escolas no contraturno escolar.

TABELA 56: Tabela resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	2
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	4
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Sim
Sistema Municipal de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Não
- número de representantes de governo	n/a
- número de representantes da sociedade civil	n/a
- caráter deliberativo?	n/a
- presidência do órgão	n/a
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Não
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Sim
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	103
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	2
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	2%
Número total de ações no PPA 2014-2017	976
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	21
% de ações de esporte em relação ao total	2,2
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	106.083.565
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	nd
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	nd
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	nd
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Sim
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Sim
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	56
Número de metas que englobam o esporte	1
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	2%
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	38.600.000
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	1.367
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	0,004%

Salvador

Salvador participou do levantamento de dados do Programa Cidades do Esporte nos três anos consecutivos e para neste III Relatório respondeu 29, dos 33 indicadores básicos, com quatro indicadores considerados inconsistentes, o que resultou em uma taxa de resposta de 76%.

A capital da Bahia é a única cidade entre as Cidades do Esporte que não apresenta uma

estrutura institucional de esporte, nem mesmo Secretaria, sendo que o órgão responsável pela política de esporte tem caráter apenas departamental. O estado da Bahia, entretanto, possui Lei estadual de incentivo ao Esporte, o que contribui para a ampliação de recursos destinados às organizações que promovem o esporte e a atividade física em Salvador.

TABELA 57: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

Salvador	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Não	Não	Não
Conselho Municipal de Esporte ativo	Não	Não	Não
Fundo Municipal de Esporte	Não	Não	Não
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	Sim	Sim
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Não	Não	Não
Plano Municipal de Esporte	Não	Não	Não

Quando ao orçamento voltado para a política pública de esporte e o incentivo à atividade física, Salvador não apresentou o percentual gasto na função Desporto e Lazer em 2015 e os recur-

sos destinados ao órgão que trata da política de esporte corresponderam a 0,03% do total gasto pela Prefeitura Municipal em 2015.

TABELA 58: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,11%	-
Secretaria Municipal de Esporte	0,01%	-	0,03%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	-	-	2,77%

Do total declarado na Plataforma do Programa, 74% são destinados à soma de ações e projetos em geral, ao esporte de alto rendimento e a eventos esportivos, atividades finalísticas por excelência, sendo os 26% restantes em atividades não especificadas.

Com relação aos recursos humanos, a cidade informou em 2014 que 100% dos professores de educação física, do 6º ao 9º ano do en-

sino fundamental, possuem graduação na área e reportou que 72% deles passaram por cursos de capacitação e qualificação continuada em 2015, um número bem superior ao de 2014 (22%). O número de profissionais envolvidos em programas esportivos desenvolvidos pela Prefeitura e parceiros permaneceu na marca de 3 para cada 100 mil habitantes.

TABELA 59: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física em Salvador

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Professores de Educação Física com graduação na área (6º ao 9º ano do ensino municipal)	100%	-	-
Capacitação dos professores de Educação Física	22%	72%	232%
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	3	3	0%

No campo da infraestrutura de esporte, o aspecto que apresentou destaque foi a evolução do número de equipamentos esportivos abertos ao público, que passou de 10 para 14, acima da média das demais cidades. Já em termos de infraestrutura destinada às crianças e adolescentes, os números foram bem reduzidos. Apesar da cidade não ter apresentado o percentual de escolas da rede municipal de ensino funda-

mental com quadra esportiva, de acordo com o Censo Escolar 2015, elas eram apenas 26% enquanto a oferta de parquinho infantil era de somente 0,1 para cada 10 mil crianças com até 10 anos de idade. Entre 2014 e 2015, as cicloviárias e ciclofaixas e as áreas de praças e parques permaneceram estáveis. Esta última, bastante reduzida, com apenas 1 m² por habitante. A área verde não foi informada.

TABELA 60: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em Salvador

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Variação
Área Verde (m ² /habitante)	-	-	-
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	1	1	0%
% de cicloviárias exclusivas (Km) em relação às vias do município	-	-	-
Cicloviárias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	107	107	0%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	10	14	40%
% de equipamentos esportivos acessíveis	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	-	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	26%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	4%	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	-	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	0,1	-

Em 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais ficou em duas horas-aulas em todos os anos do ensino fundamental. Porém, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2015) aponta que 41,9% dos alunos do 9º ano do ensino funda-

mental, das redes municipal e estadual, em Salvador, disseram ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, o que demonstra que ainda há a necessidade de garantir a todos os alunos do município o acesso às aulas de educação física.

Salvador não apresentou dados quanto à realização de atividades físicas com alunos da rede municipal de ensino fundamental nos períodos de férias e no contraturno escolar. No atendimento escolar de crianças entre 0 a 5

anos de idade, faixa etária cuja competência no provimento do ensino é exclusivamente municipal, há grande espaço para ampliação, já que apenas 11% das crianças são atendidas.

TABELA 61: Atendimento e atividade física nas escolas municipais em Salvador

	2014	2015	Varição
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	-	11%	-
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	-	-	-
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	-	-	-

Em termos de campanhas publicitárias de estímulo à atividade física, ao uso da bicicleta e à proteção do ciclista e do pedestre, Salvador apresentou números bem elevados, acima da média das cidades, com 30 campanhas publicitárias apenas no ano de 2015.

apresentados a proporção de deslocamentos diários feitos a pé é bastante alta, bem acima da referência internacional, que é de 19% em Copenhague, Dinamarca, e o maior percentual entre as cidades que apresentaram dados. Os deslocamentos feitos com bicicleta respondem por 0,7% do total de deslocamentos diários.

Olhando para o comportamento da população da cidade, vemos que a partir de dados

TABELA 62: Proporção de deslocamentos diários, por tipo de deslocamento, em relação ao total de deslocamentos

Cidade	Proporção de deslocamentos a pé	Proporção de deslocamentos de bicicleta
Salvador	45,9%	0,7%

Olhando a partir de dados da Pesquisa Vigil, do Ministério da Saúde, vemos que Salvador apresenta percentual ligeiramente inferior à média

das demais cidades, em termos de adultos praticantes de atividade física no tempo livre, 35%.

TABELA 63: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Salvador	13%	13%	13%	34%	32%	35%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigil Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

Na política pública de esporte e incentivo à prática de atividade física, Salvador tem muitos pontos a melhorar. Ainda é bastante baixo o atendimento a crianças e adolescentes com infraestrutura de esporte nas escolas, atendimento escolar, programas no contraturno e parquinhos infantis -. Do ponto de vista institucional, também

há muito a ser aperfeiçoado, se não através da criação de uma Secretaria exclusiva, ao menos do ponto de vista da criação de um Conselho com participação social e de um Plano Municipal que possa estabelecer, de forma democrática, metas para o esporte na capital baiana.

TABELA 64: Tabela resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	1
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	1
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Sistema Municipal de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Não
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Não
- número de representantes de governo	n/a
- número de representantes da sociedade civil	n/a
- caráter deliberativo?	n/a
- presidência do órgão	n/a
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Não
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Não
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	33
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	1
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	3%
Número total de ações no PPA 2014-2017	325
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	9
% de ações de esporte em relação ao total	3%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	17.778.789
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	34.966
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	89.256
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	0,5%
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Sim
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Não
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	56
Número de metas que englobam o esporte	0
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	0%
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	5.100.000
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	44.000
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	0,86%

São Paulo

São Paulo participou do levantamento de dados do Programa Cidades do Esporte nos três anos consecutivos. Neste III Relatório foram respondidos 25, dos 33 indicadores básicos, e todas as respostas foram consistentes, resultando em uma taxa de resposta de 76%.

A cidade de São Paulo possui alto grau de institucionalização da política pública de esporte, dispondo dos principais instrumentos: Secretaria

Municipal, Conselho e Fundo Municipal de Esporte, além de Leis de Incentivo em nível estadual e municipal, que contribuem para a ampliação de recursos destinados às organizações que promovem o esporte e a atividade física na capital paulista. O único marco institucional que São Paulo não possui é o Plano Municipal de Esporte, que é um importante instrumento de planejamento para a política esportiva de um município.

TABELA 65: Existência de marcos institucionais relacionados ao esporte e à atividade física na administração municipal

São Paulo	2013	2014	2015
Secretaria Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal de Esporte ativo	Sim	Sim	Sim
Fundo Municipal de Esporte	Sim	Sim	Sim
Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	-	Sim	Sim
Lei Municipal de Incentivo ao Esporte	Sim	Sim	Sim
Plano Municipal de Esporte	Não	Não	Não

Quanto ao orçamento para a política pública de esporte e incentivo à atividade física, São Paulo se manteve estável em proporção ao dispêndio total da Prefeitura na função

Desporto e Lazer, e apresentou redução do percentual gasto com a Secretaria Municipal de Esportes, passando de 0,64% em 2013 para 0,44% em 2015.

TABELA 66: Proporção do orçamento municipal executado destinado ao esporte e à atividade física

Proporção do Orçamento Municipal Executado	2013	2014	2015
Função Desporto e Lazer	-	0,56%	0,57%
Secretaria Municipal de Esporte	0,64%	0,46%	0,44%
Esporte de Alto Rendimento em proporção ao orçamento total da Secretaria Municipal de Esporte	8%	-	-

Conforme informado na Plataforma Cidades do Esporte, 100% do orçamento da Secretaria são gastos com ações e projetos e em eventos esportivos.

Com relação aos recursos humanos, a cidade possui 100% dos professores de educação física do 6º ao 9º ano do ensino fundamental com habilitação na área, mas não informou o percentual de professores que passaram por cursos de

qualificação e capacitação continuada em 2015. São Paulo informou ainda que há apenas um profissional dedicado a programas e projetos esportivos destinados à população em geral, para cada 100 mil habitantes, incluindo os programas desenvolvidos por parceiros da Prefeitura. Para uma cidade do porte capital paulista, esse número parece demasiadamente baixo e é possível que tenha havido algum erro de preenchimento.

TABELA 67: Recursos Humanos para a prática de esporte e atividade física em São Paulo

Recursos Humanos Vinculados ao Esporte e Lazer	2014	2015	Varição
Professores de Educação Física com graduação na área (6° ao 9° ano do ensino municipal)	-	100%	-
Capacitação dos professores de Educação Física	-	-	-
Número de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos (para cada 100 mil habitantes)	-	1	-

Em termos de infraestrutura, a cidade não apresentou alteração na extensão de suas áreas verdes, permanecendo com 14m² por habitante, número pouco acima do mínimo recomendado pela OMS, assim como não apresentou alteração na metragem de áreas de parques e praças. As ciclovias e ciclofaixas aumentaram consideravelmente em extensão, sendo a segunda maior malha entre as cidades, porém como proporção das vias da cidade permaneceram em torno de 2%. Embora permanecendo abaixo da média das cidades do programa, São Paulo também ampliou o número de equipamentos esportivos para

cada 100 mil habitantes, um incremento de 89%, afirmando serem todos (100%) acessíveis para pessoas com deficiência.

Em São Paulo, praticamente a totalidade das escolas de ensino fundamental dispõem de ao menos uma quadra esportiva, sendo 85% cobertas ou ginásios. Na educação infantil, de zero a cinco anos, o número é menor, com 54% das escolas com pátios para atividades físicas. A pior marca da cidade, em termos de indicadores básicos de infraestrutura no âmbito do Programa, são os parquinhos infantis, apenas 0,2 para cada 10 mil crianças até 10 anos de idade.

TABELA 68: Infraestrutura de apoio à prática de esporte e atividade física em São Paulo

Infraestrutura Vinculada ao Esporte e Lazer	2014	2015	Varição
Área Verde (m ² /habitante)	14	14	0%
Áreas de parques e praças (m ² /habitante)	4	4	0%
% de ciclovias exclusivas (Km) em relação às vias do município	2%	2%	20%
Ciclovias e Ciclofaixas Permanentes (Km)	207	350	69%
Equipamentos esportivos (por 100 mil hab)	3	5	89%
% de equipamentos esportivos acessíveis	-	100%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta	-	99%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva, coberta ou descoberta (Censo Escolar 2015)	-	99%	-
% de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	-	85%	-
% de escolas municipais de educação infantil com pátio, coberto ou descoberto, utilizado para atividade física	-	54%	-
Parques infantis públicos para cada 10 mil habitantes de até 10 anos de idade	-	0,2	-

Entre 2014 e 2015, o tempo semanal dedicado à educação física na rede de escolas municipais permaneceu em duas horas-aulas para os anos iniciais do ensino fundamental e em três horas-aulas para os anos finais. Entre os alunos do 9º ano do ensino fundamental, das redes municipal e estadual, em São Paulo, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2015) apontou que 67,9% disseram ter tido dois ou mais dias de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa, o que demonstra que ainda há a necessidade de garantir a todos os alunos do município o acesso às aulas de educação física.

No atendimento escolar de crianças entre 0 a 5 anos de idade, faixa etária cuja competência no provimento do ensino é exclusivamente municipal, São Paulo apresenta taxa de atendimento bem acima da média das cidades, com crescimento de 4% entre 2014 e 2015.

Para os demais indicadores, incluindo a realização de campanhas publicitárias, São Paulo não apresentou dados. Em 2014, entretanto, a proporção de alunos da rede municipal de ensino fundamental que participava de atividades físicas no contraturno escolar era de apenas 10%.

TABELA 69: Atendimento e atividade física nas escolas municipais em São Paulo

	2014	2015	Varição
Taxa de atendimento escolar de crianças entre 0 e 5 anos de idade	49%	51%	4%
Proporção de alunos que participam de atividade física no contraturno escolar na rede municipal de ensino fundamental	10%	-	-
Proporção de alunos que participam de atividade física no período de férias na rede municipal de ensino fundamental	-	-	-

Olhando para o comportamento do paulistano a partir de dados da Pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, vemos que São Paulo apresenta percentual de adultos que pratica atividade física

no tempo livre inferior à média, o percentual teria que dobrar para alcançar a referência internacional, o Havaí, nos Estados Unidos, com 60% da população adulta praticante de atividades físicas.

TABELA 70: Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana

Cidade	No deslocamento			No tempo livre		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
São Paulo	14%	14%	14%	28%	30%	31%
Média Geral das Cidades	11%	11%	11%	35%	36%	38%

Fonte: Vigitel Brasil - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2013, 2014 e 2015.

De modo geral, com relação à política pública de incentivo ao esporte e a atividade física, São Paulo apresenta indicadores acima na média ou acima das cidades do programa, à exceção de parquinhos infantis e atividades físicas no contraturno escolar. No entanto, há ain-

da muito para avançar para se tornar referência. Além disso, alguns indicadores importantes não foram preenchidos ou sugerem incompletude, demonstrando que há espaço para melhoria na gestão da informação do esporte no município.

TABELA 71: Tabela resumo do cumprimento da carta compromisso do programa Cidades do Esporte

Indicação de Articulador(a) do Programa Cidades do Esporte no Município?	Sim
Frequência de troca de Articulador(a) durante o mandato	0
Frequência de troca do Secretário de Esporte/Titular da Pasta durante o mandato	1
Criação de Comitê Intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados ao Esporte para Todos?	Não
Sistema Municipal de Esportes	
Possui Secretaria Municipal de Esportes?	Sim
Possui Conselho Municipal de Esporte ativo em 2015?	Sim
- número de representantes de governo	7
- número de representantes da sociedade civil	7
- caráter deliberativo?	consultivo
- presidência do órgão	titular da secretaria de esporte
Possui Fundo Municipal de Esporte?	Sim
Possui Plano Municipal de Esporte?	Não
Possui Lei Municipal de Incentivo ao Esporte?	Sim
Plano Plurianual	
Número de programas no PPA 2014-2017	26
Número de programas finalísticos de esporte no PPA 2014-2017	1
% de programas finalísticos de esporte em relação ao total de programas do PPA 2014-2017	4%
Número total de ações no PPA 2014-2017	2731
Número de ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	99
% de ações de esporte em relação ao total	3,6%
Valor Total do PPA 2014-2017 (R\$ mil)	215.301.048
Valor Previsto para a função Desporto e Lazer no PPA 2014-2017 (R\$ mil)	1.185.490
Valor Previsto para as ações que englobam o esporte no PPA 2014-2017	1.581.050
% dos recursos direcionados à função Desporto e Lazer em relação ao total no PPA 2014-2017	0,6%
Plano de Metas	
Possui Plano de Metas?	Sim
Possui obrigatoriedade legal de Plano de Metas?	Sim
Número de Metas no Plano de Metas 2013-2016	123
Número de metas que englobam o esporte	5
% de metas do Plano de Metas que englobam o esporte em relação ao total	4%
Total de investimento previsto no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	25.380.618
Valor previsto para o Esporte no Plano de Metas 2013-2016 (R\$ mil)	569.581
% dos recursos direcionados ao esporte em relação ao total no Plano de Metas 2013-2016	2,24%